

CADERNOS DO

# terceiro mundo

os 80 anos  
de um gênio

Angola  
avançando  
apesar da guerra

# A INFORMÁTICA



AMORIM

# É NOSSA

# Uma receita de sucesso com sabor popular



A São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos produz e distribui alimentos de preparo fácil e paladar bem ao gosto da gente.

Com tecnologia avançada, é líder absoluto do mercado por traduzir as necessidades dos consumidores, contribuindo para melhorar a sua alimentação e fomentar o desenvolvimento na área de sua atuação.

#### PRODUTOS SÃO BRAZ:

uma família que presta muitos benefícios aos seus consumidores.

Vitaminas, proteínas, calorias e sais minerais presentes nos produtos São Braz constituem uma saudável fonte de energia para os seus consumidores.

Farináceos, açúcares e temperos formam uma verdadeira família, cujo principal objetivo é o de estar sempre presente à mesa dos seus consumidores, com alta qualidade e baixo custo, respeitando os hábitos alimentares de cada região. Contribuir para a alimentação de um povo é sempre um empreendimento muito gratificante para a São Braz, uma empresa voltada para os processos de alimentação em grande escala.



**SÃO BRAZ S.A.**  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Tel. (083) 321-2044 • Telex (083) 2227  
Campina Grande - Paraíba - Brasil

# PANORAMA

## LÍBANO

### A economia vai de mal a pior

As recentes manifestações de rua que ocorreram no setor muçulmano de Beirute e nas cidades de Trípoli (no norte do país) e Sidon (ao sul) não parecem ter sido, como outras anteriores, convocadas por alguma das diversas milícias que compartilham o poder

Síria ou em Israel, onde é muito mais caro.

Os guardas colocados próximos aos postos de gasolina para evitar desordens não puderam impedir que a manifestação dos motoristas se convertesse rapidamente num protesto generalizado, nem que se estendesse a outros bairros de Beirute ocidental e, mais tarde, às cidades de Trípoli e Sidon.

Os manifestantes fecharam as estradas com espeta-

ceitável. Os casos de fome começam a ser frequentes no país. Essa situação explica por que a raiva do povo se dirige contra os símbolos de um modo de vida que está fora do alcance da maioria dos libaneses.

Por outro lado, a desvalorização da libra paralisou as transações comerciais e provocou, indiretamente, uma alta considerável dos poucos produtos de primeira necessidade que não desapareceram do mercado, como o açúcar ou a farinha de trigo. O desabastecimento alastrou o descontentamento para todos os setores da sociedade libanesa.

"Apesar da opinião dos 'senhores da guerra' - comenta um comerciante de Beirute ocidental -, a raiva que irrompeu em todo o país é totalmente espontânea. O povo está cansado de um governo que está paralisado há 20 meses e não acredita mais em políticos, que só se preocupam em aumentar o poder de sua milícia pessoal. Agora que o povo não tem mais medo, o descontentamento dos famintos pode vir a provocar uma verdadeira explosão social. Uma explosão que, no seu caminho, vai varrer tudo... inclusive os 'senhores da guerra'".

## NAMÍBIA

### A ONU dá novo prazo para a independência

A Assembléia Geral das Nações Unidas fixou o dia 31 de dezembro como um novo prazo final para que a África do Sul aceite a Resolução 435 do Conselho de Segurança e conceda a



A África do Sul ocupa ilegalmente o território namibiano

independência à Namíbia. A resolução exige também que, caso os sul-africanos ignorem mais uma vez a exigência da ONU, os países membros decretem sanções obrigatórias contra o *apartheid*.

O governo de Pretória já disse que não vai aceitar a concessão da independência da Namíbia segundo as normas fixadas pelas Nações Unidas em 1978, quando a Resolução 435 foi aprovada no Conselho de Segurança. A resolução prevê um cessar-fogo, seguido de eleições gerais e elaboração de uma constituição e da retirada das tropas sul-africanas que ocupam essa ex-colônia alemã desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Todos os países industrializados do Ocidente se abstiveram na votação de um novo prazo, mas pela primeira vez a Costa do Marfim juntou-se ao grupo de nações que se opõem ao isolamento total do *apartheid*. O governo marfinense acaba de dar direitos de uso do aeroporto de Abidjan para aviões da South African Airways, ignorando a campanha de quase todos os países africanos a favor do bloqueio econômico total contra a África do Sul. Até mesmo os Estados Unidos proibiram há meses o pouso de aviões da SAA em seu território.



Reuter

Motoristas de táxi protestam contra a alta taxa de inflação

no Líbano.

As manifestações - que se iniciaram nas proximidades dos postos de gasolina do centro de Beirute ocidental - começaram em consequência do descontentamento dos choferes de táxi e dos motoristas em geral pela escassez de gasolina que o Líbano sofre há vários meses. Isso se deve ao fato de o preço dos combustíveis estarem sendo mantidos artificialmente baixos: 20 litros de gasolina são vendidos a 11,10 dólar. Os revendedores armazenam grandes quantidades de combustível, esperando uma alta ou negociando o produto com contrabandistas que o comercializam na

culares barreiras de pneus em chamas, enquanto gritavam palavras-de-ordem como "queremos comer, queremos viver". A agitação e o tumulto acabaram obrigando o comércio a fechar.

Os esforços do governo para manter os subsídios aos combustíveis ocasionaram uma nova desvalorização da libra libanesa. A agonia da divisa local - que no decorrer deste ano foi desvalorizada em 75% - desorganizou totalmente a economia do país. Mais de 700 mil cidadãos se vêem obrigados a sobreviver com salários de cerca de 16 dólares por mês, insuficientes para até mesmo garantir uma alimentação minimamente

## ÁFRICA DO SUL

### Libertado o líder do ANC

□ O governo da África do Sul anunciou no início de novembro passado a libertação de um dos líderes históricos do Congresso Nacional Africano (ANC), Govan Mbeki, condenado à prisão perpétua há mais de 24 anos.

Mbeki, que atualmente tem 77 anos de idade, é professor e jornalista. Em 1930, com 20 anos, ingressou no ANC. Em 1955, se instalou em Port Elizabeth, onde desempenhou a fun-

ção de redator-chefe do jornal anti-apartheid: "New Age".

Mbeki foi preso e condenado à prisão perpétua em 1963, junto com outros líderes do ANC.

A decisão do regime de Pretória de libertar Mbeki foi fruto de uma ampla campanha internacional em favor dos presos políticos sul-africanos. A medida alimentou a esperança de que, com o aumento da pressão da comunidade mundial, Botha finalmente liberte o máximo dirigente anti-racista do país, Nelson Mandela, o prisioneiro de consciência mais antigo do planeta.

Reuter



Govan Mbeki, numa entrevista coletiva, depois de libertado

## SENEGAL

### Oposição denuncia tentativa de fraude

□ O principal partido de oposição do Senegal, o Partido Democrático (PDS), ameaça transformar-se numa Frente de Libertação Nacional e criar um governo paralelo, caso as autoridades não alterem o código eleitoral que orientará a votação do pleito marcado para fevereiro do próximo ano, quando o presidente Abdou Diouf tentará a reeleição.

Abdoulaye Wade, o líder do PDS, há muito tempo

vem denunciando que o código eleitoral em vigor favorece a fraude. Ele garante que a oposição a Diouf não vai tolerar a continuidade do atual presidente. Wade quer transformar o seu partido numa Frente de Libertação Nacional, o que representa uma mudança qualitativa nos métodos e táticas de luta política.

Nas últimas eleições presidenciais, em 1983, o PDS obteve 117% dos votos, en-

## MOÇAMBIQUE I

### Novo massacre da Renamo

□ No mais grave atentado até hoje registrado no país, cuja autoria foi assumida pelo grupo terrorista Renamo - que opera em território moçambicano com apoio da África do Sul -, morreram 278 pessoas.

Segundo a embaixadora dos Estados Unidos em Maputo, Melissa Wells, que visitou o lugar do ataque, não havia veículos nem instalações militares na área. "Trata-se - disse Wells - de um ato de vandalismo terrorista".

O partido do governo, Frelimo, afirmou que o massacre é "uma tática do regime sul-africano executada por um bando de delinquentes, resultado do fracasso de sua tentativa de dividir o país em dois, ao largo do rio Zambeze".

Por sua vez, o ministro tanzaniano do Interior, brigadeiro Muhidin Kimario, anunciou que com a ajuda de várias agências internacionais e de países amigos, a

Tanzânia começou a implementar um programa de assentamento permanente para os refugiados moçambicanos.

No sul da Tanzânia, que tem uma extensa fronteira com Moçambique, se encontram atualmente 15 mil refugiados desse país. "E esse número pode aumentar devido aos massacres da população civil efetuados pelos mercenários da Renamo", destacou o ministro. Kimario declarou que o Alto Comissariado da Nações Unidas para Refugiados (Acnur), o Programa Mundial para Alimentação (WFP) e nações amigas, como a Austrália e o Japão, estão contribuindo para criar os assentamentos.

O ministro acentuou que a maioria dos refugiados, dos quais 40% são crianças, chega praticamente sem roupa, desnutrida e em condições desesperadoras.

quanto Diouf alcançou 83%. Os resultados foram contestados pela oposição, que denunciou ter havido fraude, alegando que o código eleitoral não obriga os eleitores a se identificarem antes de votar. O código também proíbe fiscais dos partidos de oposição de acompanharem a abertura das urnas e a contagem dos votos nos locais de apuração.

O governo já anunciou que não pretende mudar as

leis eleitorais, o que levou Abdoulaye Wade a determinar que todos os militantes do PDS que ocupam cargos eletivos em prefeituras e órgãos regionais devem manter-se em seus postos até que o partido defina sua posição sobre os resultados das eleições de 28 de fevereiro. Caso o PDS denuncie a fraude, os seus militantes não entregarão seus postos e passarão a formar administrações paralelas.

# PANORAMA

## SURINAME

### Partidos tradicionais vencem eleições

Por uma margem surpreendente de votos, a coligação de três partidos tradicionais chamada "Frente para a Democracia e o Desenvolvimento" ganhou as eleições gerais de 25 de novembro passado no Suriname. Jaggernath Lachmon, líder do Partido Unido Re-



Bouterse: derrota nas eleições

formista (PUR), afirmou que "o resultado representa uma grande responsabilidade para a Frente" da qual faz parte.

A coligação obteve a maioria de dois terços na Assembléia Nacional (Parlamento), órgão que segundo a nova Constituição, aprovada em setembro passado, deve escolher o novo presidente. (ver **terceiro mundo**, nº105, "Suriname: Aprovada a nova Constituição".)

O resultado das eleições foi um duro revés para o comandante Desi Bouterse, líder máximo do país e dirigente de um dos partidos derrotados. Em sua primeira

declaração após as eleições, Bouterse afirmou que o Suriname "seguirá no caminho da 'nova democracia' pelo qual caminha desde 1980" (data do golpe de estado que levou esse militar de 41 anos ao poder). Também afirmou que o exército continuará desempenhando um papel importante no país.

O PUR e os outros dois partidos da coligação que ganhou as eleições, o Nacional do Suriname (PNS), do primeiro-ministro que foi derrubado em 1980, Henck Arron, e o grupo Harmonia Nacional Javanesa (ANJ), de Willie Soemita, vêm dominando a política do país há décadas.

## VENEZUELA

### Distúrbios por mortes de estudantes

Os protestos estudantis na Venezuela aumentaram no final de novembro passado, depois que um segundo jovem morreu em choques com a polícia na cidade de Barquisimeto, durante as manifestações organizadas pela morte de outro universitário, na cidade de Mérida.

Manuel Lorenzo Vera, estudante do primeiro ano de Informática em Barquisimeto, a 250km a oeste de Caracas, foi vítima de um disparo de um policial que foi imediatamente detido. O outro jovem assassinado, Humberto López, morreu na prisão depois de ter sido detido em Mérida no dia anterior.

Em diversos pontos de Caracas, assim como em outras cidades, houve choques entre estudantes e efetivos policiais. Mérida, situa-

da a 700km ao sudoeste de Caracas, tem sido cenário de frequentes protestos. Pela segunda vez este ano, a cidade foi ocupada militarmente para evitar que contínuem os confrontos.

O governo social-democrata de Jaime Lusinchi atribuiu os surtos de violência à "subversão", mas a igreja católica e sociólogos da oposição consideram essas manifestações um "alerta" sobre a tensão social que se vive no país por causa da deterioração econômica.

Por sua vez, depois de selecionar um candidato presidencial, em uma disputa que durou meses, os dirigentes do partido Social-Cristão da Venezuela (Copei) fizeram um apelo à unidade e à busca de fórmulas para cicatrizar as feridas que ficaram abertas. Em uma decisão traumática, mais de oito mil delegados ao colégio presidencial do partido escolheram Eduardo Fernández como candidato, com 68% dos votos. Isso significou a derrota do má-

ximo líder e fundador da organização, Rafael Caldera, que já foi presidente do país entre 1969 e 1974.

O choque interno foi, em diversos momentos, violento e lançou a ameaça de divisão sobre a única força política venezuelana que não se fracionou desde sua criação, em 1943. Embora os dirigentes que apoiaram Caldera tenham garantido que acatam o resultado da eleição, não esconderam sua frustração.

O Copei e o atual partido de governo, Ação Democrática (AD), são os pilares do sistema bipartidário que impera na Venezuela e que lhes tem permitido revezar-se no poder desde 1958, quando foi derrubada a ditadura de Marcos Pérez Jiménez.

O adversário de Fernández será o ex-presidente Carlos Andrés Pérez (1974-79), considerado o candidato com melhores possibilidades para as eleições que se realizarão em 4 de dezembro de 1988.

Reuter



Protestos estudantis marcam a cena política venezuelana

## TUNÍSIA

### O novo governo

A substituição do presidente tunisiano Habib Bourguiba não foi um acontecimento tão surpreendente. A idade, 84 anos, não foi determinante, e sim uma série de problemas de saúde que o afetavam e reduziam consideravelmente sua capacidade de governar, agravando a crise em que se debate o país.

Com um passado de lutas pela independência de sua



O ex-presidente Bourguiba

pátria e a causa do Mundo Árabe, Bourguiba não soube escolher a hora de sair, proclamando-se presidente vitalício do país. É o que ocorre frequentemente com os líderes de seu estilo.

O primeiro-ministro, general Ben Ali, nomeado recentemente por Bourguiba, teve, assim, de valer-se da opinião dos médicos e apoiar-se no texto constitucional para interromper o mandato do presidente e assumir o poder no seu lugar.

Nos últimos tempos, a situação econômica da Tunísia vinha se deteriorando rapidamente. Acelerou-se a queda da receita de exporta-

ção e a emigração passou a encontrar novas barreiras na Europa. A moeda foi desvalorizada, mas essa medida não melhorou a situação financeira do país. Frustrou-se a expectativa do governo de um crescimento de 6% do Produto Interno Bruto. Enfim, um panorama nada diferente de outros países do Terceiro Mundo, ainda agravado pelas disputas internas na previsível sucessão do chefe de Estado.

Bourguiba, empenhado em manter estreitas relações com o sistema financeiro internacional, sobretudo com os franceses, aplicou as receitas fundomonetaristas, sem quaisquer resultados positivos. A crise financeira forçava os trabalhadores a lutar e o governo os reprimia, num confronto interminável que estreitava cada vez mais os escassos limites democráticos do regime.

O novo governo vem tratando com o respeito devido o velho líder e fez questão de acentuar que não haverá mudanças na linha da política internacional. Para os árabes, esta é uma definição importante. Além de sua influência política e estratégica, no seio das nações árabes, a Tunísia abriga em sua capital o comando da OLP, dando fraterna acolhida aos palestinos.

As manifestações de apoio ao novo governo em Argel e Trípoli podem significar um reconhecimento desses propósitos de unidade árabe. O presidente da Argélia, Chadli Bendjedid, felicitou pelo telefone o novo mandatário, Ben Ali, e Muammar Kadhafi expressou, também, seu reconhecimento.

A forte oposição tunisiana, cujos líderes estão presos, exilados ou com suas

atividades reprimidas, recebeu com alívio e esperança a mudança de governo. Exige, no entanto, além das tímidas medidas liberalizantes já tomadas, uma anistia geral e passos firmes para a democratização do poder.

Serão essas medidas que definirão a natureza e os propósitos do novo governo e, também, a sua estabilidade.

## MOÇAMBIQUE II

### A reabertura do Corredor do Limpopo

A mais curta via de acesso ao mar da parte sul do Zimbábue, o chamado Corredor ferroviário do rio Limpopo, poderá se tornar plenamente operacional no fim de 1988, depois que o governo moçambicano assinou um contrato com a Inglaterra para reparação dos trilhos, pontes e demais instalações ferroviárias. A estrada tem pouco menos de 400km de extensão e está fora de operação desde agosto de 1984, devido às sabotagens organizadas pelo grupo contra-revolucionário Renamo (Resistência Nacional Moçambicana),

apoiado pela África do Sul.

A reconstrução do Corredor do Limpopo custará cerca de 22 milhões de dólares e, quando terminada, permitirá que 55% das exportações do Zimbábue se escoem pelo porto de Maputo. Com a normalização gradativa da outra via de acesso ao mar, através do chamado Corredor da Beira, o Zimbábue pode a curto prazo se tornar totalmente independente da África do Sul em matéria de exportações. Até agora, 90% das exportações zimbabueanas eram feitas através de portos sul-africanos, devido à interrupção das ferrovias que ligam a antiga Rodésia aos portos moçambicanos, por causa das sabotagens da Renamo.

A proteção do Corredor do Limpopo contra ataques terroristas será feita por aproximadamente 10 mil soldados moçambicanos, muitos dos quais estão recebendo treinamento especial fornecido por instrutores ingleses na base militar de Nyanga, no Zimbábue. A primeira turma de soldados moçambicanos terminará seu treinamento no final de dezembro e será deslocada imediatamente para o Corredor da Beira.

B. Bissio



O porto de Maputo, breve, voltará a escoar produtos do Zimbábue

# PANORAMA

## ARGENTINA

### A corrida à Presidência

Os dois principais partidos políticos da Argentina, a União Cívica Radical (UCR) e o Partido Justicialista (peronista), deram início, com muita antecipação, à corrida pela eleição presidencial de 1989, ao divulgar os nomes dos primeiros pré-candidatos.

Das fileiras da UCR, atualmente no governo, surgiu a pré-candidatura do governador da província (estado) de Córdoba, Eduardo Angeloz. No peronismo, o governador de La Rioja, Carlos Menem, também tornou público que pretende concorrer à presidência.

Os radicais especularam até o último momento com a possibilidade de uma reforma constitucional que permitisse ao presidente Raúl Alfonsín disputar a reeleição. A Constituição argentina, que data de 1853, não permite a reeleição presidencial consecutiva, mas a autoriza depois de passado um período. Alfonsín, eleito em 1983 para um mandato de seis anos, pode voltar a aspirar ao cargo em 1995, mas não pode se candidatar em 1989.

O próprio presidente se encarregou de descartar essa possibilidade, em uma conferência de imprensa, em meados de novembro passado. No caso de ser aprovada uma reforma constitucional que autorize a reeleição do presidente da nação, ou crie o cargo de primeiro-ministro, "o povo argentino pode estar certo - garantiu Alfonsín - que nem o novo presidente, nem o primeiro-ministro se chamarão Raúl

Alfonsín".

Diante da retirada voluntária de Alfonsín do pleito, Angeloz se perfila como o único candidato dentro do partido governante. O chefe de estado, inclusive, se referiu ao governador de Córdoba como "um grande candidato, com o qual coincido em tudo". Angeloz integra o setor "dos históricos" dentro do movimento de "Renovação e Mudança",

"Se dez milhões de argentinos votaram no peronismo e só há três milhões de filiados, os outros sete têm direito a participar", argumentou.

Menem é um político de difícil identificação dentro das correntes internas do justicialismo. Por um lado, mantém boas relações com o peronismo ortodoxo, liderado pelo dirigente sindical Lorenzo Miguel, e por



O povo já se mobiliza para as eleições presidenciais de 89

criado por Alfonsín há 15 anos no interior do radicalismo. Da outra vertente interna do "Renovação e Mudança", a Junta Coordenadora, expressão do setor juvenil e reformista, não surgiu até agora nenhum aspirante à candidatura presidencial.

No peronismo, o governador de La Rioja lançou sua pré-candidatura e reuniu seus partidários na corrente interna denominada "Menem, presidente dos argentinos". O governador se declarou partidário da realização de eleições primárias para a nomeação do candidato peronista à presidência.

outro, se confraterniza com o máximo dirigente renovador, Antonio Cafiero.

Mas, ao estilo mexicano, no justicialismo também há um "escolhido": o próprio Antonio Cafiero, governador eleito da província de Buenos Aires, onde se concentram quase nove milhões de eleitores (42% do eleitorado total, composto por 19 milhões de cidadãos). Cafiero não tornou pública sua aspiração presidencial, pois considera que "antes há outras coisas para fazer", mas tanto nos setores do peronismo renovador, como no partido governante, se dá por certa sua postulação.

## CAMPUCHEA

### Assinado acordo de reconciliação nacional

O príncipe Norodom Sihanouk, ex-chefe de estado do Camboja, atualmente no exílio, e o atual primeiro-ministro Hun Sen, assinaram no início de dezembro na França, um acordo de reconciliação nacional, que poderá significar o fim das hostilidades entre os grupos políticos rivais e facilitar a evacuação gradativa das tropas vietnamitas estacionadas nessa nação asiática.

Sihanouk representa a aliança de forças oposicionistas que lutam contra o governo da República Popular do Camboja, regime estabelecido em Phnom Penh desde 1979. Naquele ano, a Frente Unida pela Salvação do Camboja, com apoio militar do Vietnã, depôs o governo do Khmer Vermelho, encabeçado por Pol Pot, acusado de genocídio e outras violações aos direitos humanos. (ver Guia do Terceiro Mundo, pp. 290-92.)

A retirada do território cambojano "a partir de 1988 ou 1989" de um contingente do exército vietnamita de cerca de 140 mil homens aparece como um dos pontos mais importantes do comunicado final conjunto, divulgado depois da cerimônia oficial. Meios diplomáticos asiáticos consideraram o encontro "de importância histórica", pois trata-se da primeira abertura ao diálogo entre as partes em conflito depois de 17 anos de guerra e após a intervenção vietnamita, que se prolonga até hoje.



### Aids: mais informação, menos moralismo

Que bom se o vírus da Aids fosse abordado como uma coisa concreta e nada mais, como está acontecendo com o caso do Césio-137 ocorrido aqui em Goiânia. O Césio-137, assim como o vírus da Aids, atinge o centro das células das pessoas contaminadas e devora as suas defesas imunológicas. Acontece que esse detalhe, embora divulgado, não é feito com a ênfase que o mesmo exige, talvez para que a coisa não descambe para o lado moral.

Há outros fatores que causam

### Excelentes reportagens

Sou assinante de **terceiro mundo** e gostaria de parabenizá-los pelas excelentes reportagens: "No centro da controvérsia" (Mino-rias) e "A CIA e os meios de informação" (Comunicação II), publicadas na revista nº 98.

Através delas podemos confirmar, mais uma vez, de que lado estão os capitalistas, principalmente os norte-americanos. Realmente, o lugar deles sempre foi e será ao lado dos que exploram, dos que marginalizam a grande massa trabalhadora.

**Maria Genilda Paiva Lino - Fortaleza - CE - Brasil**

uma diminuição das defesas: auto-repressão, subnutrição, malformação genética, velhice etc. As crianças subnutridas morrem de doenças banais, como a gripe, por exemplo. Daí surge a pergunta: por que só o vírus da Aids está embrulhado desse moralismo? Os produtos nucleares e químicos, a subnutrição e a repressão também deveriam ser seriamente questionados. É a isso que gostaríamos de responder através de nossos grupos de estudo, pois a esperar pelos "podres poderes", levaremos mil anos para termos essas respostas.

**José Carlos R.Lima - CP 419 - CEP 74000**

**Goiânia - GO - Brasil**

### Continuar a luta

Uma pena que a vossa revista circule irregularmente em Portugal. Calculo as dificuldades que uma publicação como **terceiro mundo** encontra para chegar até nós.

Alguns dos artigos são publicados muito depois dos acontecimentos a que se referem. Isso, apesar da preocupação dos vossos jornalistas em abordar os assuntos numa perspectiva temporalmente mais ampla. Só vos posso dizer o seguinte: não desistam e continuem a lutar.

**António Quiroz Lisboa - Portugal**

### O panorama pré-eleitoral argentino

Ainda não está claro o panorama pré-eleitoral argentino, embora se sinta que de alguma forma a sucessão presidencial está deflagrada. Creio que seria oportuno abordar esse assunto em relação a um país que ainda não tem bases firmes

para assegurar o futuro de sua democracia, uma vez que a presença militar nos bastidores políticos é perceptível e ameaçadora.

**Juan Esteban Del Castillo Buenos Aires - Argentina**



### Não cair em simplismos

A matéria que porta o título "O direito de andar na rua" (**terceiro mundo** nº 103) peca por um simplismo muito à moda dos políticos brasileiros quando querem explicar os acontecimentos como se fossem provocados pelos meios de comunicação de massas. Assim sendo, ou se admite que além do cinema existem causas sociais e econômicas que alimentam esse tipo de filme, ou se cai num simplismo que nada resolve. Pois, se os filmes forem retirados do mercado, quem garante que a violência sobre a mulher indígena irá acabar, principalmente os ataques sexuais?

**Manoel Dias Galvão Manaus - AM - Brasil**



# CARTAS

## Jornal estudantil

*Sou estudante de Comunicação Social e meu maior sonho é colocar um jornal estudantil, mas falta tudo — dinheiro, informação de como conseguir máquinas impressoras etc. etc...*

*Gostaria de pedir através dessa revista a quem tiver máquinas impressoras que já não use mais, que nos doem ou vendam a baixo preço, em solidariedade aos estudantes paraenses.*

**Marinaldo Martins — Belém — PA — Brasil**

## Comáfrica

*Sr. Neiva Moreira,*

*Temos a honra de informar-lhe que seu nome foi indicado para membro honorário do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia (Comáfrica), pelo especial apoio que tem dado em favor da consecução das nossas finalidades.*

**Dr. Salomão Blajberg, presidente — Engº Benedito S. de Almeida Alves, secretário geral — Rio de Janeiro — RJ — Brasil**

## Jovens idealistas

*Estou estudando em Cuba desde 1985, quando com 18 anos tive oportunidade de vir a continuar meus estudos aqui.*

*Sou um jovem moçambicano que entende que é através do conhecimento das realidades de outros jovens, de suas experiências, frustrações, ideais, que podemos compreender melhor o mundo em que vivemos.*

*Por isso, quero parabenizá-los pela idéia de ter aberto em suas páginas uma seção Intercâmbio, através da qual podemos nos conhecer e comunicar.*

**Costa Joaquim Fijanio  
Ilha da Juventude — Cuba**

## Libertação da Europa

*terceiro mundo dá pouco tratamento aos movimentos de libertação da Europa e da problemática das nações sem Estado deste continente, que também fazem parte do Terceiro Mundo sempre que são dependentes das metrópoles correspondentes.*

**Gonzalo González González  
Vigo — Espanha**

## Leitora namibiana em Havana

*Através de terceiro mundo pude inteirar-me de que também no Brasil viveu-se o problema dos desaparecidos, como no caso do deputado Rubens Paiva, assim como da prisão do líder chileno Clodomiro Almeyda, com quem o diretor da revista, Neiva Moreira, falou por telefone na prisão.*

*Essas informações me servem para entender melhor o sentido da luta do meu próprio povo, cada dia mais maltratado. (Sou estudante e estou fazendo um curso pré-universitário em Cuba.)*

*Na Namíbia, meu país, agora são crianças que estão desaparecendo, além de assassinarem homens e mulheres inocentes. Como sei que não há regime que seja*

## A água é importante

*Gostaríamos de receber de vocês mais informação sobre as consequências do acidente nuclear em Goiânia para toda a região da bacia do Rio da Prata, porque disseram, num certo momento, que poderíamos estar (sem saber) consumindo água contaminada por material radioativo.*

*Por outro lado, tudo o que tem a ver com a água potável, a forma de evitar contaminação etc. nos interessa, porque estamos trabalhando com uma equipe técnica que estuda o assunto.*

**María Angélica Gómez  
Godoy — Puerto Stroessner,  
Paraguai**



*eterno, que dada coisa tem seu momento, temos que esperar que homens como o presidente Botha, da África do Sul, ou Ronald Reagan, dos Estados Unidos, desapareçam do cenário político.*

**Esther Drobinay Moombolah  
Havana — Cuba**



## Integração latino-americana

*Acreditamos firmemente na amizade como uma forma complementar da integração latino-americana, tão necessária para seguirmos adiante nos momentos difíceis que vivemos. Parabéns pela revista, quase a única fonte séria de informações para conhecermos a problemática desse nosso castigado Terceiro Mundo.*

**Antonio Torossian/Fernando Vidal  
Montevidéu — Uruguai**

## Apoio à informação alternativa

*Com satisfação, encaminhamos exemplares das edições de números 1, 2 e 3 de nossa publicação, "Folha de S. Francisco". Como podem verificar, à página 5 do número 1 veiculamos publicidade de terceiro mundo, independentemente de qualquer interesse e procurando apenas valorizar uma publicação que julgamos de alto valor.*

*Como poderá verificar, ainda no primeiro número transcrevemos na Integra uma reportagem de terceiro mundo.*

*Temos todo o interesse pela informação alternativa.*

**Ralph Moreira — Petrolina — PE — Brasil**

- *Sósto Ulisses Tenorio*  
Rua João Dias Vergara, N° 35-A  
Campo Limpo - São Paulo  
SP - Brasil  
CEP 05765
- *Antônio Firmino*  
a/c Francisco Tchipa  
C. P. 42  
Comissariado Municipal  
Benguela, Angola
- *Mário Jorge Garcia Batista*  
a/c Domingos João Batista  
C. P. 98  
Benguela, Angola
- *paulo Girão "Toy"*  
Av. Comandante Valódia, N° 236  
C. P. 16299  
Luanda, Angola
- *Jerónimo Jakob*  
C. P. 522  
Benguela, Angola
- *paulo Roberto Domingos Eduardo*  
C. P. 197  
Benguela, Angola
- *João Miguel Bernardo*  
C. P. 16359  
Luanda, Angola
- *Arlindo Timóteo S. Filipe*  
Rua José Falcão  
C. P. 39  
Benguela, Angola
- *Paulo Roberto D. Eduardo*  
a/c José Eduardo Junior  
C. P. 285  
Benguela, Angola
- *Kátia Alexandra (Kassandra)*  
C. P. 578  
Benguela, Angola
- *Adriano Pedro Neto*  
C. P. 2954  
Luanda, Angola
- *Manuel Isaias Celestino*  
C. P. 760  
Benguela, Angola
- *José Carlos Miguel Pereira*  
C. P. 233  
Benguela, Angola
- *Tarcísio Joaquim Nascimento*  
Rua Aniceto do Rosário, N° 48/64  
Maputo, Moçambique
- *Raimundo Augusto Cardoso*  
Tv. Barão do Triunfo, 2558/20  
66.240, Belém, Pará, Brasil
- *Marcos Maciel Núñez*  
Uruguay, 446  
Rivera, Uruguay

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Juan Somavía

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento de Arte: Luís Eduardo Carvalho (editor), Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Caxias. Centro de Documentação: Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Leila Maria C. Pinto, Isabel Falcão, Sônia Lana Drum. Administração do Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa. Digitadores: Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. Composição: Luiz Correia, Lilian Ausúia Leão. Revisão: Cléa Márcia Soares.

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tel.: 222-1370 / 242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Departamento Comercial: Maria Neiva. Deptº de Assinaturas e Promoção: Henrique Menezes.

Endereço: Rua da Glória, 122 Gr. 104 - Tel.: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

• Edição em Português: Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília).

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20.241

Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edição em Espanhol

Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. Assinaturas: Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de

Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideu, Uruguai - Distribuição no Uru-

guai: Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Impressora Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 - Montevideu

Representante na Argentina: Rubén Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca

751 - 4ºC - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolívia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal

• Edição em Inglês (bimestral):

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Mata (Chile),

Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quin-

cot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Ete-

valdo Hipólito (Moçambique.)

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan

Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Maríantoni, Alice Nicolau, Ana Marla Urbina, An-

tônio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Car-

doso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig,

Edouard Bailby, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando

Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Guiomar Belo Marques, Grego-

rio Selser, Gridvia Kunzar, Govin Reddy, Herbet de Souza, Hugo Neves, José Bot-

taro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau

Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel

Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautín, Maurício Ubal, Moacir Werneck

de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes,

Otoniel Martínez, Pablo Marfínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando

Neves, Ricardo Bueno, Raul Gonçalves, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rol-

dolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Víctor

Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (An-

gola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México),

SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agên-

cias dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas

Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo

(Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel

and Palestine Political Report (Paris).

Ilustração capa: Amorim

Capa: Luís E. Carvalho

Revista mensal nº 106 - dez/87 - jan/88

# LA VAI A REDE.



Vai, Rede Ferroviária Federal.  
Vai de S. Luís até Santa Maria.  
Do Crato até Ouro Preto, de Livramento a Apucarana. Vai  
Brasil a fora.

Vai levando essas tuas toneladas de responsabilidade. 87 milhões  
de toneladas transportadas em 1986.

Vai e leva o cimento, o minério de ferro, os fertilizantes, a soja,  
o trigo, o carvão mineral, o farelo e os derivados do petróleo.

Corre com os teus 43 mil vagões pelos 23.000 quilômetros de malha ferroviária,  
do campo ao porto, da fábrica aos consumidores.

Vai, que a gente precisa de você. A gente brasileira  
quer um país mais rico, mais forte e muito melhor de viver.

Vai, Rede, vai. A gente vai junto com você até esse  
futuro melhor. 30 anos.

A Rede vai longe.

Governo José Sarney



**RFFSA**

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.

Ministério dos Transportes.

# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



#### BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52 -  
10º andar  
Tel.: 263-5611  
Telex 21664MERI

#### PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

#### HOLANDA

Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL



#### ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg. ANGOAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**

# Presente pra você e os amigos o ano inteiro.



**Suplemento  
BRASIL**

Todos os meses

*Assine*

**CADERNOS DO  
terceiro  
mundo**

**DESCONTOS  
DE ATÉ 27%**

**PROMOÇÃO  
CONTINUA**

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetuando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	850,00	850,00	
2	800,00	1.600,00	1 Livro de nossa escolha
3	780,00	2.340,00	1 Disco de "Radamés Gnatalli"
4	760,00	3.040,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	700,00	3.500,00	1 Disco de "Radamés Gnatalli" mais 2 livros de nossa escolha

1 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central

5 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central

2 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central

3 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central

4 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central

**CUPOM DO BRINDE - REMETENTE**

ESTE PEDIDO REFERE-SE A:  Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos.  Assinatura(s) de presente aos amigos.

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$ ..... em ( ) cheque(s) nominal(is) ou ( ) vale postal-ag. central, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.guardo o brinde a que tenho direito.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

# Caderneta da Caixa

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

**AMÉRICA LATINA**

- 12 **Esquipulas II:** Apesar do impasse, um balanço positivo, *Jaime Brener*
- 16 **Haiti:** O golpe branco de Namphy
- 17 **Chile:** A opção eleitoral

**ÁFRICA**

- 18 **Nigéria:** Uma transição incerta, *Carlos Castilho*
- 21 **Zimbábue:** O desafio da auto-suficiência, *Vicent Nyanhete*

**ORIENTE MÉDIO**

- 23 **Israel:** A ameaça nuclear, *Alberto B. Mariani*
- 26 **Kuait:** Equilíbrio precário
- 27 **Emirados Árabes Unidos:** Sharjah, tudo igual a antes

**ÁSIA**

- 28 **Índia:** Estado de emergência, *Radha Rajadhyaksha*
- 30 **Kalahandi:** o fantasma da fome
- 31 **Reunião de Cúpula do Nepal:** Acordos e divergências, *Venugopala Rao*

**ECONOMIA**

- 32 Um duro golpe, *Pablo Piacentini*

**ESTADOS UNIDOS**

- 35 A coligação Arco-Iris, *Héctor Ramos G.*

**ESPECIAL - ANGOLA**

- 37 O grande salto, *Neiva Moreira*
- 40 O papel do setor privado, entrevista com o ministro Pedro Van Dunem
- 41 **Reforma econômica:** novo impulso para o desenvolvimento, *Procópio Mineiro*
- 43 Capanda, a revolução da energia

**SUPLEMENTO BRASIL**

- 48 **Matéria de capa:** Informática resiste à pressão norte-americana, *Carlos Nepomuceno*
- 54 **Constituinte:** A pressão inaceitável, A distribuição nacionalizada, *Clovis Sena*
- 56 **Economia:** A moratória inevitável, *Álvaro Queiroz*
- 60 **Novembro**

**ESPECIAL**

- 65 Niemeyer, os 80 anos de um gênio
- 72 **Opinião:** As retaliações do sr. Reagan, *Neiva Moreira*

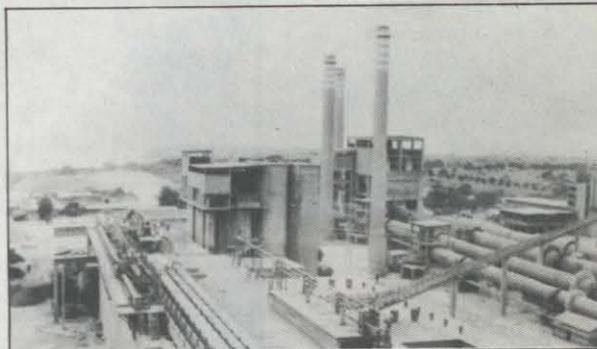


Haiti: um banho de sangue



Índia: seca agrava fome

MPLA



Angola: o grande salto da reforma econômica

Agência Globo



Niemeyer: 80 anos de arte e solidariedade

ESQUIPULAS II

# Apesar do impasse, um balanço positivo

O cumprimento dos acordos acalenta a esperança de êxito, embora apresente sérios desafios para cada um dos países da região

Jaime Brener

Quatro meses após a assinatura dos Acordos de Esquipulas-2, o processo de paz e democratização na América central chegou a um impasse.

O plano de paz enfrenta muitos entraves, decorrentes do nível desigual de cumprimento das medidas acertadas pelos diversos governos, o que nega o critério da simultaneidade necessária.

Uma das divergências graves envolve a verificação do cumprimento do plano, tarefa destinada a uma comissão formada por representantes da ONU, OEA, Grupo de Contadora (Colômbia, Venezuela, México e Panamá) e Grupo de Apoio (Brasil, Argentina, Peru e Uruguai).

A Nicarágua defende uma verificação irrestrita, extensiva às instalações militares dos cinco países, o que é rejeitado por Honduras, de onde, ao que tudo indica, partem os vôos de abastecimento para os "contras".

O processo de paz depende ainda de uma verdadeira corrida contra o relógio: o presidente norte-americano Ronald Reagan voltará a pedir ao Congresso autorização para uma ajuda aos anti-sandinistas, no valor de 270 milhões de dólares (pouco menos que as

exportações nicaraguenses neste ano), "caso os Acordos de Esquipulas-2 não apresentem resultados satisfatórios até janeiro". Um novo pacote de auxílio aos rebeldes significaria o bloqueio de qualquer negociação de paz, a curto prazo.

No entanto, foi significativa a votação do Congresso norte-americano, no início de dezembro, de uma lei que proíbe

a administração Reagan de pedir a terceiros países ajuda para os "contras". Os parlamentares entendem que, em geral, esses países têm ajudado os contra-revolucionários nicaraguenses por estarem submetidos a fortes pressões norte-americanas.

Enfrentando grave crise econômica, o governo sandinista precisa pôr fim ao

Reuter



Cardeal Obando y Bravo com o presidente Ortega: intermediário no diálogo indireto com os "contras"

conflito com os "contras", que consumiu 60% do orçamento do país, somente neste ano.

Assim, saiu na frente, no cumprimento dos acordos, tentando aproveitar ao máximo a conjuntura favorável. O presidente Daniel Ortega suspendeu a censura prévia, permitiu a reabertura do jornal conservador *La Prensa* e da Rádio Católica (ver **terceiro mundo**, nº 104), autorizou manifestações públicas de setores oposicionistas, algumas das quais tiveram a presença de congressistas republicanos dos Estados Unidos. Também foram anistiados dois padres que tinham sido expulsos do país, sob acusação de ligações com os rebeldes e convocou-se amplo diálogo com os 12 partidos e três facções oposicionistas.

Indo mais adiante, Ortega admitiu a negociação do cessar-fogo com os anti-sandinistas, atuando como intermediário o cardeal Miguel Obando y Bravo. "Isso não significa fazer concessões à cúpula rebelde", observou Ortega, que designou o chanceler-adjunto Víctor Hugo Tinoco para representá-lo nas negociações realizadas em São Domingos (República Dominicana), no início de dezembro, com o representante dos "contras", Fernando Agueo - político conservador ligado ao falecido ditador Anastasio Somoza - nas quais o cardeal Obando y Bravo atuou como intermediário.

O fim do estado de emergência e a anistia aos presos políticos detidos desde o início da guerra, em 1981, foram outras propostas dos sandinistas, caso a Comissão de Verificação comprovasse a suspensão da ajuda norte-americana aos "contras", em 30 dias.

#### O desafio nicaraguense

Ao condicionar tais iniciativas à simultaneidade de medidas correspondentes do outro lado, Ortega jogou a responsabilidade final pelo sucesso do plano de paz na seriedade dos demais governos envolvidos, poupados principalmente pela grande imprensa internacional, que não se cansa, porém, de ser exigente com a Nicarágua.

O desafio nicaraguense, contudo, tem um alvo mais preciso: o governo de Honduras, que pouco empenho tem demonstrado e que assinou o plano de paz pressionado pelas dificuldades eco-

Eugene Richards/Magnum



Base norte-americana de Pamerola, em território hondurenho: presença questionável

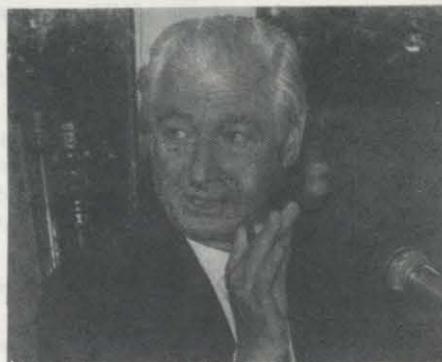
nômicas internas e pela mobilização de amplos setores sociais contra a presença dos "contras" no país.

O regime hondurenho do presidente José Azcona Hoyo, tutelado pelas forças armadas, tem sido vagaroso na adoção de medidas previstas em Esquipulas-2. Se os anti-sandinistas já não dispõem da mobilidade absoluta anterior, a ajuda não se interrompeu, o que ficou provado com a recente queda de um cargueiro C-123 em Aguacate, a mais importante base aérea de Honduras, quando decolava com carregamentos para os rebeldes.

Além disso, os partidos da esquerda hondurenha continuam proscritos e aumentou a atividade dos esquadrões da morte. O chanceler Carlos López Contreras repete sempre que "Honduras não necessita de diálogo interno, pois é uma democracia e não enfrenta guerra civil", enquanto corpos de supostos guerrilheiros da "Frente Popular de Libertação Lorenzo Zelaya", cuja existência real nunca ficou comprovada, são mostrados pela polícia, quase semanalmente.

#### El Salvador, a paz mais distante

Outro insucesso para Esquipulas-2



Presidente Jose Azcoma

tem sido o diálogo entre o governo salvadorenho e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). As negociações, em outubro, entre o presidente Napoleón Duarte e o comando da guerrilha, em plena capital, não produziram qualquer acordo (ver **terceiro mundo** nº 105). Duarte chegou a decretar um efêmero cessar-fogo unilateral, durante o qual, segundo a *Radio Venceremos*, da FMLN, tropas governamentais atacavam povoados na área de Chalatenango, ao norte.

O regime sofre também resistências internas: no dia em que seria realizada a



O assassinato de Anaya levou a FMLN a suspender as negociações com o governo salvadorenho e provocou protestos populares (abaixo)

terceira rodada de conversas, marcada para a Cidade do México, grupos paramilitares assassinaram o coordenador da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Herbert Anaya, ligado à FMLN. O atentado levou a FMLN a interromper as negociações e, agora, a paz está um pouco mais distante.

No entanto, é positiva a volta do exílio do presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), Guillermo Ungo, e de Rubén Zamora, que em San Salvador tentam coordenar o apoio de diferentes forças políticas legais e do movimento sindical, exigência de uma solução negociada para o conflito.

#### Costa Rica e Guatemala

A implantação do plano de paz é muito lenta nesses dois países, embora o presidente costarricense, Oscar Arias, tenha sido o mentor dos acordos, o que lhe valeu o Prêmio Nobel da Paz. O governo formou uma comissão de reconciliação nacional, convocando os partidos opositoristas, mas, a nível



externo, não reprimiu inteiramente as atividades dos "contras", que continuam operando uma emissora de rádio a partir do território costarricense.

Quanto à Guatemala, que tem a mais antiga guerrilha do continente (desde 1950), o governo promulgou a anistia para quem depusesse as armas em 180 dias, proposta recusada pela Unidade Nacional Revolucionária da Guatemala (URNG), formada por três grupos guer-

rilheiros. Esse foi um dos motivos que determinaram o fracasso das negociações, realizadas na Espanha, entre os rebeldes e o presidente guatemalteco, Vinicio Cerezo.

Os esquadrões da morte ampliaram as suas atividades no país, numa demonstração do inconformismo de setores militares radicais contra um possível acordo.

#### Futuro incerto

Os fatos mostram, ao longo desses meses, que ainda é muito problemático o cumprimento total das determinações dos Acordos de Esquipulas-2, que trouxeram a esperança de uma paz construída pelos próprios países da região.

Apesar de todos os problemas, Esquipulas-2 já demonstrou que é praticamente impossível à administração Ronald Reagan manter a intransigência contra os sandinistas, ignorando seus aliados da região. Esquipulas-2 arranhou a política dos "duros" de Washington.

# Cronologia

**6 e 7 de agosto:** Os cinco presidentes centro-americanos se reuniram na Guatemala e, ao final do encontro, assinaram o acordo de paz proposto em fevereiro pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias. Os presidentes descartaram um projeto alternativo apresentado pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

**11 de agosto:** A Nicarágua convidou a igreja católica e os partidos políticos de oposição a formarem a Comissão Nacional de Reconciliação proposta no acordo. A mesma atitude foi tomada pelo governo de El Salvador.

**12 de agosto:** O presidente da Guatemala, Vinicio Cerezo, convocou a igreja e a oposição a fazerem parte da Comissão Nacional de Reconciliação.

**13 de agosto:** O presidente Reagan reiterou seu apoio aos grupos armados anti-sandinistas. O presidente de El Salvador, Napoleón Duarte, convocou a guerrilha de esquerda para uma reunião em 15 de setembro, mas impôs a condição de os rebeldes apoiarem publicamente os acordos de Esquipulas.

**14 de agosto:** A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador, aceitou a proposta de diálogo de Duarte.

**19-20 de agosto:** Os ministros das Relações Exteriores da América Central se reuniram na capital salvadorenha.

**23 de agosto:** É formada em Caracas, Venezuela, a Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento. Encarregado de garantir o cumprimento dos acordos, o órgão está integrado pelos chanceleres centro-americanos, os do Grupo de Contadora (México, Venezuela, Panamá e Colômbia), do Grupo de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), os secretários gerais das Nações Unidas e da Organização dos Estados Centro-Americanos (OEA).

**26 de agosto:** A Nicarágua autorizou a volta a seu território de três sacerdotes católicos, que tinham sido proibidos de entrar no país um ano antes, sob acusação de apoiarem

ações dos grupos anti-sandinistas. O governo constituiu a Comissão Nacional de Reconciliação, presidida pelo cardeal Miguel Obando y Bravo, arcebispo de Manágua.

**10 de setembro:** O governo de El Salvador constituiu a Comissão Nacional de Reconciliação. A reunião entre o governo e a guerrilha, prevista inicialmente para 15 de setembro, foi suspensa.

**13 de setembro:** O governo nicaraguense convoca o diálogo nacional com os partidos de oposição.

**18 de setembro:** A guerrilha salvadorenha manifestou sua decisão de aceitar os acordos de paz e reitera sua decisão de dialogar.

**19 de setembro:** A Nicarágua autorizou a reabertura do jornal de oposição *La Prensa*, que foi fechado em 1986.

**22 de setembro:** O governo de Manágua anunciou o início das transmissões da Rádio Católica, a suspensão da censura prévia e um cessar-fogo unilateral, parcial e progressivo. Em San Salvador, o presidente Duarte anunciou uma reunião com a guerrilha para 4 de outubro.

**4 de outubro:** Começa na Nunciatura Apostólica de San Salvador o diálogo entre o governo salvadorenho e os rebeldes da FMLN-FDR.

**7 de outubro:** Reúnem-se em Madrid representantes do governo guatemalteco e do movimento rebelde União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG). Apesar do resultado ter sido positivo, o presidente Cerezo anunciou em 10 de outubro que dava as conversações por encerradas.

**26 de outubro:** É assassinado em San Salvador o coordenador da Comissão não-governamental de Direitos Humanos, Herbert Anaya.

**27-28 de outubro:** Reunida em San José da Costa Rica, a Comissão Executiva fixou o dia 5 de novembro como a data do início da execução simultânea dos cinco compromissos básicos do acordo de paz: cessar-fogo, anistia, suspensão da ajuda a grupos irregulares ou rebeldes da

região, democratização e não-utilização do território para agredir outros Estados.

**3 de novembro:** O governo de Honduras anunciou a constituição da Comissão Nacional de Reconciliação.

**5 de novembro:** O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, anunciou que buscará um acordo de cessar-fogo com os "contras" através de um intermediário.

**7 de novembro:** O general Adolfo Blandón, chefe do estado-maior conjunto das forças armadas de El Salvador, anuncia a suspensão unilateral do cessar-fogo, em vigor desde 5 de outubro, ao ordenar uma ofensiva militar no norte do país para "enfrentar a ameaça de um ataque da FMLN a instalações estratégicas".

**9 de novembro:** São libertados em El Salvador cerca de 350 presos políticos, mas eles se negam a abandonar a prisão até que o Corpo Diplomático e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha possam garantir sua segurança.

**23 de novembro:** Voltam a El Salvador os principais dirigentes da Frente Democrática Revolucionária: Rubén Zamora, líder do Movimento Popular Social Cristão, e Guillermo Ungo, presidente do Movimento Nacional Revolucionário (MNR).

O presidente salvadorenho, Napoleón Duarte, acusa formalmente o líder da Aliança Republicana Nacionalista, o ex-major Roberto D'Aubuisson, pelo assassinato do arcebispo Oscar Arnulfo Romero. A informação em que o presidente fundamenta sua acusação já estava em seu poder desde quinta-feira, dia 19. No entanto, Duarte escolheu o dia e a hora da chegada de Ungo para anunciar a elucidação do crime.

**1º de dezembro:** Reúnem-se para negociações, em São Domingos, capital da República Dominicana, uma delegação do governo nicaraguense - chefiada pelo chanceler-adjunto Víctor Hugo Tinoco - e uma dos "contras", chefiada por Fernando Agueo, tendo como intermediário o cardeal Obando y Bravo.

HAITI

## O golpe branco de Namphy

O presidente da junta de governo inicia um período de incertezas em relação ao futuro

A igreja católica do Haiti exigiu a renúncia da junta de governo, presidida pelo general Henry Namphy, pediu à população que não participe de eventuais eleições organizadas por ele e acusou uma força tripartite – o Conselho Nacional de Governo (nome oficial da junta), o setor *Macoute* das forças armadas e os duvalieristas – pelo massacre de 29 de novembro, data marcada para a realização das eleições, que acabaram suspensas. Os *tonton macoutes* são os membros da força paramilitar ligada ao ex-ditador Jean Claude Duvalier, o *Baby Doc*.

Em entrevista a jornalistas estrangeiros, o padre Jean-Bertrand Aristide, um dos principais dirigentes do setor progressista da igreja do Haiti, pregou uma revolução “verdadeira” e a “não-violência ativa”. Quando lhe perguntaram se a resistência popular não poderia acarretar mais repressão, o padre Aristide respondeu: “Não se fazem *tortillas* sem quebrar os ovos”.

O jovem sacerdote também denunciou a “cumplicidade do imperialismo norte-americano”, que, antes do massacre do domingo em que deveriam ter se realizado as eleições, apoiava irrestitivamente a junta do general Namphy na expectativa de poder influenciar o processo de transição haitiano.

Por sua vez, o governo Reagan suspendeu toda ajuda militar e econômica ao Haiti, com exceção da ajuda humanitária.

O Departamento de Estado norte-americano fretou um avião privado para retirar do Haiti os jornalistas ameaçados pela violência dos grupos paramilitares protegidos pelo exército. Um jornalista dominicano foi morto nos atentados da



Dezenas de pessoas foram mortas por paramilitares quando se preparavam para votar

ultra-direita e vários outros, inclusive norte-americanos, ficaram feridos.

As rajadas de metralhadora dos grupos terroristas deixaram um saldo de pelo menos 34 mortos e várias centenas de feridos: depois de iniciada a votação, homens vestidos à paisana promoveram verdadeiros massacres nos postos eleitorais da capital. Um dos feridos, o fotógrafo da agência Reuter, Bob Strong, disse que os soldados que patrulhavam as ruas nada fizeram para impedir a violência. No Caribe, os círculos diplomáticos acham que Henry Namphy foi um dos principais beneficiários da violência. Com o pretexto da falta de segurança, ele suspendeu as eleições – nas quais, segundo as pesquisas, iria ser derrotado, dando uma espécie de “golpe branco”. Agora, ele poderá usar as próximas semanas para tentar reverter a situa-

ção e fortalecer uma candidatura que perpetue o regime. Se isso não for possível, há quem opine que poderá até chegar a estabelecer uma ditadura militar declarada, pondo fim à experiência democratizadora no Haiti.

## A igreja popular



O padre Jean-Bertrand Aristide prega no bairro de San Juan Bosco, um dos mais pobres da capital haitiana, Porto Príncipe. A sua paróquia está situada no limite do bairro de Cité Salines, uma favela na qual vivem imi-

grantes do interior.

Para os jovens e as crianças, os mais fervorosos e místicos seguidores do padre Aristide, ele representa desde a certeza de comer todos os dias até o afeto familiar de que carecem. Sete deles encabeçaram a greve de fome que obrigou a hierarquia da igreja a voltar atrás em sua decisão de transferir o padre.

Com seu trabalho de base, Aristide terminou despertando o ódio dos bispos haitianos, em sua maioria conservadores. O que mais irrita a hierarquia eclesiástica é a atitude militante da “igreja popular”, dirigida pelo pároco de San Juan Bosco, que a transformou na vanguarda da luta do povo haitiano contra o Conselho Nacional de Governo.

Em agosto, Aristide foi vítima de uma tentativa de assassinato, quando celebrava missa. Não foi o primeiro atentado: em janeiro de 1986, um mês antes da queda de Duvalier, um homem foi desarmado quando tentava atirar contra ele.

# A opção eleitoral

O Partido Comunista do Chile, proscrito pela ditadura do general Pinochet, convoca seus seguidores a fazerem o alistamento eleitoral

**D**istanciando-se do movimento armado Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), o PC chileno decidiu juntar-se ao resto da oposição de esquerda e de centro, que defende o alistamento eleitoral da população, oficializando uma virtual "virada tática" em sua oposição ao regime do general Pinochet. A decisão, aprovada em uma reunião plenária do Comitê Central, realizada na clandestinidade em outubro passado, foi divulgada numa conferência de imprensa. A retificação da posição do PC coincidiu com a entrada em vigor de uma lei que impõe duras sanções para os partidos declarados "inconstitucionais".

A ex-senadora Julieta Campusano entregou uma declaração que resume os acordos da plenária do Partido Comunista, cuja política de "rebelião popular" tem sido alvo de críticas da oposição de direita, de centro e de setores da esquerda.

O regime militar reabriu, em fevereiro último, o alistamento eleitoral para poder promover um plebiscito, previsto para antes de março de 1989, no qual os chilenos vão dizer se aceitam ou não o candidato presidencial único indicado pelo governo. O PC havia desaconselhado o alistamento, alegando que essa consulta seria "fraudulenta" e contribuiria para "perpetuar" o atual governo. A igreja católica, a Democracia Cristã e a maioria das forças políticas — incluindo cinco dos sete partidos que formam a coligação Esquerda Unida (IU), da qual participa o PC — defenderam, no entanto, o alistamento.

## Facilitar a unidade da oposição

A ex-ministra e deputada Mireya Baltra disse que a convocação para o povo se alistar é uma "decisão tática" para facilitar a unidade da oposição. Apesar do PC nunca ter boicotado abertamente o alistamento eleitoral, em maio passado seus dirigentes declara-

ram que também não o defendiam "dentro do atual sistema".

Campusano e Baltra disseram, ao explicar a "virada tática" do partido, que "a luta por eleições livres, em vez do plebiscito presidencial, pode ser válida se for parte integrante de uma batalha que tem por objetivo derrubar o sistema fascista". As duas ex-parlamentares e o dirigente Osiel Núñez enfatizaram: que a convocação para o alistamento eleitoral foi proposta para atender a outras forças de esquerda e à necessidade de remover um obstáculo na oposição sobre um tema que consideram "secundário".



Julieta Campusano (à esquerda) e Mireya Baltra: virada tática

Em 1980, Luis Corvalán, secretário geral do PC, proclamou a política de "rebelião popular" depois que foi aprovada a nova Constituição chilena, através de um referendo. A nova Carta, inspirada na filosofia profundamente anti-comunista do regime militar, proscreeu os partidos marxistas.

A decisão tomada naquela época pelo PC de defender "todas as formas de luta" foi criticada pela Democracia Cristã, pelo setor socialista moderado dirigido por Ricardo Núñez, e outras forças de esquerda que argumentavam que a aceitação da violência favorece a ditadura militar.

A Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) não compartilha da nova tática do Partido Comunista. Considerada por alguns o braço armado do PC, a FPMR é contra a política de apoio ao alistamento eleitoral, adotada pela esquerda chilena, e continuará promovendo a "rebelião popular" — que inclui ações armadas — contra o regime ditatorial de Pinochet, segundo declarações feitas por dois altos dirigentes da organização.

Roberto Torres, responsável internacional da FPMR, e Marcelo Reyes, representante da organização na Europa, garantiram que a Frente não é o braço armado do Partido Comunista nem de nenhum outro partido político. Fontes da esquerda chilena, no exílio, assinaram que essa é a primeira vez que a FPMR se distancia publicamente da esquerda e, em particular, do Partido Comunista.

"O plebiscito é uma armadilha para o

povo chileno e pretende fortalecer o poder do regime, utilizando a oposição, que pensa ter conquistado alguns direitos", declarou Torres, criticando a posição dos demais grupos de esquerda de apoiar o alistamento eleitoral.

A Frente Patriótica Manuel Rodríguez considera que a esquerda chilena também vive a "crise da política tradicional diante da ditadura militar" e prevê um agravamento deste fenômeno, "pois observamos os mesmos sectarismos, falta de visão patriótica e irresponsabilidade política que nos fizeram perder a democracia em 1973", declarou o dirigente. ●

NIGÉRIA

# Uma transição incerta.

O general Babangida inicia um programa de redemocratização sem que a população nigeriana saiba bem para onde está caminhando

Carlos Castilho

No dia 3 de novembro, o presidente da Comissão Eleitoral Nacional (NEC), Eme Awa, anunciou orgulhoso que nada mais nada menos do que 77 milhões de nigerianos haviam se inscrito em 20 dias para votar nas eleições regionais do dia 12 deste mês, na qual pela primeira vez os partidos políticos serão mantidos à margem.

Mas em vez de reacender as esperanças de uma rápida normalização da vida do país, os números divulgados pela Comissão reforçaram a convicção de muitos nigerianos de que mais uma vez a corrupção e fraude vão acabar predominando.

Segundo as estatísticas do Banco Mundial, a Nigéria tem hoje 99,7 milhões de habitantes, o que deixaria de fora do pleito um total de 22 milhões de pessoas com menos de 18 anos, ou seja, quase 23% da população total. Como o país apresenta uma expectativa de vida de 50,1 anos em média, peritos em demografia garantem que, muito provavelmente, pelo menos 30% da população nigeriana não têm a idade mínima legal para votar. Este cálculo, feito pela revista *Vanguard*, de Lagos, a capital, levanta sérias dúvidas sobre os números divulgados pela NEC.

Informações da imprensa nigeriana acrescentaram dados ainda mais sombrios. Segundo o jornal *National Concord*, no início do registro eleitoral o comparecimento foi muito pequeno e só aumentou depois que alguns estados decidiram liberar salários e aposentadorias apenas para quem tivesse se inscrito. Já a revista *Newswatch* divulgou o depoimento de inúmeras pessoas que se inscreveram várias vezes em diferentes lugares para não serem atingidas

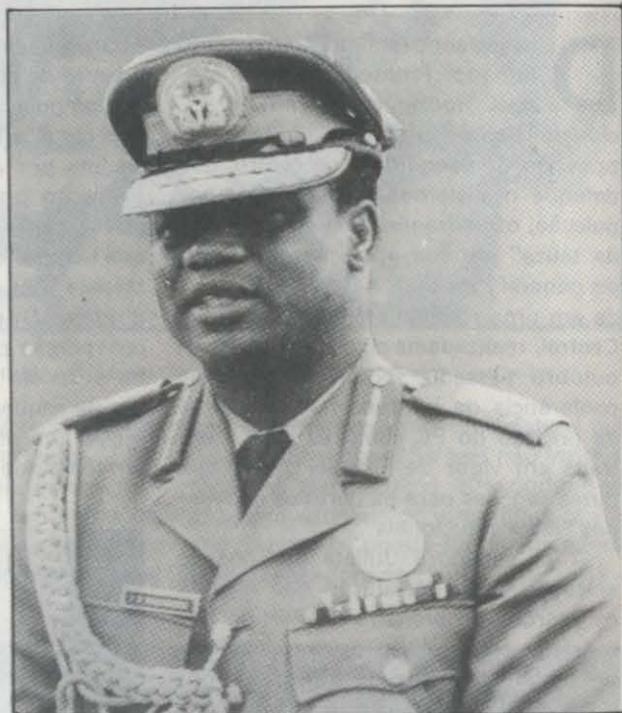
pela lei que estabelece um mínimo de um ano de residência no local da votação.

Nem o próprio governo esperava um registro tão grande de pessoas, já que havia mandado imprimir 55 milhões de formulários, baseado nos dados eleitorais de 1983, quando estavam inscritos 65,3 milhões de nigerianos. Mesmo tomando como base este último número, que os estatísticos e políticos da Nigéria não consideram confiável, o eleitorado global hoje no país não seria superior a 74,3 milhões de pessoas, tendo em vista que a taxa de crescimento demográfico anual é de 3,3%.

A polêmica em torno da honestidade dos registros eleitorais é apenas uma das questões controvertidas do projeto de redemocratização da Nigéria promovido pelo governo. Muito mais séria e delicada é a questão do modelo político que resultará deste complexo mecanismo. Depois das eleições municipais deste ano, estão previstos a votação de uma nova Constituição em 1989, eleições estaduais no ano seguinte, um censo demográfico nacional em 1991 e, finalmente, eleições presidenciais em 1992.

## Eleições municipais

A votação deste final de ano foi precedida por uma enorme polêmica sobre o papel dos partidos políticos. Nenhum dos partidos postos fora da lei desde o golpe que levou o general Babangida ao



Babangida, o "Maradona" da política nigeriana

poder, em agosto de 1985, foi autorizado a fazer proselitismo ou inscrever candidatos durante a campanha eleitoral de 11 dias, prévia à votação de 12 de dezembro.

Essa determinação do governo levou alguns juristas nigerianos a afirmar que "ninguém poderia participar da votação sem violar a lei" e o próprio presidente da Ordem dos Advogados da Nigéria, Oladipo Jimelihin, chegou a ironizar o governo, afirmando que ele tolera apenas "a existência de partidos de rua ou de bairro".

As farpas lançadas pelo jurista surgiram depois do governo ter reconhecido que a proibição abrangia apenas os partidos nacionais e estaduais, havendo liberdade de organização a nível municipal. Mas isso não foi o bastante para impedir que entre os partidos proscritos surgissem acusações de que IBB (sigla pela qual Babangida é tratado na imprensa) estaria interessado em "virar a democracia de cabeça para baixo".

As ordens e contra-ordens do governo deixaram o eleitorado perplexo, surgindo uma enorme confusão sobre em quem e para quê votar. No final de setembro, o presidente anunciou que todos os políticos mais importantes do país, civis e militares, inclusive o próprio Babangida, estão proibidos de participar das várias votações previstas para os próximos quatro anos. A cassação aumentou a confusão política porque dezenas de funcionários públicos, civis e militares do segundo e terceiro escalões em governos passados, também foram atingidos pela proibição. O governo explicou que a medida pretendia "punir os corruptos e impedir o continuísmo".

Ao embaralhar desta forma a política do país, o general Babangida levou vários de seus críticos a compará-lo ao superastro do futebol mundial, Diego Maradona, tal foi o malabarismo demonstrado pelo presidente nigeriano desde o momento em que se comprometeu a fazer uma profunda retificação da conturbada vida política da Nigéria, agitada por nada menos que seis golpes militares nos últimos 21 anos. O principal instrumento das mudanças pretendidas pelo atual regime é uma nova Constituição.

#### A nova Constituição

Em abril deste ano, a revista política *Newswatch* foi punida com seis meses de fechamento por ter divulgado, num furo jornalístico, as conclusões do Birô Político, do Conselho Diretor das Forças Armadas<sup>1</sup>, sobre a nova Constituição. A punição foi determinada pelo próprio Babangida, que se irritou com o fato de uma revista ter violado o sigilo com que o governo vinha cercado as conclusões do Birô. Porém, mais do que um gesto de impaciência, a medida contra a *Newswatch* acabou sendo um novo sintoma da forma imperial com que Babangida vem conduzindo o processo de reformulação política.

O anteprojeto levado dias depois ao conhecimento público contém uma síntese do pensamento dominante entre os militares e civis que cercam o presidente. Duas propostas acabaram sendo responsáveis por uma grande polêmica. A primeira delas se refere à sugestão de que a nova Constituição incluía em seu texto uma referência explícita ao socia-

lismo, sem no entanto definir claramente o que seria entendido como tal. A outra se referia ao sistema partidário, que segundo o Birô Político deveria ser reduzido a apenas dois partidos, num regime federal e presidencialista.

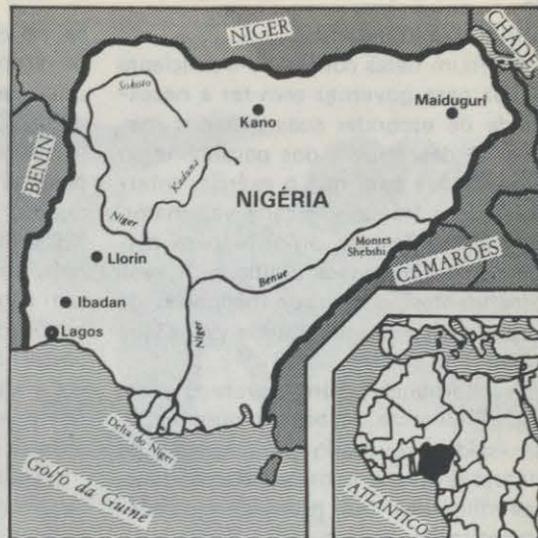
O longo parecer da comissão acabou sofrendo várias alterações no governo, que por exemplo vetou a proposta do socialismo mas manteve o bipartidarismo. O texto original e as modificações introduzidas pelo presidente Babangida foram encaminhados depois a um Comitê Constitucional de 46 membros, nomeados pelo governo, e que deve redigir o texto final da Constituição. Até o final de 1989, a nova Carta deve estar pronta.

A análise do documento elaborado pelo Birô Político deixa clara a preocupação em alterar profundamente o que foi classificado como "cultura política" predominante no país. Com esta expressão, os autores do documento pretendiam abranger todo o conjunto de regras, instituições, tradições e práticas que desde a independência, em 1960, foram as principais responsáveis pela instabilidade política da Nigéria. A crítica do passado é contundente, da mesma forma que é enfática a defesa de um sistema democrático para o futuro.

Mas na hora de propor uma nova estrutura, o documento deixa clara uma tendência verticalista, que segundo analistas políticos, como Raufo Mustapha, "entra em contradição com a defesa da democracia". Isto fica evidente quando o Birô Político recomenda, por exemplo, a organização dos camponeses em cooperativas, mas vincula o processo de reorganização a uma determinação superior. Da mesma forma, todo o processo de "reconstrução democrática" estaria vinculado às decisões de um Diretório Nacional de Mobilização Social.

A tendência verticalista reaparece no capítulo dedicado ao ambicioso projeto de eliminar num prazo de 25 anos, também sob a coordenação de uma Comissão Federal, todas as mazelas sociais do país.

De maneira geral, o texto que agora está sendo discutido pelo Comitê Cons-



Com 90 milhões de habitantes, a Nigéria está dividida numa região norte de maioria muçulmana e uma região sul onde se praticam o catolicismo, o islamismo e cultos tradicionais africanos

titucional teve boa receptividade tanto na esquerda como entre os setores conservadores, que, por motivos diferentes, o consideraram como um ponto de partida para discussões, a principal das quais será, sem sombra de dúvida, a da natureza do novo poder e a forma de governo.

#### O bipartidarismo

O sistema partidário e a forma do exercício do poder são dois dos mais antigos problemas da Nigéria e resultam basicamente da estrutura de classes herdada do colonialismo britânico. Quando o país se tornou independente, as elites políticas locais não tinham nenhuma base econômica própria. Elas dependiam do exercício do poder e da participação no governo para poderem acumular vantagens econômicas capazes de lhes dar a necessária base autônoma. Toda a estrutura econômica do país estava nas mãos de interesses estrangeiros, na sua maioria da antiga metrópole colonial. Nestas condições ser ou estar no poder era condição essencial para a sobrevivência não só política como econômica.

A consequência disto foi que a corrupção e o favoritismo se tornaram generalizados. Os partidos se transformaram em representantes de interesses regionais ou setoriais, trocando entre si acusações cada vez mais pesadas de

corrupção e prepotência.

Nenhum deles conseguiu a suficiente solidez para governar sem ter a necessidade de esconder suas próprias mazelas. O descontrole dos partidos criou as condições para que o exército intervisse com frequência cada vez maior, tanto por interesse próprio (para resguardar os interesses políticos de seus comandantes) como por instigação de grupos civis, marginalizados pelos que estavam no poder.

A alternância entre governos civis, que geralmente acabavam num becossem-saída provocado por choques de interesses rivais, e os sucessivos regimes militares – que prometiam a redemocratização, mas sempre ficavam no meio do caminho, devolvendo o poder aos partidos para salvar a unidade da corporação – acabaram levando os membros do Birô Político a questionar a natureza do poder na Nigéria, nos debates sobre a nova Constituição.

Embora a expressão não apareça no texto encaminhado ao presidente Babangida, fica evidente que a idéia predominante no grupo do Birô foi a de uma "diarquia". Este termo, usado por teóricos políticos como Yusuf Bangura, envolve a formação de uma aliança política permanente entre militares e civis, tendo em vista a criação de estruturas que garantam a preservação dos interesses de ambas as partes. Idéias que circulam entre as cabeças pensantes de Lagos sugerem um presidencialismo forte, quase no estilo gaulista, para impor um verticalismo político rígido e impedir rivalidades étnicas, religiosas, regionalistas e clasistas.

Ainda segundo estas teorias, o poder federal teria características fortemente militarizadas, mesmo que fosse exercido por um civil. O outro suporte da "diarquia" seria formado por uma organização setorial ou corporativista, tanto do setor produtivo (indústria, agricultura e serviços) quanto do setor assalariado. O objetivo desta tendência setorial seria enfraquecer o poder dos partidos tradicionais.

Embora estas alternativas ainda sejam teóricas, uma coi-

sa, no entanto, já se tornou concreta. O governo vetou o multipartidarismo e fez uma clara opção pelo sistema bipartidário. Se esta proposta de Babangida for aprovada (e as chances são grandes), haverá uma profunda mudança no quadro partidário nigeriano depois de 1992. Nas últimas eleições realizadas no país, em agosto de 1983, que terminaram com a reeleição do civil Alhaji Shehu Shagari, nada menos de 50 partidos participaram do processo eleitoral a nível municipal e estadual, embora tenham se apresentado apenas cinco candidatos presidenciais.

Ainda são muito vagas as idéias sobre como seria feita a reorganização do quadro partidário, que na cabeça dos principais teóricos do governo seria semelhante ao dos Estados Unidos ou Inglaterra. Existem correntes políticas que defendem a reaglutinação dos partidos em função do capital e do trabalho, o que implicaria o surgimento de um partido dos empresários e outro dos sindicatos. Um problema ainda mais complicado é o de quem fará a reorganização partidária. Se prevalecer a tendência majoritária no governo, ela será feita de cima para baixo.

#### A questão democrática

Apesar do documento do Birô Político ter feito uma defesa intransigente da

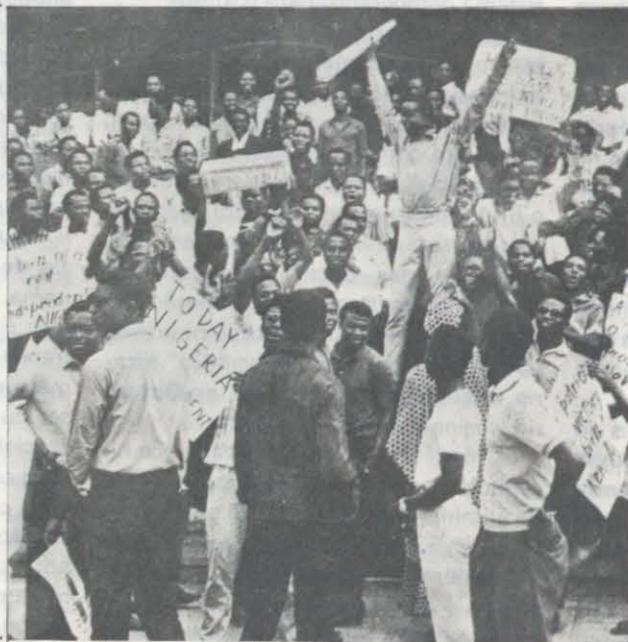
democracia no plano teórico, na prática surgem inúmeras contradições com a preocupação verticalista. O mesmo Yusuf Bangura, num artigo publicado pela revista inglesa *Roape*, afirma que a tendência predominante entre os teóricos oficialistas é a de patrocinar as mudanças, em vez de dar aos setores interessados liberdade ampla e irrestrita para decidir o que mais lhes convém.

Esta tendência seguiria o padrão de comportamento adotado pelas elites nigerianas desde a independência, visando em primeiro lugar a associar-se ao poder para usufruí-lo em benefício próprio e, logo em seguida, impedir que os setores marginalizados tenham possibilidade de reclamar seus direitos.

Entre os setores marginalizados está, além dos sindicatos urbanos, grupos de intelectuais de esquerda e camponeses, a pequena burguesia. Ela sempre foi mantida à parte pelo grande capital nacional e estrangeiro, acabando por se transformar num núcleo nacionalista, que encontrou na defesa dos valores tradicionais a sua principal forma de expressão política.

A pequena burguesia, que chegou a ter alguma expressão dentro do exército e foi responsável por algumas medidas nacionalistas de governos militares no passado, está interessada hoje numa "triarquia", ou seja, um regime político formado pelas forças armadas, pelos políticos civis e pelos chefes das principais etnias nigerianas.

Já os sindicatos e a esquerda nigeriana em geral defendem o multipartidarismo como uma forma temporária de garantir uma ampla liberdade para discutir a reorganização política do país. A esquerda transformou a defesa da democracia no seu principal cavalo de batalha na discussão política atual, acreditando que na medida em que o governo for pondo em prática as novas regras constitucionais, ele não terá outra alternativa senão tornar-se cada vez mais centralista e impositivo, negando o princípio democrático. ●



Os políticos tiveram só 11 dias de campanha para as eleições

Órgão supremo do governo militar.



Mudar o sistema de propriedade da terra é uma das metas do Plano Quinquenal proposto pelo primeiro-ministro

## ZIMBÁBUE

# O desafio da auto-suficiência

O plano de desenvolvimento proposto por Robert Mugabe exige um papel ativo do Estado, dos empresários e dos trabalhadores

Vicent Nyanhete\*

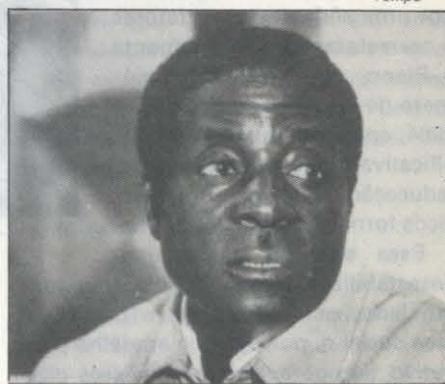
O governo do Zimbábue colocou em marcha um plano quinquenal de desenvolvimento que representa um marco fundamental na história política dessa nação da África Austral, que se tornou independente da Grã-Bretanha em 1980. O objetivo do chamado I Plano Nacional de Desenvolvimento de Cinco Anos é orientar a economia de acordo com os princípios socialistas defendidos pelo partido governante, União Nacional Africana do Zimbábue-Zanu (Frente Patriótica).

O primeiro-ministro, Robert Mugabe, afirmou que o plano procura mudar o regime de propriedade da terra atualmente em vigor. "A porcentagem

de meios de produção em mãos do Estado e de proprietários privados nacionais será aumentada gradativamente. Ao mesmo tempo, nos propomos a estabelecer um sistema de produção auto-suficiente no abastecimento de bens de capital e produtos industriais básicos".

Para facilitar o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, socialista e integrada, cada um dos nove estados do Zimbábue definiu um plano de desenvolvimento regional, que fará o papel de ponte entre os grandes objetivos estratégicos fixados a nível nacional e as propostas e projetos específicos que respondem às necessidades de municípios e cidades.

O novo Plano Nacional de Desenvolvimento tem objetivos bem concretos e, até certo ponto, limitados. O número de pessoas às quais poderão ser concedi-



Mugabe: mais justiça social

das novas terras é de 15 mil, o que contrasta com as 54 mil famílias que por ano se instalaram durante o Plano de Transição. Prevê-se a criação de 144 mil postos de trabalho (28 mil por ano), o

que está longe de satisfazer a demanda dos 85 mil jovens que saíram dos estabelecimentos de ensino em 1985, e dos 120 mil que entrarão no mercado de trabalho até terminar o período de aplicação do Plano em 1990.

#### Motor para a mudança

O elemento crítico que condiciona o êxito do plano é o investimento. O termo "formação bruta de capital fixo" é utilizado para medir o volume de investimento, motor que impulsionará o crescimento a um ritmo aproximado de 5% ao ano a um custo de mais de 7 bilhões de dólares zimbabueanos (equivalentes a 4,1 bilhões de dólares norte-americanos), que serão gastos enquanto o plano estiver em vigor.

Cerca de metade dessa quantia - muito significativa, se levarmos em conta os padrões de investimento existentes no Zimbábue - será destinada ao setor produtivo, do qual se espera gerar a riqueza necessária para a transformação econômica da sociedade.

O plano prevê sérias dificuldades que, no entanto, são equilibradas com razoáveis esperanças para o futuro. Os problemas originados pela seca que atingiu o país entre 1982 e 1984 - que foram agravados por uma série de outros fatores - acarretaram, segundo aponta o Plano, uma redução no número de empregos entre 1983 e 1984, enquanto aumentava significativamente o setor terciário (educação, saúde e outros serviços fornecidos pelo Estado).

Essa situação gerou uma desestabilização econômica porque, por um lado, os recursos eram gastos na área social e, por outro, o aparelho produtivo não gerava riquezas. Esses gastos, no entanto, foram necessários para corrigir as políticas do regime de minoria branca liderado por Ian Smith, que, antes da independência, canalizava todo o investimento estatal em benefício das elites de origem européia.

Embora, em certo sentido, o plano

leve em conta as expectativas individuais de cada habitante do Zimbábue, só o tempo vai confirmar se as transformações econômicas previstas mudarão a sociedade no rumo desejado, ou seja, no sentido da auto-suficiência com maior justiça social.

Dois aspectos fundamentais são a canalização de recursos novos para a produção e o papel definido para o se-

rios e de preços para os produtos essenciais, em vigor há alguns meses, vai durar até janeiro próximo.

#### Construir uma economia socialista

Será que essa medida produzirá uma mudança nos rígidos controles do mercado de trabalho, no controle de preços e nos altos impostos? Essas são algumas das dúvidas suscitadas pelo Plano.

O investimento privado é baixo, mas a preocupação maior é em relação à transferência de tecnologia e à abertura de novas empresas que gerem mais empregos. O setor privado passará de mãos estrangeiras a proprietários nacionais sob controle e participação estatal. Está prevista a criação de um Registro de Investimentos que funcionará como catálogo para o investidor nacional e estrangeiro, o que ajudará a determinar o rumo que o desenvolvimento econômico for tomando.

A situação que o novo Plano gera é contraditória: para o desenvolvimento econômico é fundamental a criação de novos empregos, um objetivo que só pode ser realizado pelos setores produtivos. Isso pressupõe o funcionamento de uma economia dinâmica, que compense os esforços dos investidores e daqueles que criam novas indústrias. Esse dinamismo requer um espírito empresarial, com administradores e operários motivados além de precisar de cooperativas que recebam os benefícios materiais do esforço que realizam.

Mas, ao mesmo tempo, o objetivo proposto é a construção de uma economia socialista, controlada e dirigida pelo Estado, embora sem as características burocráticas que podem facilmente minar o espírito dos investidores. Conciliar todos esses aspectos é o desafio maior dos próximos anos.



Gerar novos empregos é uma das preocupações do governo

tor privado na realização de projetos que aumentem a capacidade produtiva. O governo fará mudanças na área fiscal, na política salarial e de preços, na importação e outros setores, para estimular investimentos.

Preços e salários já foram afetados pela nova política. O ministro das Finanças, Planejamento Econômico e Desenvolvimento, Bernard Chidzero, anunciou que o congelamento de salá-

\* O autor é jornalista no Zimbábue.



Um policial (à paisana) acompanha Mordekai Vanunu (com barba) até um tribunal em Jerusalém

ISRAEL

## A ameaça nuclear

Os bastidores do sequestro de Mordekai Vanunu e as implicações do julgamento a que está sendo submetido em Israel, analisadas pelo irmão do técnico nuclear

Alberto B. Mariani

**P**rocurado pela justiça israelense, Mehir Vanunu, 31 anos, de passagem por Genebra, faz um balanço do episódio em que seu irmão Mordekai se tornou a principal vítima e protagonista por haver denunciado que Israel já produz a bomba atômica no complexo nuclear de Dimona (ver **terceiro mundo** nº 102)

Que relação tinha seu irmão com o jornal "Sunday Times", de Londres?

— Há mais de um ano, quando meu irmão estava na Austrália, conheceu um jornalista colombiano, chamado Oscar Guerrero, que se ofereceu para publicar tudo que Mordekai sabia sobre a bomba atômica israelense. Meu irmão tinha um peso na consciência porque conhecia

tudo sobre a produção nuclear de Israel.

No início, meu irmão tinha muita dificuldade para estabelecer contato com a imprensa. Por isso, para ele, aquele contato com Guerrero foi fundamental. Mordekai queria que suas revelações fossem publicadas em um jornal importante, mas foi um grave erro ter confiado nele.

*Comenta-se que esse Oscar Guerrero cobrou 300 mil dólares; não era, portanto, uma pessoa desinteressada... O que você sabe a respeito?*

— Realmente. Essa foi a quantia que pediu para vender sua matéria "exclusiva". E foi por esse dinheiro que Guerrero negociou com o *Sunday Times*. O jornal inglês queria informações mais precisas e, principalmente, queria provas de que era verdade tudo o que meu irmão estava denunciando. Queria também os nomes das pessoas que esta-

vam trabalhando no projeto atômico de Israel.

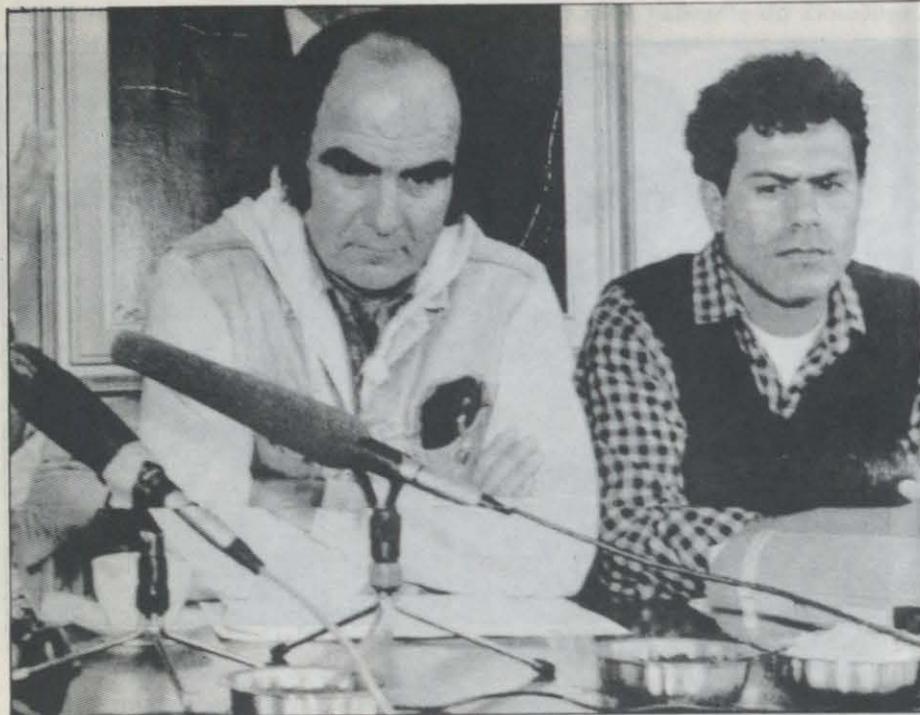
Depois de algum tempo, o jornal percebeu que Guerrero não era uma pessoa de confiança. Comprovaram que ele só estava interessado no dinheiro. Por isso, procuraram se afastar dele e convidaram Mordekai a continuar as conversações em Londres.

### O sequestro

*Voltemos ao sequestro...*

— Dois dias antes do sequestro de meu irmão — em 28 de setembro de 1986 — o jornal inglês *The Sunday Mirror* publicou um artigo que revelava detalhes de todo o caso.

Isso levou o *Sunday Times* a não publicar as informações que meu irmão havia dado. Pensaram que meu irmão não era uma pessoa honesta. Mas foi Guerrero que, furioso por ter sido



Mehir Vanunu (à direita): "Meu irmão é um idealista"

deixado de lado, contou tudo ao *The Sunday Mirror*, que por sua vez publicou uma foto de meu irmão, pondo tudo a perder.

Penso que Guerrero recebeu dinheiro desse jornal. Até hoje, ele continua aparecendo. Sei que ele telefonou para várias publicações oferecendo-se para contar a "verdadeira história do sequestro" de meu irmão. Guerrero afirma que meu irmão foi sequestrado nas ruas de Londres, com a cumplicidade de "Cindy" (uma agente do serviço secreto israelense, o Mossad).

*E por que ele espalha essas histórias?*

— Alguns pensam que ele está sendo usado pelo Mossad. Em todo o caso, é muito estranho que ele afirme que meu irmão foi sequestrado em Londres, quando todo mundo sabe que o raptaram em Roma.

*E que provas você tem?*

— Existem fotos de meu irmão, já preso, nas quais aparece com isso escrito na palma da mão. Mordekai conseguiu denunciar o fato à imprensa. Além disso, eu falei com ele na prisão e me confirmou, várias vezes, que foi raptado em Roma.

*Por que motivo o "Sunday Times" reteve seu irmão em Londres, durante várias semanas, expondo-o a possíveis represálias do Mossad?*

— Os diretores do jornal londrino achavam que as informações de meu irmão não eram verdadeiras. Robin Morgan, da direção do *Sunday Times*, começou a publicar os diários de Hitler e no final se descobriu que eram falsos. Eles estavam traumatizados com essa história e tinham muito medo de voltar a embarcar em outro episódio do mesmo estilo.

Eles queriam saber também qual seria a reação de Israel quando soubesse que meu irmão estava em Londres. Se os israelenses tentassem algo contra Mordekai, isso provaria que a história que ele contava era verdadeira. Essa é a minha interpretação da sua atitude, mas a realidade pode ser outra bem diferente. Só o tempo dirá.

*Você descarta, portanto, qualquer cumplicidade entre o "Sunday Times" e o Mossad? Alguém escreveu que seu irmão havia sido "entregue" pelo jornal londrino ao MI-6 (o serviço de inteligência britânico), que por sua vez o teria "vendido" ao Mossad. Qual é a sua opinião?*

— Não sei. Em todo caso, não quero nem pensar nessa hipótese.

### O papel da justiça italiana

*Você esteve algumas vezes com o juiz italiano Domenico Sica por causa do sequestro de seu irmão na Itália. O que foi discutido nessas reuniões?*

— A primeira vez que me encontrei com o juiz Domenico Sica foi em março passado. Naquela época, não disse tudo o que sabia por uma razão muito simples: queria voltar a Israel.

A segunda vez que o vi foi em 4 de agosto passado. Nessa ocasião, ele me advertiu claramente: "De acordo com a lei italiana, posso decretar sua prisão preventiva, se não me der toda a informação que possui sobre um delito cometido dentro do território italiano".

Entreguei-lhe, então, duas cartas escritas por meu irmão, que estavam endereçadas a ele. Nelas, Mordekai garantia que havia sido levado à força, sem especificar que o sequestro havia ocorrido em Roma, porque a censura de Israel lhe impôs essa condição.

Em seguida, o juiz perguntou se eu sabia que meu irmão havia chegado a Roma acompanhado de uma mulher, "Cindy". Respondi que Mordekai havia decidido viajar para Roma por medo. Esclareci que o *The Sunday Mirror* publicou as informações sobre meu irmão, no dia 28 de setembro, três dias depois dele ter se encontrado com "Cindy". Aproveitando-se do fato que o jornal não havia dado crédito à história dele, "Cindy" convenceu Mordekai a fugir da Inglaterra e se refugiar em Roma, onde ela podia escondê-lo na casa de sua irmã.

Já em Roma, "Cindy" e Mordekai foram atacados na rua por dois homens (que falavam hebraico), quando iam para o apartamento da suposta irmã. Atacaram-no, imobilizaram-no e aplicaram-lhe uma injeção para dormir. Imediatamente, levaram meu irmão para um barco da marinha mercante, que o transportou até Israel, onde ele chegou no dia 7 de outubro de 1986. Em outras palavras, a operação começou em Londres e terminou em Roma. E foi isso que contei ao juiz.

*Essa armadilha confirma o papel relevante que teve essa mulher chamada "Cindy".*

– Sem nenhuma dúvida, ela foi uma peça fundamental na operação montada pelo Mossad contra meu irmão.

*As outras versões que circulam sobre o sequestro de seu irmão são, portanto, fantásticas?*

– Completamente. O Mossad, naturalmente, quer dar outra versão dessa trama para ridicularizar Mordekai e descreditar sua história. Os israelenses mentiram para os ingleses e os italianos. Meu irmão não voltou a Israel por sua livre vontade. Ele foi sequestrado e levado à força para nosso país.

*Você acha que o Mossad poderia agir dentro do território italiano sem a colaboração dos serviços secretos desse país?*

– Não posso lhe responder. No entanto, penso que o Mossad tinha todo o interesse em agir com a máxima discrição. Ou seja, sem envolver outros serviços secretos no assunto. Mas, sem dúvida, a operação montada constituiu um verdadeiro atentado ao direito internacional e à soberania de uma nação livre e independente, como é a Itália.

#### O perigo de Dimona

*O que o leva a estar tão seguro quando descreve a maneira como teria sido raptado seu irmão?*

– Porque foi o meu próprio irmão quem me contou, várias vezes, o que havia acontecido. Durante cinco meses, permitiram que eu o visitasse todas as semanas ou a cada 15 dias. Todas as vezes que eu o visitava, era obrigado a assinar uma declaração na qual me comprometia a não revelar o que meu irmão contava, sob a ameaça de ser condenado a 15 anos de prisão.

Em todo o caso, em relação ao sequestro de meu irmão, existem evidências e provas. Me refiro ao carro alugado em Roma pela embaixada de Israel e ao barco que partiu do porto italiano de La Spezia com Mordekai a bordo. São fatos que Israel não poderá desmentir.

*Você está sendo procurado pela polícia israelense nesse momento?*

– Sim, sem dúvida. Há uma ordem de prisão contra mim por ter revelado no estrangeiro como ocorreu o sequestro do meu irmão.

*Você já pediu asilo em algum país da Europa?*

– Vou pedir, mas não na Suíça. Acho que farei o pedido à Grã-Bretanha.

*É verdade que seu irmão mandou uma carta ao ex-primeiro-ministro italiano Bettino Craxi? O que ele pedia na carta?*

– Pedia que fossem esclarecidas as circunstâncias de seu sequestro. O governo italiano tem o direito de exigir

*Existe ou não o complexo atômico de Dimona em Israel?*

– Há 25 ou 30 anos, o complexo atômico de Dimona já está em funcionamento. Meu irmão achava que o mundo tinha direito de saber até que ponto corria perigo ou estava ameaçado pelo arsenal atômico de Israel. Principalmente, depois da guerra do Líbano.

Em Israel ninguém fala sobre isso, nem o Parlamento nem os partidos.



Israel tem que reprimir para poder aplicar sua política

explicações a Israel.

*As pessoas em Israel sabem o que está acontecendo com seu irmão?*

– Não. Nem mesmo o juiz de instrução está a par de todas as informações. Durante o processo, meu irmão pôde mencionar o sequestro, mas foi proibido de revelar em que país havia sido raptado. O sequestro foi silenciado "por razões de Estado".

*As autoridades israelenses tratam seu irmão como um "traidor".*

– Meu irmão não é um traidor, apesar de tudo o que se disse a seu respeito. Eu posso garantir que não foi o dinheiro que levou Mordekai a revelar a existência da bomba atômica israelense. Desde a Universidade, Mordekai sempre foi um idealista.

Ninguém. Só um número restrito de pessoas está a par das atividades nucleares de meu país.

Existe um grupo dentro do aparelho do Estado que continua fabricando bombas atômicas sem que ninguém possa controlar essas atividades.

*Qual é a situação carcerária de seu irmão?*

– Mordekai está preso há mais de um ano. Dentro de sua cela a luz está acesa permanentemente, dia e noite. Os guardas batem nele constantemente. Mordekai está proibido de receber cartas. Meu irmão não tem nenhuma garantia de que terá justiça. Nem mesmo pôde escolher um advogado de sua confiança. Apresentaram-lhe uma lista fechada de advogados escolhidos pelo Tribunal.

KUAIT

# Equilíbrio precário

Ameaçado pelo Irã, esse emirado do Golfo, aliado do Iraque, está longe de ter resolvido seus problemas econômicos

Mohamed Salem

**C**onsiderado pelos iranianos como um trampolim para as importações de armas do Iraque, o Kuait navega, desde 1980, nas águas perigosas da guerra do Golfo.

País pequeno, situado entre dois grandes, o Kuait tem um riquíssimo litoral onde se encontram 10% das reservas mundiais e 19,2% das reservas árabes de petróleo, importantes refinarias (como as de Mina al-Ahmad, Shuaiba, Mina Abdulla etc.) e um porto, localizado na entrada de uma baía natural profunda, que já era conhecido há quase dois mil anos por Nearco, um dos almirantes de Alexandre Magno.

É por esse porto – que também tem o nome de Kuait – que transitam 30% das importações da vizinha Arábia Saudita, 40% das importações do Iraque e quase todo o intercâmbio comercial do país.

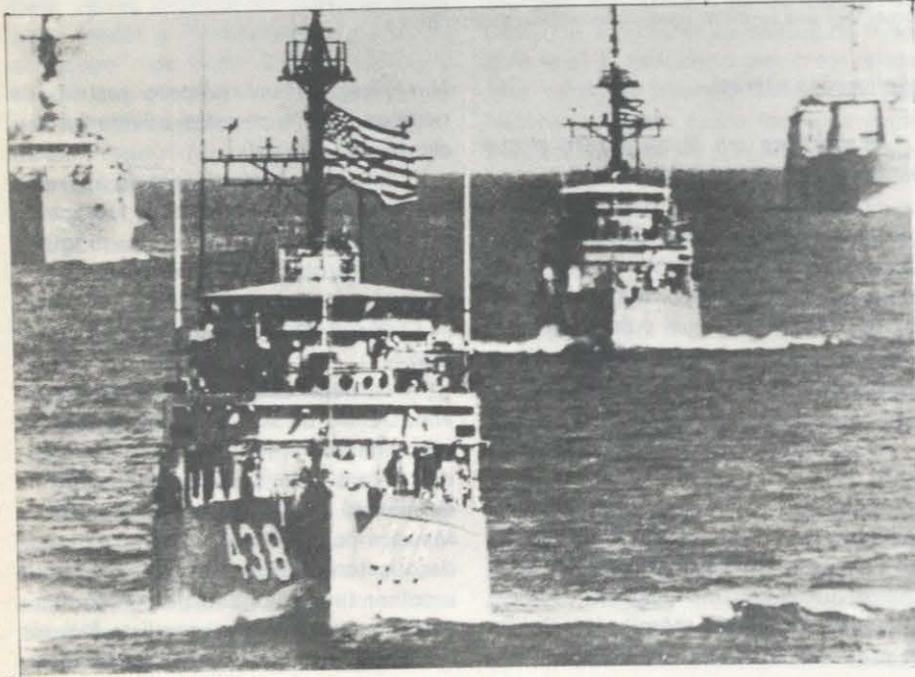
O Kuait é o único país do Golfo que

tem relações diplomáticas com Moscou e Washington e está regido por uma monarquia hereditária que tem suas raízes no século XVIII, em uma dinastia fundada por Abdul Rahim Al-Sabah, em 1756.

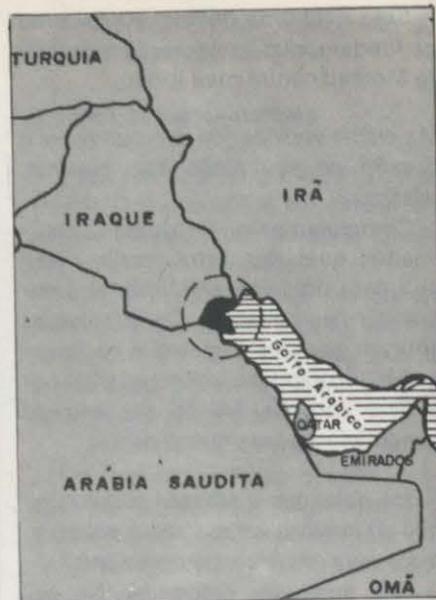
O orçamento do país – que está em plena recessão econômica – registrou em 1986-1987 um déficit sem precedentes, que, já no exercício de 1985-1986, havia caído 38%. Queda do preço do petróleo? Má gestão administrativa? Quais são as causas da crise?

Sejam quais forem as causas, a diminuição da riqueza do emirado – que, em 1985, assistiu ao desvio de pelo menos 50 bilhões de dólares para o exterior –, a queda do Produto Nacional Bruto (que passou de 19.870 dólares per cápita em 1982 para 18.320), e um índice inflacionário de 30% ao ano não levam a esperar um futuro promissor. Principalmente se for levado em conta que essa situação econômica afeta sobretudo os trabalhadores estrangeiros e as classes pobres do país, ou seja, 65% da população economicamente ativa do emirado,

Reuter



A guerra do Golfo pode ter graves repercussões políticas e econômicas no emirado



O Kuait, que conquistou a independência em 19 de junho de 1961, tem 1,8 milhão de habitantes, dos quais 40% de nacionalidade kuaitiana e 60% de estrangeiros, a grande maioria palestinos, seguidos de iranianos, egípcios, paquistaneses, filipinos e hindus. Em seus 17.818 quilômetros quadrados, não há nenhuma configuração natural que, em termos militares, ajude a defesa do país. Quase todo o território é ocupado por uma extensa planície desértica, encravada entre o Iraque e a Arábia Saudita, margeada por uma pequena faixa costeira habitada, de 130 quilômetros de extensão por uns 10 quilômetros de largura, onde se encontram as principais cidades do país: Kuait (a capital), Al-Ahmadi, Al-Fahayhil, Al-Jarah, Al-Samyia, Hawaii e Al-Khiran.

da qual 35% são xiítas e estão sensibilizados pela propaganda de Teerã.

No plano político, os dois ramos rivais da família Al Sabah (os Al Jaber e os Al Salem, que se revezam no poder desde a morte do emir Mubarak al-Sabah, ocorrida em 1915) já não contam com o apoio unânime da população do país. Do ponto de vista militar, a situação do país também não é boa.

Se, por acaso, o Irã decidisse atacar diretamente o Kuait, levado pelos desdobramentos da guerra com o Iraque ou por ver a conveniência de envolver esse aliado de Bagdá no conflito, o pequeno emirado poderia desmoronar como um castelo de cartas. Para os especialistas em Oriente Médio, nesse caso, pouco ou nada valeria a intervenção dos 15 mil soldados do país, nem a condenação do ataque, que fatalmente o governo de Bagdá emitiria, nem a proteção soviética e norte-americana aos navios petroleiros kuaitianos. O regime, da forma como está estruturado nos últimos séculos, chegaria ao fim.

# Sharjah, tudo igual a antes

A recente tentativa de golpe de estado não mudou a situação interna, nem alterou a posição do país para enfrentar os desafios externos



Apesar das reservas de petróleo e gás, o país enfrenta sérios problemas econômicos

Tudo voltou à normalidade no emirado de Sharjah, depois da tentativa de golpe em 17 de junho passado, liderada pelo xeque Abdel Aziz el-Qassimi contra seu irmão, o xeque Sultán. De fato, em meados de junho, aproveitando uma viagem do xeque Sultán a Londres e com o pretexto de que o país atravessava uma situação econômica desastrosa, o príncipe Abdel Aziz – com o apoio da Guarda Nacional – destituiu do trono seu próprio irmão e tomou o poder.

Sharjah é uma das autocracias beduínas da antiga "Costa dos Piratas", que em dezembro de 1971 decidiram se unir na Federação de Emirados Árabes Unidos. Essa federação inclui sete emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ras al-Khaimah, Ajman, Fujairah e Umm al-Kuwait. Estes mini-estados ocupam uma superfície de 83.600 quilômetros quadrados, e têm uma população de dois milhões e cem mil habitantes, dos quais 960 mil são trabalhadores estrangeiros (a maioria deles são hindus, paquistaneses, filipinos, coreanos, tailandeses, iranianos e palestinos).

O Conselho Supremo dos emirados –

presidido pelo xeque Zayed Ben Sultán el Nahyan (o chefe de estado de Abu Dhabi) – não permaneceu indiferente ao golpe de estado em um dos seus membros: em 23 de junho, seis dias depois do golpe, decretou a "reconciliação" dos dois irmãos inimigos, ao preço de uma total reestruturação (ou melhor, desmantelamento) da Guarda Nacional, obrigada a se integrar ao exército da federação. O xeque Sultán recuperou o poder, mas ao custo da indicação de seu irmão Abdel Aziz como príncipe herdeiro de Sharjah. A paz foi oficialmente selada e o pequeno emirado do Golfo voltou à calma.

## Nem tudo é cor-de-rosa

Embora a ordem tenha sido formalmente restabelecida e os irmãos rivais tenham dado um abraço fraternal e caloroso diante das câmeras de televisão, a situação política, econômica e social do país – tal como acontece em quase todos os outros membros dessa pequena federação – continua instável.

Os Emirados Árabes Unidos sofrem os problemas comuns a todas as nações



produtoras de petróleo: estão submetidos a uma crise que tem origem na recessão internacional e na queda vertiginosa do preço do óleo cru. Apesar de suas enormes reservas de petróleo (estimadas em 32,5 bilhões de barris) e de gás (850 bilhões de metros cúbicos) e de um privilegiado Produto Nacional Bruto de 20 mil dólares per cápita anuais, Sharjah atravessa uma situação econômica grave, que põe em risco não só a sua estabilidade como também a dos outros confederados. O perigo provém da total dependência do país da mão-de-obra estrangeira, que constitui 85% da população economicamente ativa do país.

Desde o princípio da década de 80, esses trabalhadores estão enfrentando uma contínua queda do poder aquisitivo de seus salários, uma inflação de mais de 35% ao mês e uma política econômica cada vez mais austera.

Mas o setor mais privilegiado da população – em particular os ligados ao poder e membros das grandes famílias que controlam o país – ignora a crise e continua insistindo na mesma política: concentrar a renda proveniente do petróleo em suas mãos e manter um nível de vida luxuoso, e até certo ponto ultrapassado, que causa permanente irritação nos assalariados.

Esse é o melhor ambiente para que floresçam nessa região do Golfo as idéias extremistas que vêm de Teerã, onde a figura austera do aiatolá condena o luxo e os prazeres terrestres. Isso gera contradição nessa pequena federação que, juntamente com o Kuwait, Bahrein e Omã, forma parte da retaguarda dos Estados Unidos na luta contra o Irã.

•  
A.M.

ÍNDIA

# Estado de emergência

A devastação de bosques, projetos de reforestamento equivocados e o esgotamento das reservas de água provocam a pior seca desse século

Radha Rajadhyaksha

**A** Índia está sofrendo a pior seca deste século. As estatísticas são alarmantes: nada menos que 11 estados – Orissa, Gujarat, Punjab, Tamil Nadu, Haryana, Madya Pradesh, Uttar Pradesh e regiões de Himal Pradesh, Andhra Pradesh, Karnataka e Maharashtra – já foram afetados.

Dos 470 municípios atingidos, 110 estão em situação grave. Outros 152 foram afetados parcialmente e com o passar dos dias aumentam as áreas em estado de emergência.

Os indicadores atuais assinalam que a seca deste ano é muito maior e intensa do que as anteriores, e afeta áreas que tradicionalmente foram consideradas "fora de perigo", como o município de North Arcot no estado de Tamil Nadu.

Os estados de Rajasthan, Madhya Pradesh e Maharashtra sofrem o quarto ano consecutivo de seca, enquanto Gujarat e Haryana o terceiro. Em Uttar Pradesh a falta de ventos monções não tem precedentes e a escassez de água já atinge 50 dos 57 municípios desse estado.

Em Karnataka, as secas consecutivas desde 1982 (exceto uma temporada de clima bom em 1986) desestruturaram a agricultura do estado, desarticulando sua economia.

Em Punjab, o celeiro da Índia, onde a ação dos ventos de monções é uma ajuda natural à irrigação artificial, a seca não só diminuiu a produção agrícola como levou a um aumento considerável do consumo de combustível e eletricidade e obrigou a utilizar milhões de litros de água na ampliação das áreas irrigadas. A seca representou um desastre econômico não só para os agricultores, mas também para esse estado, em particular, e para a economia do

país em seu conjunto, como destacaram os especialistas da Comissão de Desenvolvimento de Punjab.

## Falta água potável

O nível das águas tem baixado tanto que os técnicos estão alarmados. De acordo com um recente relatório do Ministério de Águas apresentado ao governo, o volume de reservas nos lagos mais importantes não passa de 70% da marca de 1986. A situação é ainda pior na represa de Ramganga (25%), nos diques de Pong (45%), R liand (66%), Hirakud (55%), Tungabhadra e Koyna (51%).

A água potável começou a faltar na maior parte dos estados e por isso a maioria dos agricultores prefere guardar para beber as pequenas quantidades d'água que recebe para irrigar suas plantações. Nas áreas urbanas, que nunca sofreram uma crise como essa, especuladores transportam a água em tanques e vendem por preços exorbitantes.

Os pobres são os mais afetados. No município de Koraput, estado de Orissa, já se registraram inúmeros casos de morte por inanição.

Os habitantes dessas regiões sobrevivem somente de raízes e hortaliças dos bosques vizinhos. Centenas de pessoas do sul de Rajasthan sobrevivem com um *roti* (espécie de pão árabe, sem fermento) e meio copo de caldo de milho por dia.

Um estudo sobre a

constituição, elaborado pelo Programa Conjunto da Mulher (Joint Women's Programme – JWP), revelou que a venda de mulheres jovens pelos seus pais e familiares está se tornando comum entre os trabalhadores rurais desempregados e as castas inferiores, nas áreas da seca. Nos casos extremos elas mesmas se vendem, como servas, por duas mil rúpias.

Em Madhya Pradesh, a seca levou à formação de bandos de ladrões que invadem os bairros da cidade de Gujarat e se apoderam de tudo que encontram. É patético constatar o fruto dos roubos: um ou dois sacos de cereais, roupas velhas, uma galinha etc.

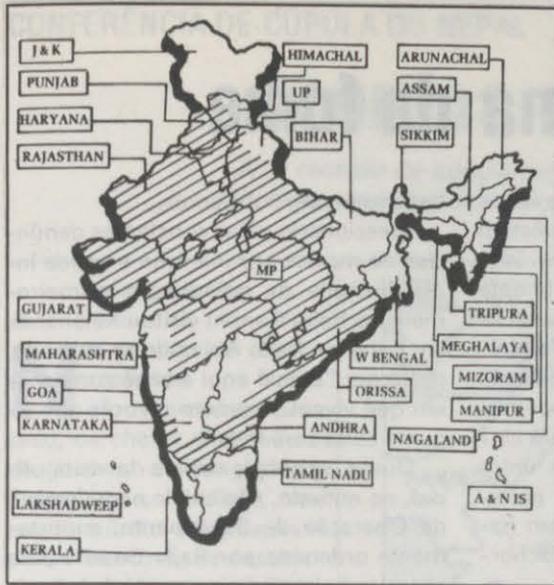
## O governo reconhece a crise

O governo demorou muito para reconhecer a crise. Há seis meses, Yogendra Makwana, ministro da Agricultura, declarou que não existiam, no país, áreas afetadas pela fome. Só em agosto passado, o governo central admitiu, fi-

Satyaki Ghosh



Um estudo sobre a Trilochan Pradhan, de dez anos: vítima da fome crônica



A parte hachurada mostra as áreas mais afetadas pela seca

nalmente, a terrível realidade. Foi estabelecido um comitê interministerial, presidido pelo primeiro-ministro Rajiv Gandhi, para estudar o tipo de ajuda que será dada às áreas flageladas pela seca. Também está sendo elaborado um programa agrícola para aumentar o número de postos de trabalho no campo.

Esse esquema de ajuda de emergência pode trazer algum alívio momentâneo para os setores mais carentes. Mas, para se conseguir uma solução definitiva, deverá ser mudado substancialmente o processo de desenvolvimento econômico da Índia, que está destruindo o meio ambiente.

A devastação indiscriminada de florestas é uma das causas fundamentais da seca. O Brasil sofreu a pior seca de sua história entre 1983 e 1984, um desastre natural ocasionado pela maciça devastação das florestas nos últimos 25 anos. Setenta e cinco anos de devastação florestal causaram a ruína da Etiópia.

Na Índia, alguns municípios no sudoeste do estado de Rajasthan, que hoje são desérticos, estavam, há três décadas, rodeados de uma densa mata que foi sendo devastada com fins comerciais, por uma empresa com influência política. Essa enorme destruição de árvores, que são imprescindíveis para manter o regime de chuvas, alterou o equilíbrio ecológico e provocou seca este ano.

O governo lançou vários planos de

reflorestamento. Rajiv Gandhi anunciou, há um ano, a decisão de reflorestar cinco milhões de hectares por ano. Mas, a entrega de extensas áreas para reflorestamento a grandes firmas industriais deixa os camponeses mais pobres na mesma situação de antes: sem acesso a terras férteis e irrigadas.

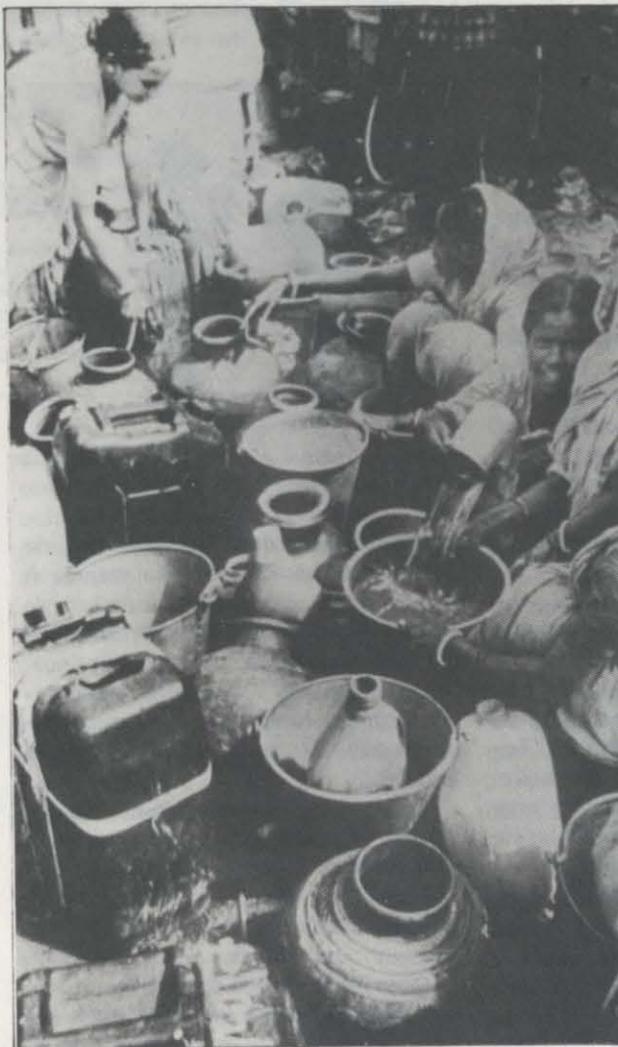
Pior do que isso, o tipo de árvores que é utilizado no reflorestamento (eucalipto e pinho) termina sendo, segundo alguns especialistas em ecologia, prejudicial para o meio ambiente. O eucalipto precisa de muita água, o que resseca o solo e impe-

de o cultivo nas áreas próximas, devido à extensão de suas raízes. Mesmo assim, continua sendo plantado por pressões do lobby dos plantadores de eucalipto.

Em Maharashtra, são utilizadas grandes quantidades de água para irrigar as enormes plantações de cana-de-açúcar, enquanto os produtores mais pobres não recebem água nenhuma.

Nesse mesmo estado, a excessiva exploração de águas subterrâneas foi também motivo de escândalo. A crescente privatização das águas do subsolo, através da instalação de tubulações, financiadas pelos produtores mais ricos, teve consequências desastrosas. A extração em um volume que excedia as possibilidades de reposição natural, levou a uma diminuição constante do nível da água.

Reuter



A seca levou o governo a impor o racionamento de água

O esgotamento dos lençóis subterrâneos piorou a situação das "áreas críticas" - aldeias sem nenhuma fonte de água potável - que aumentaram de 17 mil em 1980 para 23 mil em 1983. Em todo o país, a história se repete. Mas, o governo continua se negando a modificar o atual sistema de administração, que está acabando com as reservas d'água. Assim, um dos países com maior índice de umidade no mundo foi transformado numa terra de desolação e seca.

No futuro, a situação só tende a piorar. De acordo com a opinião de especialistas, daqui a duas décadas a Índia deverá ter uma escassez de água de proporções catastróficas e é de se prever que, com os tentáculos da seca se expandindo a cada ano, o pânico se propague muito antes. ●

# Kalahandi, o fantasma da fome

**E**xiste na Índia uma Etiópia em pequena escala: o município de Kalahandi, no oeste do estado de Orissa. Cinquenta por cento dos habitantes vivem em regime tribal ou pertencem às castas mais baixas da sociedade indiana – os *harijans*.

As crianças são vendidas para trabalhos escravos e milhares de habitantes emigram para o estado vizinho de Madhya Pradesh em busca de alimento e emprego. "Não como arroz há seis meses", nos contou Kala Manji em março passado. Suas pernas muito finas e a pele em cima dos ossos denotam uma desnutrição de muito tempo.

Este ano, a fome fez inúmeras vítimas em Kanduljhar, segundo informa o *sarpanch* (representante da comunidade), Raichand Bernal. Em 1980, a população de Kanduljhar era de 5.032 habitantes. Hoje é de três mil.

A morte atinge mais os *harijans* do que as outras minorias que formam a população. Crianças raquíticas, muitas delas cruelmente deformadas pela desnutrição, perambulam sem rumo pelas ruelas empoeiradas.

Suruji Manji, de 25 anos, foi para Madhya Pradesh em busca de trabalho. Antes que pudesse mandar dinheiro para a sua família, Sukeshi, sua esposa, morreu de inanição e antes que pudesse voltar, seu filho Udaya também morreu de fome. "Perdi minha esposa e meu filho. Não tenho mais razão para viver", disse Suruji.

## Folhas e raízes para sobreviver

Kado Dei é uma mulher de 30 anos e já está viúva. Chorando, nos conta os últimos momentos de seu marido. "Todos nós nos alimentávamos de capim. Um dia meu marido comeu uma erva venenosa. Sua morte foi fulminante: ele ainda chegou a pedir um pouco de arroz, mas morreu sem conseguir nem provar". Kado Dei nos mostrou diferentes tipos de ervas que ela continua colhendo no bosque para "alimentar" sua sogra, seu filho e ela mesma.

Os membros das tribos, que não possuem terras, e os *harijans* do municí-

pio de Kalahandi comem folhas e raízes para sobreviver. As mulheres se vestem com os chamados *dhotis* – roupa feita com panos grossos e normalmente usada pelos homens – em vez de utilizarem a tradicional vestimenta feminina: o *sari*, um tecido de algodão ou seda que é enrolado no corpo. Os homens usam uma pequena tanga, presa à cintura, e o resto do corpo nu. A única água disponível vem de poços, geralmente contaminados, onde tomam banho homens, mulheres, gatos, cachorros, vacas e búfalos.

As mortes causadas pela fome têm sido calorosamente debatidas na Assembleia Legislativa de Orissa, em Bhubaneswar, a 420 quilômetros do município. O governo do estado continua



Quem é o responsável?

afirmando que não existem casos de morte por inanição em Kalahandi. A versão oficial é que entre outubro de 1986 e março de 1987 morreram 160 pessoas, de velhice, de febre contínua, "causas naturais", desintéria e meningite. Porém, fontes não-oficiais confirmam que 500 pessoas morreram de fome.

Kalahandi sofre esta seca não só devido à falta de chuvas como também pela ausência de irrigação artificial.

## Onde está a ajuda?

O governo do estado decretou o estado de emergência em apenas 779 das 2.652 aldeias e os programas oficiais chamados *food for work* (comida por tra-

balho) não são suficientes.

Pressionado pelas constantes denúncias de mortes por inanição e venda indiscriminada de menores, o primeiro-ministro Rajiv Gandhi visitou Kalahandi, em julho de 1985. Antes de se despedir, declarou: "Estive aqui e vi as condições em que vivem. Prometo a vocês que alguma coisa será feita".

Quase 30 meses depois da visita oficial, no entanto, não existe nem vestígio da Operação de Salvamento, supostamente ordenada por Rajiv Gandhi para socorrer Kalahandi.

As disposições da Seção 39 do Código do estado de Orissa, que regula as obrigações dos funcionários públicos, em relação às denúncias de mortes por fome, estabelecem que "sempre que um funcionário público tomar conhecimento de uma denúncia de morte por inanição, ele deverá realizar imediatamente uma investigação".

Porém, nenhuma dessas mortes foi investigada. Dado o nível de escassez de grãos nas aldeias do município, a falta de assistência médica à população, e a insignificância dos programas de ajuda governamental, os resultados de qualquer investigação deixariam muito mal a administração do estado.

As mortes por fome são uma calamidade nacional na Índia. No entanto, os depósitos da Corporação de Alimentos estão repletos de alimentos. Em janeiro de 1987, o estoque de grãos era de 23,6 milhões de toneladas: 14,1 milhões de toneladas de trigo e 9,5 milhões de toneladas de arroz. Um exultante ministro das Finanças, na época V. P. Singh, falava em "liquidar o excedente de grãos nas áreas mais pobres, a preços mais baixos".

Enquanto parte da produção atual (17 milhões de toneladas) é perdida por falta de locais para armazenar os grãos, os *harijans* e as tribos de Kalahandi continuam morrendo de fome. Mas o governo de Orissa só se preocupa em fazer a diferença entre morrer de fome ou de desnutrição progressiva.

S.N. Abdi\*

\* Enviado especial de "Illustrated Weekly of India", de Calcutá.

# Acordos e divergências

A 3ª reunião de cúpula regional mostrou a necessidade de conter o terrorismo e de manter os países livres da ameaça nuclear

Venugopala Rao

**N**a reunião de cúpula realizada no Nepal em novembro passado, os chefes de estado e de governo de Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka — países membros da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (Saarc) — foram unânimes em dar ênfase aos aspectos positivos da cooperação regional.

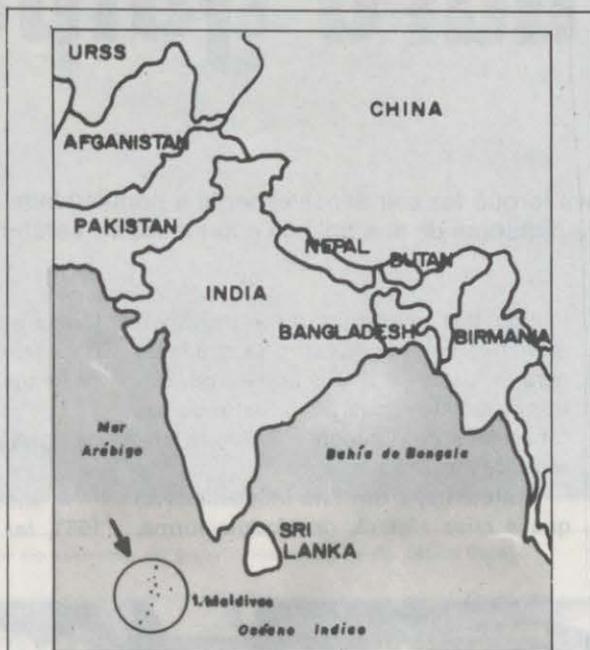
O tema das armas nucleares, um litígio bilateral que há muito tempo afeta as relações entre a Índia e o Paquistão, foi exposto pelo primeiro-ministro paquistanês, Mohammed Khan Junejo.

A Índia realizou sua primeira explosão atômica em 1974. Desde então, seu governo tem insistido no caráter "exclusivamente pacífico" das suas experiências nucleares. As tentativas recentes do Paquistão de desenvolver um programa de armas atômicas com material adquirido ilegalmente provocou indignados protestos da Índia.

## "Renúncia conjunta à opção nuclear"

Em seu discurso na reunião de cúpula, Junejo reiterou o apelo de seu país a uma "renúncia conjunta à opção nuclear". Esse apelo não teve resposta formal da Índia, mas ambos os países concordaram, em dezembro de 1986, em assinar um acordo recíproco de não-agressão a suas instalações nucleares.

O primeiro-ministro paquistanês destacou também a importância de um acordo contra o terrorismo na região. Nesse mesmo sentido, o primeiro-ministro indiano, Rajiv Gandhi, prometeu um "rápido acordo" sobre a convenção,



Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka são os países que integram a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (Saarc). Os estatutos da associação — que reúne populações num total de quase um bilhão de pessoas — não permite que os países membros tratem de questões comuns de forma bilateral

dissipando os temores de que a Índia pudesse adiar sua ratificação final, depois que o Sri Lanka insistisse em incluir o conceito de "terrorismo de Estado" no acordo.

## Abster-se de estimular o terrorismo

Fontes próximas à conferência disseram que a redação do documento final foi possível graças à incorporação da Resolução 2.625 das Nações Unidas que pede aos Estados "absterem-se de organizar, instigar, ajudar ou participar de atos terroristas em outro Estado". Os dirigentes foram unânimes em aprovar a criação de uma reserva alimentar nos países do sul da Ásia para contrabalançar a destruição de colheitas por desastres naturais, que atingem o bilhão de habitantes da região.

Em compensação, parece não haver

unanimidade quanto ao apelo do presidente de Bangladesh, Hussein Mohammed Ershad, para empreender um plano regional destinado a explorar os recursos hídricos do Himalaia. A proposta, apoiada pelo presidente da Saarc, o rei Birendra do Nepal, recém empossado, parece contar com pouco apoio da Índia que, em troca, favorece a negociação bilateral em separado com o Nepal e Bangladesh sobre essa questão.

Para surpresa de todos, o primeiro-ministro Gandhi, ao destacar a necessidade de estreitar os laços econômicos e culturais dos países da região, não se referiu ao acordo de paz entre a Índia e o Sri Lanka, assinado depois da reunião de cúpula de Bangalore no ano passado e que possibilitou que tropas indianas combatam os separatistas tamis no Sri Lanka.

## O evento "mais importante"

O rei Jigme Singye Wangchuk, do Butão, disse que o acordo de paz havia sido "o evento mais importante do sul da Ásia" durante o período em que Gandhi exerceu a presidência da Saarc. O rei Birendra, do Nepal, pelo contrário, em seu discurso de abertura, disse que o seu país "se opõe terminantemente a qualquer forma de ocupação de um país por outro". Os analistas comentaram que a frase é uma referência à presença de 20 mil soldados indianos no Sri Lanka, enviados como força de paz.

Para os observadores, o aspecto mais prejudicial para a Saarc do acordo entre a Índia e o Sri Lanka seria a ênfase que esses dois países dão aos contatos bilaterais como forma de manter a estabilidade regional.

O estatuto da Saarc proíbe os países que integram a Associação de tratar os temas comuns de maneira bilateral, o que põe a descoberto os obstáculos que se antepõem às relações entre essas sete nações, arbitrariamente demarcadas num mesmo pedaço de terra, conforme os interesses das ex-metrópoles coloniais.

# Um duro golpe

A crise da Bolsa de Nova Iorque fez cair sensivelmente a popularidade do presidente Reagan e dos inspiradores de sua política econômica de caráter liberal

Pablo Piacentini

A perda de prestígio do presidente norte-americano e seus assessores econômicos, originada na crise da Bolsa de Nova Iorque, terá consequências no plano político e, concretamente, na luta pelo poder nos Estados Unidos. Mas, dentro do país, quem pagará o preço mais alto serão as dezenas de milhões de norte-americanos que colocaram suas economias na bolsa.

Estes prejuízos podem ser quantificados, mas as consequências fora dos Estados Unidos são mais difíceis de prever e avaliar. A crise de Wall Street implicará uma diminuição do consumo, que por sua vez reduzirá o Produto Nacional Bruto. Se a retração se acentuar, como muitos temem, a recessão mundial será inevitável.

Isto dependerá, por um lado, da

atitude dos consumidores – principalmente do volume de compras que farão para as festas de fim de ano – e por outro, da política governamental e de sua capacidade de diminuir o déficit federal sem provocar recessão.

Entretanto, é um fato inquestionável que a crise afetará, de alguma forma,

toda a economia mundial e que o mundo inteiro pagará um tributo aos erros de Reagan e seus gurus ideológicos.

## Os "Chicago Boys"

A subida de Reagan, em janeiro de 1981, fez com que fossem aplicadas na

Reuter

superpotência norte-americana as receitas da escola liberal. Essa escola defende, na realidade, uma versão extrema do liberalismo e uma oposição radical às teses dos partidários da economia mista. Estes últimos podem ser considerados como reformadores do capitalismo, já que pretendem superar as contradições e os defeitos do sistema, mediante a intervenção do Estado.

Essa ingerência estatal é vista como o pior dos males pelos liberais puros, em primeiro lugar Milton Friedman e Arthur Laffer, para os quais a única fórmula de equilibrar e expandir a economia é permitir o livre jogo da iniciativa privada, sem



A crise de Wall Street implicará uma diminuição do consumo nos EUA



O gasto militar foi o principal fator do aumento do orçamento federal e do déficit fiscal

nenhum controle por parte do governo.

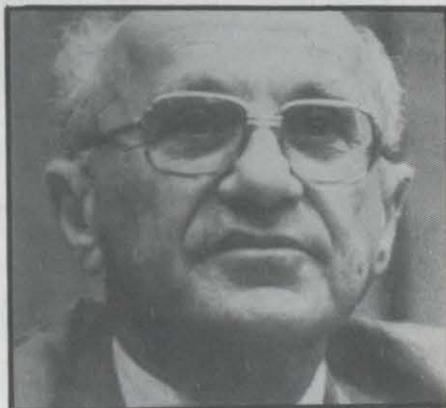
Essas teses coincidem com os interesses dos grandes grupos econômicos e, por isso, o liberalismo extremo se localiza na direita do leque político dos Estados Unidos, especificamente na ala conservadora do Partido Republicano, cujo líder é justamente Reagan. Na Europa, o melhor exemplo é a equipe da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher.

No Terceiro Mundo, os discípulos de Friedman são conhecidos como os "Chicago Boys" e são encontrados nos gabinetes da área econômica das ditaduras repressivas, como a do Chile no presente, ou ainda nos de governos de transição democrática, como os do Uruguai, Argentina e Brasil.

A política econômica de Reagan coincidiu com as teses liberais e com os interesses dos grandes grupos econômicos. O seu aspecto mais controvertido foi ter levado à prática as idéias de Arthur Laffer, o qual defende que a redução dos impostos é a melhor fórmula para expandir a economia e, por essa via indireta, conseguir uma maior arrecadação e o equilíbrio fiscal.

A descoberta dessa fórmula, que seria fantástica se funcionasse na prática, caía como uma luva na mão de Reagan

Camera Press



Friedman: teoria econômica em xeque

e seus aliados no mundo dos negócios e no Pentágono.

#### A corrida armamentista

Reagan não teve dúvidas e se lançou a uma corrida armamentista desenfreada, que, no plano estratégico, pretendia conseguir uma clara supremacia militar frente à União Soviética.

Entre 1981 e 1986, o orçamento do Pentágono aumentou em 41%, em termos reais, somando um gasto de 1,2 trilhão de dólares, o que representa 20% a mais que a dívida externa total do

Terceiro Mundo.

O gasto militar foi o principal fator de aumento do orçamento federal e de um déficit fiscal sem precedentes, já que a redução de impostos, que tanto agradou aos setores de maior renda, não trouxe o milagroso aumento da arrecadação e sim justamente o contrário.

Durante o último ano da presidência de Carter, que já havia aumentado muito o gasto militar, o déficit foi de 73 bilhões de dólares. Naquela época, o déficit foi considerado excessivo e perigoso e hoje se torna engraçado lembrar as acusações do candidato Reagan durante a campanha eleitoral, assim como a certeza com que garantiu que equilibraria as contas fiscais.

A chamada "Reaganomics" (economia de Reagan) conseguiu, em 1983, triplicar o déficit legado por Carter. Naquele ano, chegou a 207 bilhões de dólares e não parou de crescer, alcançando em 1986 a soma de 220 bilhões de dólares.

Segundo os cálculos, este ano será de 163 bilhões, mas essa diminuição — que ainda implica um déficit elevadíssimo — será devida a fatores relacionados à reforma fiscal, que não voltarão a se repetir. Portanto, se não forem tomadas medidas rígidas, o déficit fiscal conti-

nuará crescendo.

### Reagan volta atrás

Como o déficit atingiu um nível intolerável e foi um dos fatores de maior peso na crise da bolsa, o governo Reagan está discutindo com o Congresso medidas corretivas que vão contra seus postulados: novos impostos para aumentar, de verdade, a arrecadação fiscal e cortes no orçamento federal.

Este recuo não deve estar agradando a Reagan, mas persistir no erro teria levado o país a um desastre certo e à irrupção de uma depressão econômica, que hoje se tenta, de todas as formas, evitar.

Assim como fica evidente a falácia do instrumental teórico do *reaganismo*, resalta a funcionalidade da política econômica de seus adversários tradicionais, pelo menos para enfrentar as crises. Não se trata só de lembrar a vitoriosa política que executou o presidente democrata Franklin Delano Roosevelt para superar a grande depressão nos anos 30, conseqüente da crise de Wall Street em 1929.

Se, na década de 30, não houve outro *crash*, foi porque Roosevelt, durante seus três mandatos, implementou reformas de caráter puramente intervencionista na Reserva Federal (Banco Central), incluindo a garantia federal para os depósitos, o que impediu a retirada maciça e a falência de cerca de 40% das instituições bancárias daquela época.

Atualmente, se reconhece a responsabilidade na crise de uma especulação desmedida na bolsa e da permissividade que induziu a extremos, como a multimilionária aposta em empresas de pouca solidez e alto risco (*junk bonds*), ou a pressão sobre papéis de empresas na bolsa, com o objetivo de realizar fusões (*take over*).

Por tudo isso, agora se estudam medidas corretivas, como por exemplo, normas para as compras de empresas e para o uso dos computadores, que também tiveram sua responsabilidade na crise, ao ordenarem, automaticamente, as vendas de ações, acelerando as operações, à medida em que os preços baixavam.

Depois de implementar durante anos a política de não intervir na economia, o



As exportações do Terceiro Mundo sofrerão as conseqüências da queda da bolsa

barco de Reagan começa a afundar.

### O fantasma da recessão

Agora, é o sistema que exige segurança, o que significa regular a economia e recorrer à intervenção estatal para enfrentar a crise. Uma derrota teórica e prática dessa dimensão certamente trará conseqüências importantes, no plano político e doutrinário. É claro que estas serão maiores ou menores, conforme a gravidade da crise.

Se a recessão surgir no decorrer de 1988, quando forem realizadas as eleições gerais, em novembro, os candidatos democratas terão todas as chances de ganhar, e os republicanos, todas de perder.

Embora se consiga adiar ou atenuar a crise, os efeitos da "segunda-feira negra" de Wall Street serão sentidos em todo o mundo, prejudicando o crescimento econômico. Mas, dentro dos Estados Unidos, será a nível individual que se sentirá mais diretamente a recessão, pois ela diminuirá o poder aquisitivo dos acionistas.

Os Estados Unidos são o país onde se tornou mais popular o investimento em ações. Hoje, há 48 milhões de pessoas que investem em ações, contra quatro milhões na geração anterior, logo após a segunda guerra mundial.

Por isso, as oscilações da bolsa afetam um complexo social, que inclui

grandes massas de assalariados e de aposentados. Calcula-se que 12 milhões de aposentados investiram suas rendas, direta ou indiretamente (por meio de fundos), em ações empresariais. Conseqüentemente, a crise de Wall Street reduziu o patrimônio investido na bolsa e os dividendos de 48 milhões de pessoas e seus dependentes.

É óbvio que esse único dado desfavorece os que estão no poder e ajuda a oposição.

No entanto, o revés de Reagan e dos liberais puros não se limitará certamente ao âmbito doméstico. O vendaval de Wall Street pôs em xeque todas as bolsas e as economias dos centros capitalistas, e deve frear a onda em prol da não-intervenção estatal na economia, que já estava se manifestando em outros países.

Quanto ao Terceiro Mundo, seria de se esperar o ocaso dos "Chicago Boys", cuja paixão pelo liberalismo econômico não se estende ao liberalismo político. Mas, como nos países subdesenvolvidos a direita econômica recorre com frequência ao autoritarismo para proteger seus privilégios econômicos, o sistema é menos permeável à opinião pública. Além disso, nesses países a direita pode lançar mão da repressão para enfrentar a oposição à sua política econômica.

Apesar disso, as conseqüências dessa crise se farão sentir nesses países e com maior intensidade naqueles de sistema democrático liberal. ●

# O desafio da coligação Arco-íris

O lançamento da pré-candidatura de Jesse Jackson à presidência, com apoio de milhares de associações de base e do movimento negro, cria um fato político novo nos Estados Unidos

Hector Ramos G.

**E**m outubro, foi realizada, em Raleigh, estado da Carolina do Norte, a primeira convenção nacional da Coligação Arco-íris, uma facção dentro do Partido Democrata norte-americano que defende a pré-candidatura de Jesse Jackson à presidência dos

Estados Unidos. A reunião contou com a participação de três mil representantes de todos os grupos raciais, assim como de diferentes movimentos: operários, pequenos agricultores, ecologistas, movimentos antiintervencionistas e organizações antinucleares.

O entusiasmo, alegria e euforia dos participantes levam a pensar que renasceu nos Estados Unidos uma velha esperança, que para alguns parece utópi-

ca: o poder do povo para o povo. No grande cartaz com o lema da convenção, lia-se: "Com o poder do povo, a democracia está garantida".

A idéia da coligação Arco-íris nasceu durante a primeira campanha de Jesse Jackson para ser designado candidato à presidência pelo Partido Democrata, em 1984. O objetivo original era fortalecer a representação política e o poder das minorias raciais dentro do partido. Com esse fim, a campanha de Jackson se centralizou na denúncia da discriminação racial nos Estados Unidos, abordando também outros pontos importantes, como o problema centro-americano na política externa norte-americana.

Apesar das limitações da campanha, que foi sua primeira experiência, Jackson obteve 20% dos votos nas eleições primárias.

## Entre duas alternativas

Aqueles que dentro e fora do Partido Democrata imaginaram que o fenômeno Jackson era passageiro, se equivocaram. O movimento contra o *apartheid* na África do Sul deu a Jackson a oportunidade de retomar sua atividade. O que até então havia sido apenas um movimento com fins eleitorais se transformou em uma organização política permanente.

Em abril de 1986 é criada a Coligação Arco-íris. A partir daquele momento, Jesse Jackson se vê diante de duas alternativas: limitar-se a ser a ala esquerda do Partido Democrata ou liderar uma força política independente que rompa o tradicional bipartidarismo que tem permitido à classe dominante norte-americana manter o controle do governo.

Ainda não está claro qual será o rumo da Coligação, mas alguns fatos permitem prever que ela se inclinará para uma alternativa independente, como o próprio Jackson assinalou: "A população está se tornando independente, porque seus interesses não são considerados em um sistema de partido com



Jesse Jackson: lutar por uma mudança radical do sistema

dois nomes, que caminham na mesma direção”.

Essa tendência também se pode observar no discurso de lançamento de sua pré-candidatura, durante a convenção, quando enfatizou: “Precisamos de um novo rumo e uma nova liderança para o nosso país”. Nesse momento, os participantes interromperam Jackson com estrondosos e demorados aplausos.

### Uma crise global

A Coligação Arco-Íris, que apóia Jesse Jackson, reconhece que se vive uma

apartheid, contra a intervenção na América Central, o movimento dos pequenos agricultores, as mobilizações sindicais contra os retrocessos nos acordos coletivos.

Nos Estados Unidos não existe uma tradição de organizações políticas fortes, independentes dos partidos governantes. Com exceção da experiência do Partido Socialista no início do século, as expressões políticas independentes nunca conseguiram projetar-se além de movimentos de massa que tinham objetivos limitados a uma única reivindicação. Isso talvez tenha sido a chave do êxito da classe dominante para manter-

Reuter



O governo Reagan é alvo de críticas de um crescente número de norte-americanos

crise global do sistema. Para resolvê-la – defendem – é preciso uma mudança radical, não só econômica e política, mas também moral. Uma transformação na qual a dignidade humana, justiça social, a não-discriminação e a paz se transformem nos valores principais.

Com essa nova perspectiva, a Coligação Arco-Íris está dando continuidade às reivindicações dos movimentos dos anos 60 (pelos direitos civis, em defesa dos *chicanos*<sup>1</sup>, o movimento feminista, o dos índios norte-americanos, o movimento contra a guerra no Vietnã) e está, ao mesmo tempo, assumindo os atuais: o movimento contra a escalada bélica, o antinuclear, o das organizações contra c

se no poder de maneira estável e contínua sem maiores desafios, embora tenha enfrentado algumas crises de legitimidade como consequência dos acontecimentos dos anos 60.

### Um discurso novo

Nesse sentido, a Coligação Arco-Íris representa o primeiro projeto alternativo de poder nos Estados Unidos, um desafio para o Partido Democrata e também para a classe governante norte-americana.

Nos Estados Unidos sempre se utilizou o preconceito contra o comunismo como uma arma da luta política e, nos

últimos tempos, também se lançou mão de uma ideologia antiterrorista para desqualificar, tanto dentro quanto fora do país, os adversários da administração Reagan.

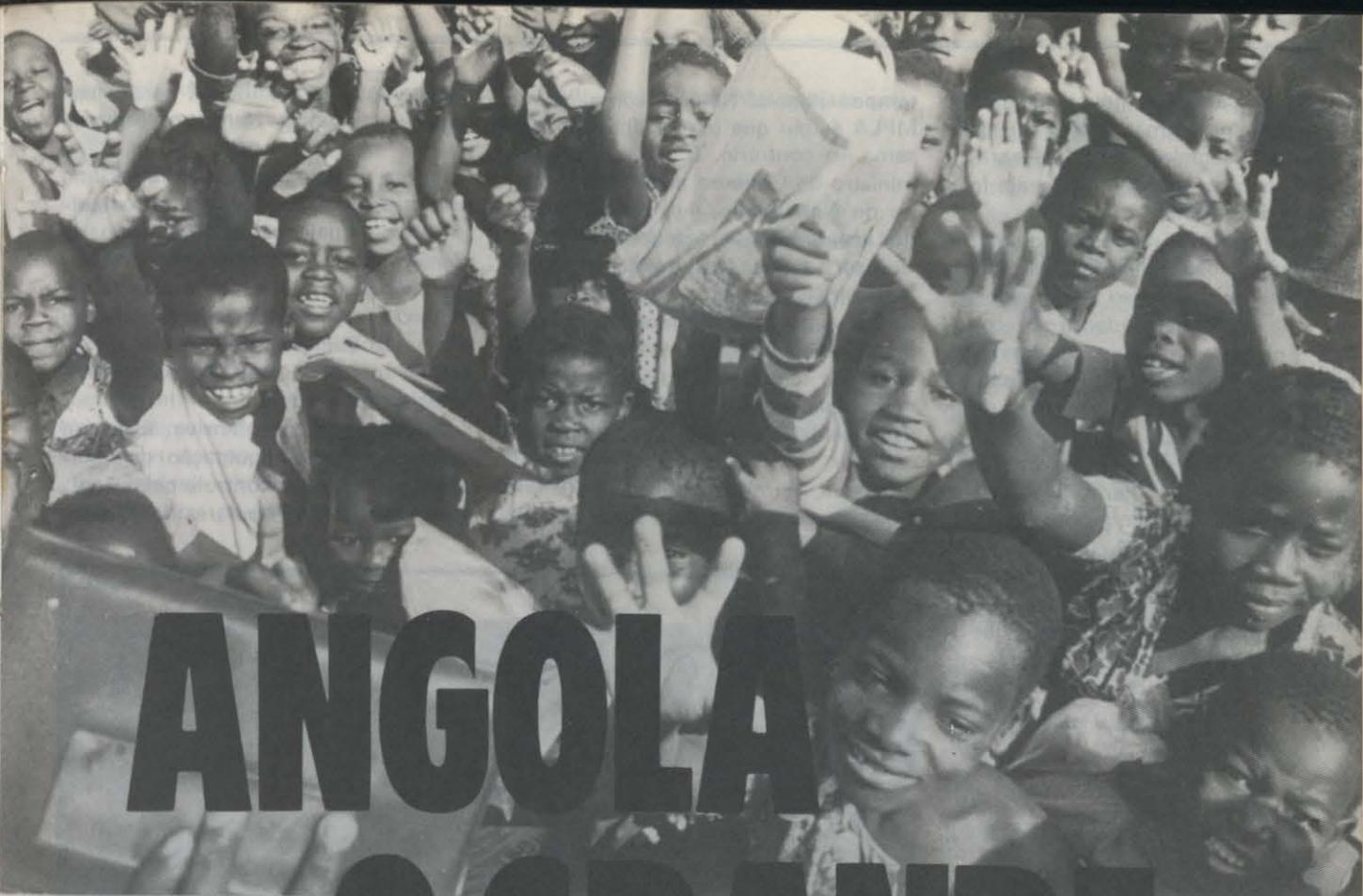
Nesse sentido, Jesse Jackson não é um alvo fácil, com seu discurso político novo, baseado em idéias humanistas, mas que está muito longe da linguagem marxista. “O problema está no sistema. A violência econômica contra os trabalhadores não é casual. Se fomos capazes de salvar da falência as empresas Chrysler e Continental, por que não poderemos salvar nossos pequenos grangeiros e acabar com o desemprego? A avareza incontrolável das corporações, as demissões dos trabalhadores, incentivos para as grandes corporações, o descontrole federal são as raízes da crise”, assinala Jackson.

Em relação à política internacional, o pré-candidato foi claro: “Os conflitos regionais na América Central ou Oriente Médio não deveriam ser analisados através das lentes embaçadas dos superpoderes políticos, e sim encarados como realmente são: lutas contra a miséria, o analfabetismo e pela autodeterminação desses povos”.

Jackson pôs o dedo na ferida ao interpretar o sentimento de milhões de norte-americanos. Por isso, a classe dominante, ao não poder acusá-lo de comunista, se refere a ele como “o candidato negro”, tentando apresentá-lo como um candidato de segunda categoria. Em uma sociedade com uma cultura e uma ideologia racistas, tal qualificação não deixa de ter peso na luta política. Por ser um “candidato negro”, Jackson não vai ganhar a indicação dentro do Partido Democrata, apesar de sua figura ser mais popular.

No entanto, a Coligação Arco-Íris tem muitas chances de se consolidar. Obviamente, deve antes resolver seus problemas internos: econômicos, organizativos, de democracia interna e na relação das bases com as lideranças. Mas seus membros estão encarando esses problemas. Como toda organização nova, precisa de tempo para se desenvolver e amadurecer. ●

<sup>1</sup> Como são chamados os descendentes de mexicanos, nascidos nos Estados Unidos



# ANGOLA O GRANDE SALTO

Enfrentando o exército sul-africano no sul, os angolanos não querem esperar o fim da guerra: decidiram progredir mesmo sob bombas

Neiva Moreira

**R**eencontro Luanda com a fisionomia mudada. O número de veículos cresceu, com a predominância dos pesados jipões militares e, em certas horas, já há engarrafamentos. Nas ruas, no meio de uma população jovem que se desloca ou procura os ônibus articulados, há uma expressiva

predominância de estudantes com as suas mochilas, de soldados e de mutilados de guerra.

Os 60 mil mortos dessa guerra injusta e cruel são um pesado tributo que o povo angolano paga à luta por sua independência. Sua memória está viva em milhares de lares por todo o território nacional, mas são os mutilados de Luanda que nos aproximam da dura realidade da guerra. Grande parte está na capital em tratamento, ou acolhida

aos cuidados do Estado. Suas mutilações são a imagem dramática das batalhas e da contribuição de tantos jovens à luta pela sobrevivência do seu país. Os mutilados e os soldados em uniforme representam um papel integrador: trouxeram para Luanda a visão de uma guerra que, embora mobilize o melhor da juventude e absorva a maior parte dos recursos nacionais, trava-se muito longe para se ter dela, na capital, uma visão tão direta e objetiva.

Não é só aí que Angola está diferente. Alguns problemas foram ou estão sendo solucionados, outros se agravaram. Mas o que mudou realmente foi a decisão de enfrentá-los.

Desde o dia 17 de agosto, quando o presidente José Eduardo dos Santos anunciou, num discurso franco e objetivo, uma profunda mudança na economia e no sistema financeiro, para adequá-los às decisões do II Congresso do Partido, Angola vive um tenso período de transformações.

Nos períodos de guerra, as mudanças encontram, em geral, justificativas de adiamento. Angola decidiu enfrentar o desafio de mudar, enquanto as bombas caem no seu território e um exército inimigo viola suas fronteiras.

Num exame dos problemas que o país enfrenta, declarou o presidente angolano: "Se a guerra direta e indireta levada a cabo contra o povo angolano pelo governo racista da África do Sul, com o apoio dos EUA, é um elemento determinante para a caracterização dessa crise, temos de admitir com coragem e espírito de autocrítica que há outros fatores que podemos eliminar para melhorar significativamente a situação".

E acentuou: "Seria utópico esperar pelo fim da guerra para corrigir ou atenuar as distorções e dificuldades já detectadas no sistema de direção e gestão da economia e no funcionamento dos órgãos de direção da economia e da produção material".

Nas repartições públicas, nos centros de produção, nas escolas e nas bases do Partido, já não se discute apenas como ganhar a guerra, mas como avançar economicamente enquanto se combate.

### A herança colonial

No seu discurso, o presidente José Eduardo dos Santos revelou qual foi a situação herdada do colonialismo: 30 mil técnicos médios e superiores deixaram o país; 2.500 empresas do setor produtivo paralisadas (75% foram abandonadas por seus proprietários); só ficaram no país 8 mil dos 153 mil veículos existentes em 1973; dezenas de pontes destruídas. O MPLA recebia um país destroçado pela guerra e pelo êxodo.

Estávamos em Luanda meses antes da independência e permanecemos ali

tempos depois. Nenhum dirigente do MPLA exigiu que os portugueses saíssem. Ao contrário. O então primeiro-ministro do Governo de Transição, Lopo do Nascimento, lhes dirigiu repetidos apelos para que ficassem.

Mas a guerra era implacável. Batalhas decisivas a alguns quilômetros da capital e duros confrontos no interior. Jamais me esquecerei da fisionomia de terror de famílias de colonos, colhidas entre dois fogos na sangrenta batalha da avenida Brasil, em pleno centro da capital.

Houve, também, muita sabotagem. Quando não se conseguia lugar nos na-

houve muita luta e muitas perdas humanas e materiais. Nem um só dia de paz.

Agora mesmo, Angola enfrenta uma nova agressão que, pelos efetivos sul-africanos engajados e a extensão da ofensiva, significa uma mudança qualitativa da guerra. Além de mais de uma centena de aviões, de toda a poderosa 8ª Divisão Blindada, milhares de soldados de Infantaria e artilheiros sul-africanos invadiram Angola.

Militarmente, a ofensiva teve um objetivo: evitar a liquidação de "bolsoes" da Unita e o controle pelas Fapla (Forças Armadas Populares de Liberta-

DIP/MPLA



Presidente Dos Santos: "Acelerar a reconstrução nacional e a marcha para o socialismo"

vios e aviões para retirar o que fosse possível, se destruía o que ficava ou se atirava ao mar. De uma maneira ou de outra, se arruinava a economia nacional.

### A guerra incessante

A guerra não acabou com a independência. Os soldados que desfilavam no 11 de Novembro de 1975 deram a volta em frente ao palanque presidido por Agostinho Neto e voltaram ao combate a alguns quilômetros de Luanda, até a derrota do inimigo. E de lá para cá,

ção de Angola) das vias de comunicação do inimigo, na área do rio Lomba. Politicamente, é possível que os racistas de Pretória tentassem envolver na batalha os efetivos cubanos, o que não aconteceu. "Não há forças cubanas na batalha", declarou o ministro da Defesa de Angola, Pedro Maria Tonha ("Pedalé").

Os sul-africanos supuseram que as Fapla não resistiriam ao ataque e recorreriam aos seus aliados. Mas, antes que suas expectativas se confirmassem, espalharam a mentira de que os sul-africanos estavam empenhados na luta

com unidades cubanas e soviéticas. Uma invenção propagandística para justificar a agressão.

Angola resiste com suas próprias forças. As agressões obrigaram esse país a formar um exército poderoso, disciplinado e moderno que tem infligido severas derrotas aos agressores. O jornal inglês *The Guardian* assinalava, há pouco, que o exército angolano é a primeira força militar da África que consegue derrotar o exército sul-africano. Mas a diplomacia angolana também luta no seu campo, a começar pelas Nações Unidas, cujo Conselho de Segurança intimou os *boers* a desocupar o

que outras agressões não estejam sendo preparadas.

#### A guerra em duas frentes

O MPLA e o governo de Angola conhecem bem essa realidade e o que ela representa. Mas decidiram agora travar a guerra em duas frentes: no campo diplomático-militar e na luta pelo desenvolvimento econômico.

As agressões sul-africanas obedecem a uma lógica de dominação eminentemente política. Os racistas têm dois objetivos estratégicos: prolongar a guerra até que as transnacionais acabem de

comercial existente sob o colonialismo, o Estado teve de assumir tarefas que lhe são inadequadas, desviando recursos e quadros para áreas que devem retornar à ação privada.

Renúncia ao socialismo? Na verdade, não é nas quitandas ou nas roças individuais, embora importantes para o atendimento da população e o emprego, que se situa a autenticidade de um processo socialista e, sim, nos rumos estratégicos da economia e no controle dos meios básicos de produção.

O presidente José Eduardo alertou, a respeito: "É preciso corrigir o que foi mal feito ou mal concebido na área econômica, preconizar medidas mais realistas e dinâmicas capazes de acelerar a reconstrução nacional e a nossa marcha para o socialismo". E definiu o objetivo visado: "A intenção do programa de saneamento econômico-financeiro, a nível do redimensionamento do setor estatal e do reenquadramento do setor privado, não é a de reprivatizar, mas, sim, a de tornar a gestão mais eficiente, concentrando o esforço do aparelho estatal nas tarefas mais urgentes, e controlando e acompanhando a atividade privada dos artesãos, pequenos produtores etc., nomeadamente na área da produção de bens essenciais (produtos agrários e agroindustriais) para que se adaptem aos objetivos da política econômica definida pelo partido".

Angola está vivendo uma interessante experiência. Sua abertura ao exterior não implica mudanças nas suas relações pré-existentes, particularmente no campo socialista e na África, mas amplia os horizontes da cooperação internacional, na qual países como o Brasil e os do Mercado Comum Europeu têm papel importante a desempenhar.

Com perdas econômicas causadas pela guerra que superam 12 bilhões de dólares, cerca de metade do seu orçamento investido na defesa e o melhor de sua juventude em armas, não é fácil conciliar esse gigantesco esforço com um projeto de desenvolvimento econômico inovador e amplo. "Estamos habituados a desafios e esperamos ter êxito", nos diz o ministro da Esfera Produtiva, Pedro Van-Dunem ("Loy").

O grande salto de hoje pode ser a base da construção da nova Angola de amanhã. ●



Os ataques não poupam sequer prédios escolares e hospitais

território angolano.

Confrontados com fracassos militares, a condenação internacional e a decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os sul-africanos anunciaram que estão voltando aos seus quartéis.

A manobra tem dupla finalidade: aplacar as inquietações das famílias de militares brancos, que estão recebendo a notificação dos seus mortos, e dar uma satisfação à comunidade internacional. Na verdade, nada leva a crer que a evacuação dos invasores seja real e

exaurir as riquezas minerais da Namíbia e impedir que uma Angola socialista, rica e desenvolvida possa ser um exemplo a muitos povos que trocaram a dependência política pelo neocolonialismo econômico.

Mas o desenvolvimento econômico de Angola impõe uma nova política, que corrija erros e vícios, muitos deles herdados do colonialismo. Tornou-se, também, necessário um reordenamento da atividade dos diferentes setores da economia - o estatal, o privado e o misto. Com o desmantelamento da rede



Reajustar a convivência entre os setores estatal e privado, diz o ministro

## O papel do setor privado

O ministro Pedro Van Dunem explica o novo Plano

A filosofia do programa de saneamento econômico-financeiro foi a questão proposta por **terceiro mundo** ao ministro para a Esfera Produtiva, Pedro de Castro Van-Dunen, "Loy", também ministro de Energia e Petróleos. A seguir, a resposta do ministro, contendo a exposição das causas e os grandes objetivos do plano.

"Nós aprovamos, recentemente, um Programa de Saneamento Econômico-Financeiro, a ser implementado a partir de janeiro próximo - primeira fase -, com vistas a permitir a recuperação e estabilização progressiva da nossa economia, confrontada hoje com uma situação difícil, causada fundamentalmente pela queda dos preços do petróleo, no início de 1986, resultando para o país um endividamento ainda maior. Basta dizer que, até fins de dezembro de 1986, o valor da dívida externa estima-

va-se já em cerca de quatro bilhões de dólares norte-americanos. Isso obrigou o governo a decretar medidas internas de austeridade, de forma a conter os gastos com o exterior, e orientou a reestruturação do sistema de direção e gestão da economia.

### As decisões do II Congresso

"Face a este quadro negativo, tornou-se necessário realizar alterações - fundamentalmente, no setor produtivo, suporte da economia nacional e, por esta razão, vítima preferencial das constantes ações destruidoras dos inimigos do povo angolano. Neste sentido, a direção do Partido, quando da realização do seu II Congresso, orientou medidas que se adaptassem às condições de guerra e que apoiassem os esforços em defesa da economia. Algumas des-

sas medidas não poderão se materializar sem o recurso à cooperação internacional, se considerarmos a nossa capacidade financeira atual.

"Por esta razão, em algumas áreas econômicas nós estamos abertos à recepção de agentes econômicos privados, nomeadamente nas da agricultura, indústria ligeira, pesada e mineira, energia e petróleos, transportes e construção. Contudo, em princípio não vamos permitir investimentos sem poupança prévia. Todavia, este processo implica a tomada de algumas medidas de ordem organizativa, como o reajustamento entre o setor estatal e o setor privado da economia; a revisão da política de investimentos e da lei de investimentos estrangeiros; a integração das políticas fiscal, bancária e administrativa, e a melhoria da política de trabalho.

"Por exemplo, aproveitando as nossas potencialidades agrícolas, pensamos desenvolver a produção agroalimentar, com vistas a atingir a auto-suficiência alimentar, através da formação de empresas mistas e outro tipo de associações. Pensamos desenvolver também - através da celebração de contratos de gestão, assistência técnica e pesquisa científica - a produção agropecuária, absorvendo investimentos diretos com riscos comuns. Pretendemos, assim, diminuir e racionalizar as importações, bem como incentivar as exportações, de forma a melhorar a nossa capacidade de reembolso para com o exterior nos próximos anos.

"É nossa preocupação também a recuperação e aumento dos níveis de produção já atingidos pelas nossas empresas. É óbvio que tal situação impõe obrigatoriamente alterações no sistema de administração e planificação que orienta de uma maneira geral os nossos centros de produção, aproveitando ao máximo a capacidade dos nossos quadros nacionais, através da melhoria das suas condições de trabalho e sociais.

"Pensamos, assim, que o setor produtivo, através de uma gestão eficiente, a par dos eventuais investimentos nas áreas a que me referi anteriormente, dentro de pouco tempo conhecerá uma nova dimensão e poderá contribuir decisivamente para o aumento da produção interna e a criação de excedentes exportáveis, como fator determinante do equilíbrio da economia nacional." •

# Reforma econômica

## Novo impulso para o desenvolvimento

O plano de saneamento econômico-financeiro busca superar os efeitos da industrialização de fachada promovida pelo colonialismo

Procópio Mineiro

Doze anos após a independência, conquistada após intensa luta armada de muitos anos, Angola continua a enfrentar duas guerras: a mais dolorosa é a que se trava de armas na mão contra a agressão de origem externa; mas não menos custosa é a que exige o combate diário de construir um perfil apropriado para a economia. Estas duas guerras se superpõem, se interligam e tornam mais heróica a tarefa de assegurar a soberania da jovem nação, que se quer fazer moderna e dar a seu povo um nível de vida compatível com a potencialidade dos recursos de que dispõe.

"O plano de saneamento pretende traçar grandes parâmetros para a economia angolana, fixando prioridades e políticas de desenvolvimento, investimento e consumo, além de resolver as questões relativas às contas externas e internas", define o economista Mário Nelson, 40 anos, diretor de estudos do Banco Nacional de Angola e atualmente no Secretariado de Reforma Econômica, do Ministério do Plano, esclarecendo que se quer logo recuperar o nível de produção de 1985 e reparar a infraestrutura agropecuária e industrial.

### Redimensionar

Mário Nelson fala da breve história econômica da Angola independente, destacando que o Estado se viu obrigado, em 1975, a deter o controle de inúmeras empresas abandonadas pelos portugueses em retirada. Segundo conta, essa responsabilidade foi assumida sem maiores critérios, o que representou um peso para a máquina estatal que se montava, pois muitos dos

empreendimentos eram inviáveis. Tal herança do passado é uma das grandes preocupações do momento.

"Na década passada, antes da independência — exemplifica o economista — Angola enfrentou grave crise cambial, o que levou a administração colonial a restringir importações, abrindo exceção, porém, para matérias-primas necessárias ao funcionamento da economia. Para fugir a esses controles, os industriais portugueses realizaram uma espécie de substituição de importações, abrindo aqui pseudofábricas, que serviam, no entanto, para mascarar a continuação da importação de produtos acabados".

Ele cita um exemplo: "Para fugir à restrição de importação de lençóis, surgiram fábricas de lençóis em Angola. Mas, como funcionavam? O tecido continuava a vir de Portugal, mas com as rendas à parte: essa pseudofábrica, na verdade, era a tesoura que cortava o pano e uma máquina que costurava a renda. Não se acrescentava qualquer valor novo. Talvez ficasse mais barato importar o produto acabado, mas a ma-



Expandir a indústria é uma das metas

nobra permitia aos industriais portugueses continuar os fornecimentos, comprometendo a balança angolana, pois o que entrava vinha sob a rubrica de matéria-prima, essencial ao funcionamento de uma fábrica".

Mário Nelson completa a narrativa com outra amostra do que se fez naquele período: fábricas de papel higiênico. Ao invés dos rolos acabados, os industriais portugueses passaram a remeter rolos gigantes, que, na pseudo-indústria, eram cortados no tamanho certo e novamente enrolados. Mais uma vez, ele chama a atenção para a falsa solução que tal manobra, multiplicada, representou para o país.

"Pois foram tais pseudofábricas que o Estado se viu assumindo com a independência, levado pelas emergências e sem atentar para a inviabilidade dessa estrutura. Foi um erro ter assumido tais empresas sem critérios definidos, embora devamos considerar que, se hoje ainda sofremos com a insuficiência de quadros administrativos (a maioria se formou após a independência e anda na faixa dos 25 aos 35 anos), naquela época a situação era pior", observa.

O economista destaca que chegou a hora de enfrentar essa questão, quando se torna necessário redimensionar o setor estatal. "O primeiro motivo para isso é que se trata de viabilizar empregos: há empreendimentos que podem ser rentáveis, não nas mãos do Estado, mas alugados à administração privada. O Estado não pode se meter em pequenas atividades, sob pena de se perder no secundário e esquecer o principal", conceitua ele, afirmando concordar com a observação do falecido líder moçambicano Samora Machel, em entrevista a **terceiro mundo**, de que "vender tomates a varê o não é tarefa prioritária do socialismo".

### Descentralizar

Outra componente do programa, a que Mário Nelson atribui importância básica, é a descentralização administrativa.

Tal objetivo foi fixado em função da experiência vivida nestes 12 anos de independência e das características reais do país, dotado de significativa extensão territorial (1,2 milhão de km<sup>2</sup>), com 800 mil famílias camponesas dispersas nes-

se espaço e com predominância de analfabetos. Foi levada em consideração ainda a experiência dos demais países socialistas, onde a questão está hoje entre as preocupações prioritárias.

"Não podemos mais manter esse exagero de centralização praticada até aqui. Se a realidade da carência de quadros, principalmente no interior, impôs tal opção, a situação já registrou muitas mudanças, do início até agora, e chegou a hora de darmos autonomia aos órgãos locais, numa série de setores", explica, acrescentando que uma experiência desse tipo já está em curso na província de Huíla, hoje administrada pelo antigo ministro do Plano, Lopo do Nascimento.

O economista assinala que a descentralização pretendida não busca somente essa linha horizontal, mas tem também um sentido vertical, que atinge o Estado-empresa.

"Até agora, tínhamos um sistema de planejamento absorvente, que resultava num controle hoje injustificável das atividades correntes da empresa. Mas, o reordenamento destina à planificação apenas a fixação da política de desenvolvimento, os ritmos e a direção do crescimento. Em resumo, a planificação se concentrará no controle do investimento e dos agregados macroeconômicos relacionados com o consumo", define ele.

A modificação terá o efeito de deixar à empresa a responsabilidade da gerência corrente da atividade, o que, na opinião dele, vai exigir grande capacidade de adaptação dos administradores. Estes passarão a enfrentar problemas novos e se verão pressionados a adotar decisões, que, até agora, simplesmente transferiam para um nível superior.

Outra consequência será a redução do burocratismo, pois o modelo até então vigente permitia que as empresas fossem administradas à distância, com responsáveis instala-

dos em gabinetes ministeriais. A modificação exigirá a presença permanente dos administradores no dia-a-dia das entidades, promovendo-se uma administração de sentido produtivo e não mais apenas burocrático.

#### Reorganizar crédito e preços

A descentralização vai implicar uma adaptação do sistema de crédito, que será reforçado para atender à demanda prevista em função da maior autonomia empresarial.

"Este aspecto - diz Mário Nelson - é uma componente fundamental para o controle da atividade econômica. Precisaremos aplicar, de forma mais forte do que até aqui, os instrumentos econômico-financeiros e monetários. Para tanto, está em andamento um amplo programa de modificações do Ministério das Finanças e do sistema bancário".

Quanto aos preços, o economista lembra que eles também sofreram os problemas decorrentes da excessiva centralização, num país ainda carente de uma estrutura técnica capacitada a acompanhar custos e produzir estatísticas. Assim, o plano prevê novo sistema: preços livres na produção agropecuária, preços flutuantes para uma série de produtos e, por fim, para outros produtos específicos, preços rigidamente tabelados.

No caso da produção agropecuária, ele acredita que, pelo menos numa primeira fase, que calcula possa estender-se por alguns anos, os preços vão baixar, beneficiando a população. A exces-

siva centralização da economia, segundo conta, criou um refluxo da produção camponesa ao nível da subsistência. Isso gerou escassez e o conseqüente aparecimento de um mercado semiclandestino nos centros urbanos, elevando os preços.

A nova orientação, ao contrário, gera facilidades ao comércio e induzirá ao aumento da produção camponesa, melhorando a oferta nas cidades. Além disso, pela maior concorrência de agentes, equilibrará os preços em níveis mais baixos que os atuais.

#### Dívida e capital estrangeiro

Entre as grandes preocupações está a questão da dívida externa angolana, metade com os países socialistas e a outra metade com países ocidentais, em primeiro lugar a França, seguida da Grã-Bretanha, Itália e Brasil.

A dívida decorreu, basicamente, do esforço para o desenvolvimento econômico, com resultados considerados abaixo dos esperados, em grande parte devido à insuficiência gerencial, que vai desde a inexperiência até a simples falta de gente.

Quanto à presença do capital externo em Angola, o objetivo é atrair o máximo de investimentos para os setores prioritários, como a pesca e a agropecuária, mas principalmente a indústria mineira. Na área dos diamantes, está funcionando, já com excedentes financeiros, a Endiama, uma estatal que visa a atrair companhias de fora, às quais se associará na exploração dos diversos setores em que se dividirá a província diamantífera, num esquema semelhante ao vigente no setor petrolífero, através da Sonangol.

A presença externa já é significativa no petróleo, o que Mário Nelson atribui mais ao simples fato de que nessa área o país contava com maior estrutura de quadros, o que permitiu fechar acordos com os estrangeiros. Em outros setores, a falta de quadros impediu que chegassem a bom termo muitos dos entendimentos iniciados. Assim, a solução que se pretende alcançar é a formação de uma entidade ágil para buscar sócios externos.

"O importante nessa questão - destaca - é que façamos o devido controle sobre a remessa dos lucros".



A extração de diamantes terá política mais ágil

# CAPANDA, A revolução da energia

Angola começa a preparar novos estágios para sua economia: está construindo a hidrelétrica de Capanda, uma verdadeira revolução nas bases do sistema produtivo do país

**A**o longo de seus 1.000 quilômetros, o rio Kuanza atravessa o território do país no sentido do centro-sul para noroeste. É uma espécie de rio São Francisco de foz invertida, mas cumprindo o mesmo trajeto de descer das terras altas para o litoral, passando por diversas províncias e desempenhando um papel integrador tão importante que legou seu nome à moeda nacional. Nas próximas décadas, aprofundará sua significação, com a energia que fornecerá em quantidades suficientes para moldar um novo perfil para a economia de Angola.

Segundo as informações do engenheiro José Sonnenberg Fernandes, que dirige o projeto, a usina hidrelétrica de Capanda, 400 quilômetros a sudeste de Luanda, será o grande marco da virada histórica que os angolanos querem dar em seu desenvolvimento. Além disso, Capanda atuará como a base de um sistema que integrará mais oito represas (a de Cambambe já existe, no curso final do rio) ao longo do Kuanza.

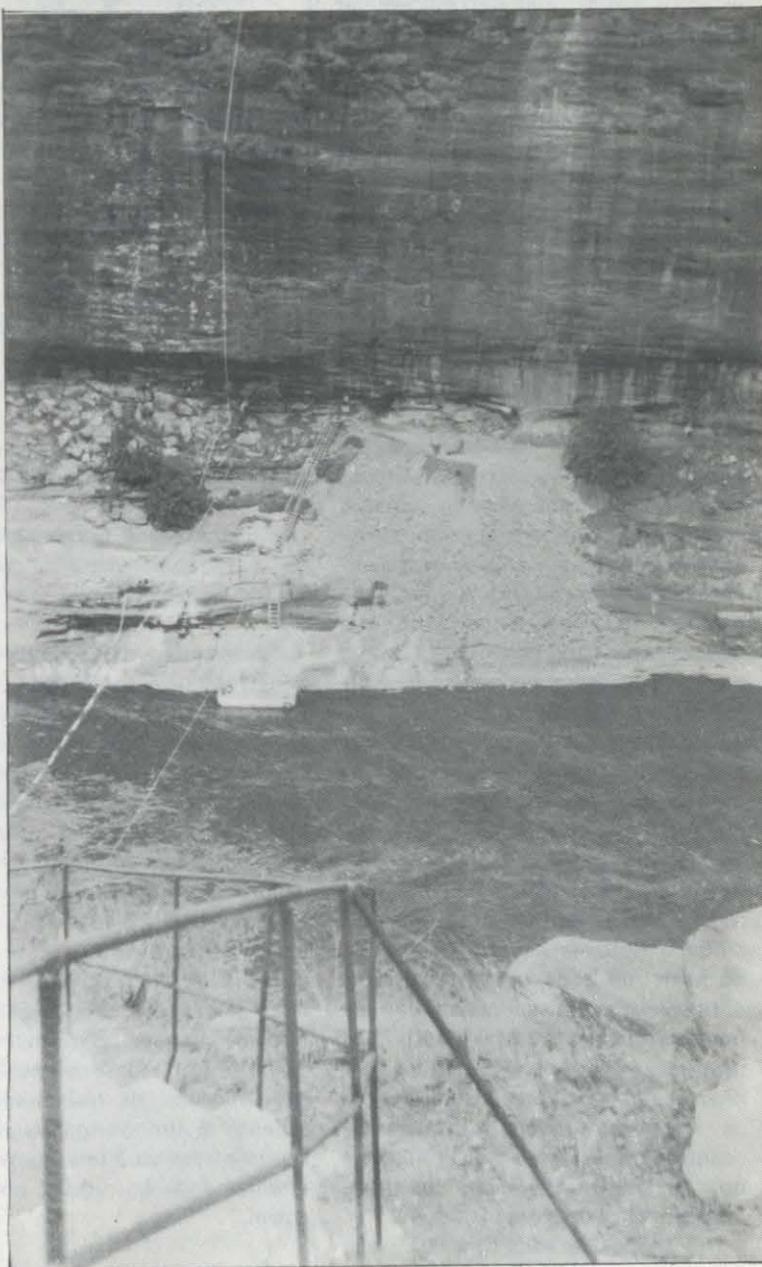
Quando as quatro turbinas e os 520 megawatts de Capanda, mais o lago e o projeto de irrigação, começarem a influir na vida do país, estará demonstrado o êxito de uma associação incomum, a de angolanos, brasileiros e soviéticos, numa realização de múltiplas consequências.

## Gamek/TPE/Odebrecht

A pouco mais de mil metros de altitude, numa região dominada pela savana, estende-se um campo de aviação, surge um acampamento em permanente expansão e onde se fala russo e o português em três sotaques (o brasileiro, o angolano e o dos russos que começam a aprender a língua em ambos os sotaques), o Kuanza passa espremido entre rochedos que se erguem a até 80 metros de altura, e correm os trabalhos iniciais com explosivos, para abertura de um túnel de desvio das águas: este era o cenário de Capanda, em meados de outubro último.

Quando a barragem estiver pronta, o campo de aviação permanecerá, o acampamento dará origem a uma vila, brasileiros e soviéticos serão lembrança numa placa, o Kuanza estará contido por uma mu-

Procópio Mineiro



A hidrelétrica de Capanda será um salto para a economia

## A convivência trinacional: o idioma da "glasnost"

**A**lexander Luibimov, engenheiro de minas, sempre atuando em obras hidrelétricas, 50 anos, diretor da Technopromexport, já falando português

"Encontramos logo a mesma linguagem dos colegas brasileiros e não estamos tendo qualquer dificuldade em trabalhar juntos. É claro que surgem dificuldades, mas isso é da rotina de um trabalho desse porte, e seria estranho se não surgissem. Mas a verdade é que nos sentimos todos no mesmo barco e temos consciência de sermos parceiros. Formamos um consórcio, temos a mesma tarefa e atuamos da forma mais efetiva para o aproveitamento hidrelétrico em benefício dos angolanos. Capanda terá um significado extraordinário para este país, para a recuperação da sua economia.

"Estamos ambos, soviéticos e brasileiros, envolvidos numa obra de importância internacional. Juntos com os angolanos, estamos trabalhando de forma efetiva e com espírito de colaboração, procurando cada um extrair do parceiro o melhor que possa dar."

Neiva Moreira pergunta a Luibimov se há verdade na crença de que os soviéticos são negociadores duros e exigentes. "Diria melhor que somos meticulosos", respondeu imediatamente o engenheiro soviético.

Maranhense, Neiva deu a Luibimov a notícia de que existe a possibilidade de uma espécie de Gamek no norte do Brasil, unindo soviéticos e brasileiros para a construção de uma siderúrgica no Maranhão. "Vamos fazer força", prometeu o engenheiro, à observação de Neiva de que os soviéticos deveriam ir aperfeiçoando a linguagem brasileira, mas no "dialeto" nordestino, para enfrentar a obra maranhense.

"O senhor acredita que esse novo tipo de associação tem algo a ver com a *glasnost*?", pergunta Neiva



A cooperação angolano-brasileira-soviética constrói Capanda

Moreira.

Luibimov sorri e limita-se a dizer: "É a nossa maneira de trabalhar".

*Fábio Andrade Corrêa, engenheiro, 45 anos, representante da parte brasileira no Gamek*

"Nossa experiência com os soviéticos tem sido muito boa, com um relacionamento profissional proveitoso, o que faz prever que essa associação atingirá todos os objetivos que dela esperam os angolanos. Com estes, o entendimento alcança igual nível e a nossa empresa tem se dedicado a cumprir também uma das aspirações deles: a formação da mão-de-obra e a especialização de técnicos. Assim, além do previsto, angolanos já ocupam funções as mais variadas e chegam, no momento, a cerca de dois terços dos envolvidos na obra. Formar os trabalhadores angolanos é um obrigação contratual nossa e esse será um dos resultados imediatos da barragem, no aspecto social."

*José Sonnenberg Fernandes, engenheiro, 55 anos, diretor do Gamek*

"À pergunta sobre a convivência de angolanos, brasileiros e soviéticos, eu teria, por uma questão de diplomacia, de responder que é muito boa. Mas, o fato é que é mesmo. Basta ver isso na própria vila, ao lado da obra, onde já convivem brasileiros e soviéticos. Não, ainda não houve casamentos, mas acho que apenas porque os soviéticos trouxeram poucos rapazes, embora os brasileiros tenham trazido muitas filhas. Tem havido um fecundo entrosamento entre as três comunidades nacionais, a ponto de serem frequentes as festas na vila, congregando os três grupos.

"Para que se possa medir o entendimento que une aqui gente de três continentes, com experiências tão diferentes, posso assinalar que foram os próprios soviéticos que propuseram a Angola a abertura do contrato para a entrada da firma brasileira, pois o acordo original previa a participação apenas daquele país. Portanto, o conceito profissional da empresa brasileira é, há muito tempo, elevado entre os soviéticos, e isso nos permitiu conhecê-la também."

ralha de 114 metros de altura e se espraia num lago de aproximadamente 200km<sup>2</sup>, cujas águas, além da geração de energia, servirão para viabilizar projetos agropecuários, numa área de 120 mil hectares.

Capanda significará também a regularização do caudal, beneficiando a operação da represa de Cambambe, que fornece eletricidade a Luanda e sofre com as irregularidades sazonais do volume d'água.

Até lá, porém, o cenário de Capanda será dominado por siglas, como Gamek (Gabinete do Médio Kuanza), dirigido por Sonnenberg Fernandes, e TPE (Technopromexport) e pela marca Odebrecht, respectivamente a administração angolana e os parceiros soviético e brasileiro.

Estes formam o Consórcio Capanda encarregado desta obra de 1 bilhão de dólares, que, entre outros resultados, "formará e especializará centenas de profissionais angolanos", faz questão de destacar o diretor do Gamek.

A TPE é responsável pelas prospecções geológicas, projeto, fornecimento e montagem dos equipamentos, cabendo à Odebrecht o projeto e instalação da infra-estrutura e toda a parte da construção civil. Uma segunda empresa brasileira, Furnas, atuará na fiscalização técnica.

#### Um cooperante, um angolano

Como em todos os projetos em andamento no país, a obra de Capanda tem entre seus objetivos produzir o máximo de resultados na questão da formação profissional de angolanos.

"Os avanços nessa área já começam a aparecer, mesmo sem que a obra tenha entrado na fase mais importante", diz o engenheiro Sérgio Roberto S. de Macedo, gerente de projeto e principal executivo brasileiro na frente de trabalho. "Quando chegamos aqui, calculávamos que teríamos que trazer praticamente todo o pessoal, mas já avançamos bastante e agora alcançamos uma proporção expressiva: mais de 60% do pessoal em atividade são angolanos e essa proporção alcançará 70%, no pique dos trabalhos, quando os angolanos totalizarão cerca de 2.500 profissionais".

Esse avanço é destacado, com entusiasmo, pelo representante do Gamek

no campo, engenheiro José Marques Figueiredo, que reforça as informações de seu chefe, Sonnenberg Fernandes, e considera altamente positivos os resultados, lembrando que Angola tem uma política definida sobre o assunto - "ao lado de um estrangeiro, um angolano" -, princípio que já produz frutos em Capanda.

## Vila do Gamek: o pequeno Brasil

Famílias de quase todos os estados brasileiros formam uma comunidade representativa do país, na Vila do Gamek, em Luanda

Um paulista de 36 anos é o feito, a cidade tem muito verde, casas amplas e confortáveis, todas as crianças frequentam a escola, onde predominam professoras e professores mineiros, um parque de lazer completo garante a diversão e o esporte, um carioca gerencia o supermercado com o olhar meio sonhador de quem ainda não saiu do clima de lua-de-mel do primeiro casamento realizado no lugar, um consultório médico garante atendimentos de emergência e, em outro local, há um hospital, considerado modelar, com 20 médicos, em regime de dedicação exclusiva, só para atender o pessoal da vila.

Esta é a Vila do Gamek, no bairro do Futungo, em Luanda, que abriga os brasileiros envolvidos na obra de Capanda e suas famílias e que já possui dezenas de moradias reservadas para o pessoal angolano, que trabalha no consórcio, dentro do plano de promover uma integração completa das comunidades.

#### Tranquilidade

"A vila tem uma infra-estrutura completa", diz o prefeito Fausto Aquino, chefe da divisão comunitária da Construtora Norberto Odebrecht. "Temos um sistema de captação e tratamento de água e esgoto, um mercado com produtos básicos, atendimento médico, cabeleireiro unissex, clube com duas piscinas, quadras e campo de futebol, e escola para 14 turmas, com 20 professores".

A vila tem cerca de 1.000 familiares dos trabalhadores, dos quais as crianças e jovens chegam a 600, número sufi-

Segundo o gerente de geotecnia brasileiro, engenheiro Carlos Augusto Bucalon, que mantém contato estreito com as equipes soviéticas, chega a ser surpreendente a capacidade de assimilação do angolano, o que tem facilitado a incorporação de um número crescente de profissionais do país em todas as áreas.

ciente para garantir a existência de vários times de futebol, com nomes e camisas dos principais clubes brasileiros, e o surgimento de diversas bandas musicais jovens.

"Em Angola, temos também um compromisso de promover a formação de pessoal e isso exige uma grande integração. Já temos casas prontas, onde se instalarão famílias angolanas que o Gamek está selecionando para residirem aqui", assinala Fausto Aquino.

#### Maria e Antônio

Essas famílias angolanas terão oportunidade de conhecer um micro-Brasil, um panorama humano composto de gaúchos, sergipanos, mineiros, cariocas, goianos, paulistas, potiguares, pernambucanos, maranhenses ou baianos, como o casal Maria dos Reis e Antônio dos Santos. Ele é topógrafo acostumado a obras de barragens pelo interior do Brasil e agora vive a primeira experiência internacional com a mulher e os seis filhos.

Na casa 900, a primeira da Rua 9, dona Maria dos Reis, baiana de Juazeiro, explica que o marido não está, porque os trabalhos de topografia exigem sua presença constante em Capanda, ficando o encontro da família para visitas periódicas, uma rotina que já dura um ano e meio. Quando a família se reúne, a camionete Comodoro, placa PV-6275, de Juazeiro, facilita a visita aos pontos de maior atração de Luanda e arredores.

"A vida é boa e estamos gostando, não falta nada e as crianças dispõem de uma escola que *puxa pelo ensino*", sintetiza.

# Café: participação no Clube dos Sete

Uma cultura pesadamente atingida pela guerra anticolonial e pela agressão pós-independência, o café luta para melhorar sua posição na pauta de exportações do país

**A**s 30 mil toneladas de café produzidas atualmente por Angola significam já uma recuperação da atividade, mas ainda estão longe das 210 mil toneladas da safra 1973/74", assinala o vice-ministro do Café, Augusto Caetano João, encarregado de administrar os esforços para o desenvolvimento daquela cultura, que já foi o primeiro item das vendas externas do país.

"Há o ressurgimento da importância do café e o objetivo é torná-lo responsável por 30% das exportações", diz o vice-ministro, que prevê um esforço descentralizador, com o intuito de agilizar a produção dos mais de 300 milhões de cafeeiros que se espalham pelas províncias de Cabinda, Uíge, Bengo, Kuanza Norte, Kuanza Sul - predominando o tipo robusta - e por Benguela, onde domina o tipo arábica.

## Gerenciamento

Os problemas da cafeicultura angolana decorrem da desarticulação ensejada pelo abandono de proprietários e técnicos de origem portuguesa, que abandonaram o país por ocasião da independência, ("pois se sentiram inseguros em ficar, devido aos métodos desumanos que utilizavam, e ficaram só os trabalhadores, carentes de qualquer formação que lhes possibilitasse assumir sozinhos a produção", diz o vice-ministro). Ao mesmo tempo os conflitos gerados pela agressão externa impediam a reorganização da atividade cafeeira.

Ocorreu, assim, uma conjugação de fatores negativos, que podem ser resumidos como deficiências de ordem técnico-administrativa ("o Estado se viu na obrigação de assumir o controle das fazendas, na maioria dos casos através de

pessoal sem a devida prática") e de mão-de-obra ("os colonialistas não transmitiam qualquer conhecimento ao trabalhador angolano"), cujo resultado prático foi a queda vertical da produção.

Esta ficou abaixo de 10% do que se conseguiu às vésperas da independência, quando se alcançou uma safra de 210 mil toneladas, colhida em cerca de 400 mil hectares. As 30 mil toneladas atuais representam o fruto de um esforço permanente, que já voltou a ativar um total de 300 mil hectares, dos quais cerca de 105 mil em produção.

"O setor da cafeicultura foi reorganizado em 1979, quando se montou uma estrutura integrada por 34 empresas estatais de produção, uma de exportação, a de apoio técnico e o Instituto Nacional do Café", relaciona o vice-ministro. "Em 1983, montou-se um programa de emergência, dando destaque às questões da mão-de-obra, da tecnologia e da exportação".

Augusto Caetano João enfatiza a questão da mão-de-obra e do gerenciamento, responsáveis pela baixa produtividade, e explica que as condições concretas que a nação enfrenta nestes 12 anos de independência têm dificultado a recuperação.

## O ressurgimento

A estrutura da cafeicultura, fruto das contingências, resulta em que as safras dividem-se em proporções desiguais, sendo 70% do setor estatal e 30% do setor particular, embora ele acredite que as falhas existentes na comercialização impeçam o correto dimensionamento de produção camponesa, que ele acredita possa alcançar pouco mais de 40%.

"Neste momento, pretendemos promover uma descentralização no par-

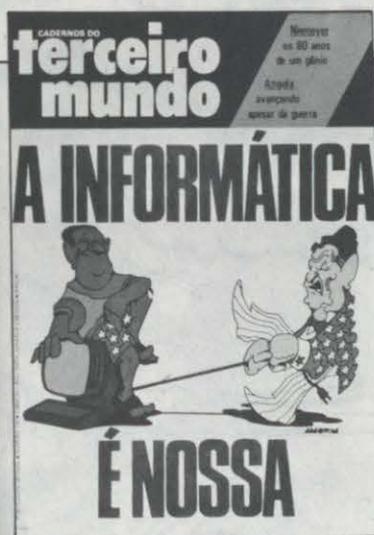


Angola quer recuperar logo a cafeicultura

que cafeeiro, visando à simplificação de todo o processo produtivo, apressando a reconstrução do setor", anuncia o vice-ministro, recordando que o café já respondeu por 48% das exportações do país. "Há uma nova consciência da importância da cafeicultura, há uma espécie de ressurgimento, não só através da produção estatal, mas também através da produção camponesa, que, erradamente, foi deixada em segundo plano", assinala Augusto Caetano João, que lembra a importância de se conseguir aumentar a participação do produto nas exportações, até fixá-la em torno de 30%.

"Agora, não importa muito discutir por que estamos na situação atual, mas importa é saber como sair dela. Temos, de qualquer maneira, um aspecto positivo a contemplar: a diminuição do café angolano não foi coberta no mercado por nenhum outro produtor, e tanto por isso, quanto pela reconhecida qualidade do robusta de Angola, reocuparemos nosso lugar no comércio internacional, à medida da retomada da produção", acentua o vice-ministro, brincando com o fato de ser tão difícil entrar, quanto sair do mercado cafeeiro, que é dominado pelo número 7: sete grandes produtores vendem para sete grandes compradores, através de sete grandes companhias exportadoras e sete grandes firmas importadoras. ●

# SUPLEMENTO BRASIL



A legítima aspiração brasileira a calçar de maneira autônoma o seu desenvolvimento esbarra, com frequência, em dificuldades e campanhas adversas, *intra et extra muros*. Não é de se estranhar que assim seja, num mundo que se caracteriza, cada vez mais, pela interpenetração dos interesses econômicos e financeiros das corporações transnacionais, com o apoio político de hegemonias internacionais, sem conhecer fronteiras, particularmente as dos países do Terceiro Mundo.

No caso brasileiro, assim foi na estratégica questão do petróleo – que o digam o gesto e a Carta-Testamento de Getúlio Vargas – e assim está sendo, agora, com a reserva de mercado para a Informática, igualmente de interesse nacional. O desenvolvimento da Informática brasileira é assunto que diz respeito ao próprio futuro do país.

A esse assunto é que **terceiro mundo** dedica a reportagem de capa, em que se iluminam os detalhes que envolvem a pressão norte-americana contra a política nacional de estímulo ao desenvolvimento de uma indústria própria de Informática, no segmento dos microcomputadores. A ameaça chega ao ponto de listar deliberados prejuízos ao Brasil.

“Nossa política de Informática está certa”, reafirma o ministro Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, apoiado na experiência já acumulada pelo país, de que a continuidade de seu desenvolvimento depende do aprofundamento da autonomia científica e tecnológica.

Ainda nesta edição, uma reportagem especial comemora os 80 anos do gênio da arquitetura contemporânea, Oscar Niemeyer, um homem cheio de vitalidade e debruçado sobre grandes projetos, como o Memorial da América Latina.

## Informática resiste à pressão norte-americana

*A importância da proteção ao setor*  
p. 48-53

## A pressão inaceitável

*Meios antidemocráticos contra a Constituinte*  
p. 54

## A distribuição nacionalizada

*Quem ganha e quem perde*  
p. 54-55

## A moratória inevitável

*O panorama da dívida latino-americana*  
p. 56-59

## Novembro

*Acontecimentos do mês*  
p. 60-62

## Especial – Niemeyer

*Os 80 anos de um gênio*  
p. 65-71

## Opinião

*Neiva Moreira fala sobre as retaliações à lei de Informática*  
p. 72

# Informática resiste à pressão norte-americana

A informática nacional ocupou mais espaço na imprensa, no último mês, do que em seus 20 anos de história: é a guerra comercial, a maior talvez, já travada pelos Estados Unidos contra o Brasil

Carlos Nepomuceno

Calcula-se que, no Brasil, cerca de 300 mil pessoas utilizam e dependem diretamente do computador. São os chamados "usuários" da Informática, que, somados aos 41 mil empregados da indústria nacional e estrangeira de produção de computadores no país (tabela 1), formam o batalhão dos trabalhadores da era digital.

Mais do que nunca, eles estão sob os holofotes da imprensa brasileira e internacional. Neste último mês, a Informática nacional ocupou mais espaço nos veículos de comunicação do que em toda a sua história, desde que aportou no Brasil, no final da década de 60. As manchetes relatam uma guerra comercial. A maior, talvez, já travada entre estes dois "parceiros": Brasil e Estados Unidos.

A crise comercial já é antiga e se aguçou ainda mais, no início de novembro, quando o presidente Ronald Reagan ameaçou sobretaxar os produtos brasileiros e proibir a entrada de computadores nacionais em território norte-americano. As retaliações podem causar um prejuízo de bilhões de dólares, caso o Brasil insista em estender a reserva de mercado também à área de *software*. O estopim foi a decisão da Secretaria Especial de Informática-SEI, responsável pela condução de toda a política de processamento de dados no país, de proibir a entrada do sistema MS/DOS, da empresa norte-americana Microsoft.



Trímamo

Esse software é o coração dos PCs (*personal computer*, o computador pessoal), o micro mais popular no país e no mundo, e a SEI alega que já existem produtos similares no país. O Brasil cedeu a essa exigência, mas o problema não promete terminar aí. Foi aprovado no Senado e ruma para a Câmara dos Deputados o projeto de lei que irá taxar todos os *software* estrangeiros no país, o que deve atingir diretamente os interesses norte-americanos. Os Estados Unidos são líderes mundiais absolutos nesse setor.

### Conflito histórico

"O conflito com os Estados Unidos é permanente e não tem data marcada

Pereira Nunes começou como profissional no centro de processamento de dados da Companhia Telefônica do Rio de Janeiro e, logo depois, engrossou o bloco dos nacionalistas, que integraram os quadros do governo na Secretaria Especial de Informática.

"Há muitas coisas que precisam ser entendidas - diz ele - quando se fala na indústria nacional de Informática. A primeira delas é que não estamos com a proposta de nos fecharmos para o resto do mundo. O que defendemos, apenas, é o direito de proteger e produzir uma tecnologia vital para o futuro."

Afirma, ainda, que "queremos quebrar, assim, de certa forma, a injusta divisão mundial do trabalho, pela qual os países do Terceiro Mundo fornecem

perminicomputadores, incluindo enorme gama de acessórios e periféricos para cada modelo. São 300 empresas a disputar esse mercado, que já atinge 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

As transnacionais ficam com a exclusividade efetiva dos equipamentos de maior porte, com domínio absoluto para a IBM (ver tabela 2). Assim, elas continuam a atuar no país, sem restrições, numa faixa definida e bastante lucrativa.

### Um lugar na dianteira

O que levou o setor da Informática a escapar da abertura a todo tipo de transnacional, que caracteriza a política industrial brasileira?

Moreno / EBN



O Conin - Conselho Nacional de Informática tem a participação de ministros das áreas científica, militar e de relações exteriores

para se encerrar", comenta Arthur Pereira Nunes, diretor-executivo da Abi-comp-Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos, a poderosa organização que defende a independência do país nesse setor e que mantém, inclusive, um escritório de advogados e "lobistas" profissionais nos Estados Unidos, para tratar dos interesses nacionais na área, junto aos canais de influência e decisão da política comercial de Washington.

Veterano da Informática no país,

barato a matéria-prima e a mão-de-obra para as transnacionais, enquanto compram caro, dos países industrializados, produtos de tecnologia sofisticada, verdadeiras caixas-pretas".

Brasil e Coréia do Sul são os dois únicos países do Terceiro Mundo, cujo modelo autônomo de Informática tem apresentado resultados positivos. O Brasil comemora com pompas e festas a produção de um milhão de computadores, no final deste ano, atuando basicamente na área de micros, minis e su-

A tal interrogação, Pereira Nunes assinala que influíram vários fatores: "Podemos citar um sentido nacionalista, herdado da campanha do petróleo; a necessidade de equilibrarmos o balanço de pagamentos; a atuação de um bloco de cientistas e pesquisadores conscientes da importância da Informática e, ainda, a intenção determinada de militares, inclusive do grupo da própria ditadura, movidos pelas preocupações com a segurança nacional, pelo fato de ser a Informática um componente im-

## Ministro Luiz Henrique A política brasileira está certa

O ministro da Ciência e Tecnologia formulou algumas considerações sobre a política brasileira de Informática

*Ministro Luiz Henrique, quais as perspectivas da Informática no Brasil?*

— Entendo que a Informática brasileira já demonstrou o acerto da política que o Brasil seguiu, protegendo as indústrias nascentes, a fim de que elas, com o amparo da lei, possam se desenvolver sem a competição, que seria duríssima e certamente intransponível, dos grandes oligopólios. É uma política que não é jacobina, não é xenófoba nem radical e muito menos emocional, como dizem. É uma política que simplesmente procura garantir a capacitação e a autonomia tecnológica do Brasil, no campo dessa tecnologia de ponta.

— Quero, mais uma vez, evidenciar que não é verdadeira a visão que se transmite, no sentido de que o Brasil fechou suas fronteiras para a indústria estrangeira da Informática. Tanto assim, que a indústria nacional domina apenas metade do mercado. A outra metade está com a indústria estrangeira.

— É preciso assinalar que a IBM, que é a maior empresa do setor, está investindo 70 milhões de dólares numa fábrica de discos magnéticos, em S. Paulo. Isso demonstra que a lei de Informática não tem sido obs-



táculo, para que empresas estrangeiras desenvolvam processos de alta tecnologia no país. Apenas, é fundamental que se dêem garantias, proteção, à empresa nacional.

— Aliás, gostaria de lembrar que essa política é praticada por todos os países e em todos os tempos. O Brasil mesmo praticou essa política de reserva de mercado, em defesa da indústria transnacional de automóveis. Esta só se instalou e cresceu no país graças à proteção da reserva de mercado, e com isenções tarifárias, incentivos fiscais, uma série de vantagens.

C.S.

portante, hoje em dia, da indústria bélica”.

Ele admite que os militares tiveram uma importância vital na condução do processo. Lembra o episódio das fragatas inglesas adquiridas pela marinha nos anos 70 e que eram totalmente controladas por computador, necessitando, por isso, de manutenção e assistência externa. “A partir dali, a marinha

tomou consciência da importância dessa tecnologia e, logo depois, os demais setores militares”, conta Pereira Nunes.

O economista Paulo Bastos Tigre, o autor mais publicado da área de Informática, quanto à análise do modelo industrial, concorda que a política do setor decorreu da atuação de diversas áreas: “Os militares entraram com a força de contra-pressão, apesar dos

conflitos internos entre eles mesmos; os cientistas, com a filosofia de nossa autonomia na área; a burguesia nacional, com o capital, principalmente o setor bancário, como é o caso do Bradesco e Itaú, que investiram também na Informática”.

Dando exemplo

O modelo brasileiro de Informática recebe permanente crítica da direita, que é sempre a favor da abertura dos mercados do país ao capital estrangeiro. Os argumentos da direita vão desde a acusação de que o país se impõe um atraso tecnológico e que a reserva de mercado estimula a simples cópia de produtos estrangeiros, até a denúncia de que o usuário é prejudicado no preço, na qualidade e na manutenção, quando opta pelo computador nacional.

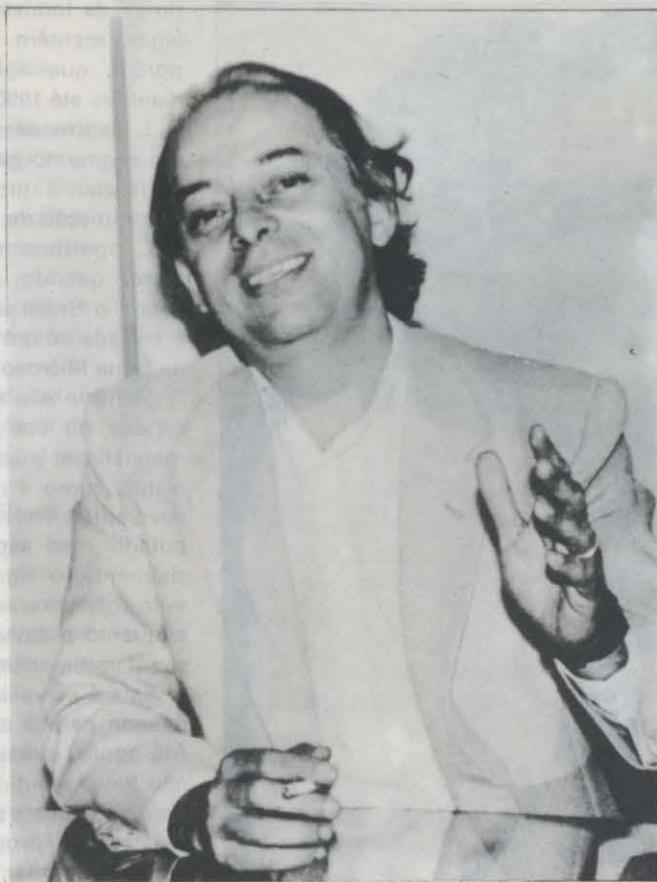
Já a esquerda, que defende a reserva de mercado, critica os ainda baixos investimentos oficiais nos setores de pesquisa e formação de recursos humanos, aspectos essenciais para o sucesso pleno da capacitação brasileira. Reclama-se, ainda, do pequeno emprego do computador em áreas sociais, como a educação e a saúde, e desconfia-se do comportamento que terá a burguesia do setor digital do país com relação a outros países do Terceiro Mundo.

“Nossa indústria não tem vocação monopolista”, rebate Paulo Bastos Tigre. “Não temos força nem poder para uma posição internacional de impor qualquer tipo de condições. Queremos é ganhar nosso mercado interno. Acho que dificilmente teremos excedentes. Não se trata de querer, mas de ter possibilidades, e estas não temos”.

Ele comenta que, ao contrário, o interesse e a necessidade de intercâmbio entre o Brasil e outros países tem sido ampliado. O caso mais recente é a China, com a qual tem havido entendimentos para a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos em Informática. Com Portugal, os entendimentos se dirigem para a área da inteligência artificial.

“Muitos países procuram o Brasil para saber detalhes de nosso modelo de desenvolvimento em Informática”, lembra Bastos Tigre. “O modelo brasileiro é próprio e muito particular, mas a tendência é que outros países passem a adotar algum tipo de proteção”.

Pereira Nunes admite que a Informática nacional tem vários problemas a contornar. Um deles é o contrabando tecnológico: "A maioria das empresas nacionais optou por realizar uma espécie de contrabando tecnológico. Mas, apesar de serem numerosas, ocupam apenas uma fatia pequena no mercado. A liderança no mercado é das empresas que realmente investiram alto nos seus produtos", acentua o diretor-executivo da Abicomp.



Pereira Nunes: "O Terceiro Mundo fornece barato e compra caro"

Esse tipo de ação está sob estudo, para que se estabeleçam medidas de controle efetivas. Estas se resumem a uma única palavra: fiscalização. Como todos os pedidos de produção de máquina do país têm de passar pela SEI, pensa-se que uma mais rigorosa fiscalização sobre a autoria dos projetos nacionais, por parte da Secretaria, produzirá grande efeito. Existe a idéia, inclusive, de se criar uma lei sobre a responsabilidade técnica dos equipamentos, exigindo-se que alguém assine a autoria, com previsão de pena de prisão para os que tenham recorrido à simples cópia.

Outro problema é o contrabando de material estrangeiro. Para isso, pede-se sempre maior fiscalização por parte da Polícia Federal. O contrabando aumenta quando a produção externa atinge picos, levando à desova de excedentes em outros países, em condições atrativas. "Eles chegam ao país com preços muito abaixo do mercado e recebem boa acolhida por parte dos usuários nacionais, os quais, como se sabe, cultivam um tradicional gosto por produtos estrangeiros", revela Pereira Nunes.

Mas, a questão mais delicada e im-

destinadas à Informática não chegaram a 2,7%, em relação ao total de bolsas distribuídas, segundo os dados de 1985, e esse ponto tem provocado intensas preocupações, pelo significado decisivo para a capacitação brasileira em Informática.

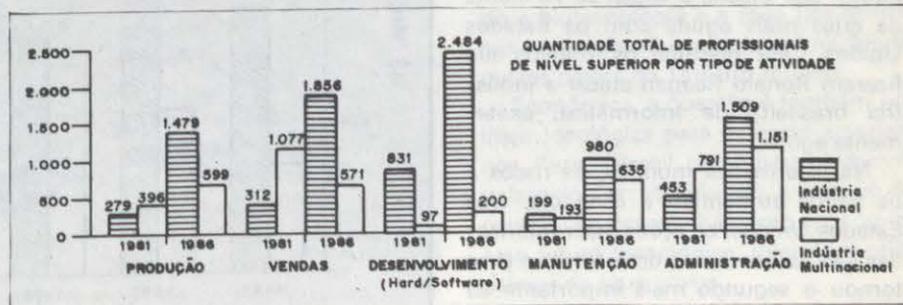
"No meu entender - sugere Paulo Bastos Tigre - o Brasil precisa escolher alguns setores, em que possa entrar e participar com pouco investimento em pesquisa. Não podemos nos atrever a entrar, por exemplo, na área dos supercomputadores, pois não temos mercado de escala para isso. Temos que optar por aquilo que podemos desenvolver, como é o caso dos micros, minis e superminicomputadores, como já ocorre."

Bastos Tigre acredita que o problema da formação de recursos humanos precisa de debate sério e solução, pois "poderemos morrer na praia, se não contarmos com o pessoal qualificado em número suficiente para tocar a Informática para a frente".

Ele observa que, ao contrário do que ocorre em outros países, a universidade brasileira está atrás, e não à frente, da indústria. Assinala que vários grupos importantes de pesquisadores foram totalmente absorvidos pela indústria, o que tem um aspecto positivo imediato, mas acaba por desfalcar a área da pesquisa universitária, com efeitos negativos a médio prazo.

"Formar um bom pesquisador em Informática - alerta - exige estudos por

A. Góes Gusmão Fonte: Bol. Inf. SEI - Ag. 87





Ramalho: "Não podemos perder a possibilidade de desenvolver o setor, nós mesmos" cinco anos, e não podemos tê-lo assim por milagre. Ou o governo percebe o problema e investe, ou o esforço terá sido em vão."

### O setor do futuro

Com avanços efetivos no setor, apesar de muitos problemas a resolver, e com os problemas econômicos da magnitude dos atuais, o Brasil se vê diante da crise mais aguda com os Estados Unidos. Cabe ressaltar os motivos que fizeram Ronald Reagan atacar a indústria brasileira de Informática, exatamente agora.

Na Informática mundial, os riscos e os lucros aumentam a cada dia. Nos Estados Unidos, as ações mais valorizadas são as das firmas do setor, que já se tornou o segundo mais importante da

economia norte-americana, aproximando-se da indústria automobilística, que ainda mantém a primazia. Prevê-se, porém, que a Informática ocupará a dianteira até 1990.

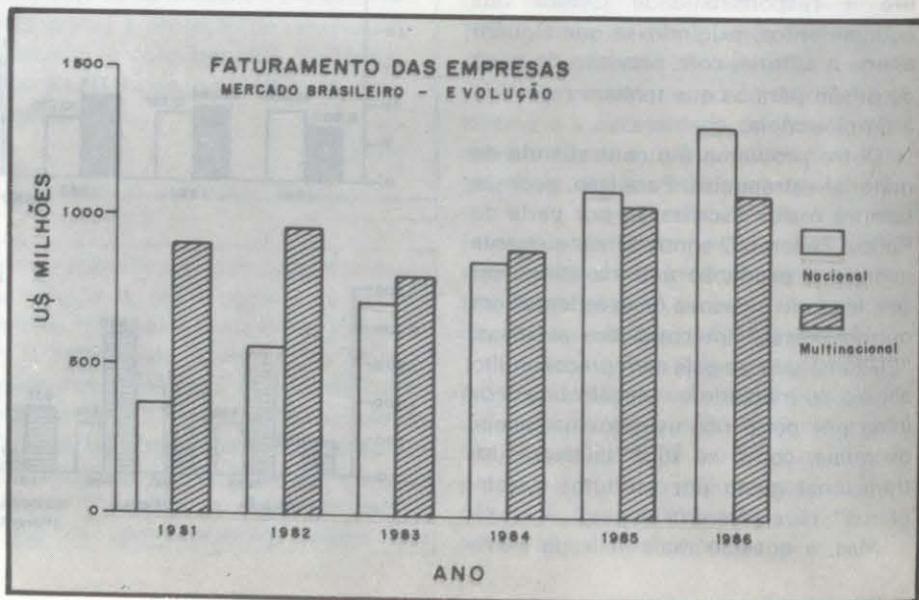
E dentro desse expansivo mercado, um segmento ganha cada vez mais importância: a produção de *software*, a programação de computador.

É oportuno entender o significado disso, quando a ameaça de Reagan contra o Brasil se faz por causa do veto à entrada de um programa, o MS/DOS, da firma Microsoft.

*Software* são todos os comandos inseridos no computador, via impulsos magnéticos, e sua função é determinar o quê, como e quando o equipamento deve atuar. Em suma, é a alma do computador, no aspecto técnico. Comercialmente, o significado é este: o produto *software* eleva seu preço a cada dia, enquanto o do *hardware*, a máquina em si, cai vertiginosamente.

Esta é a avaliação que faz o governo Reagan para a ameaça contra o Brasil. Até agora, a reserva de mercado ainda não havia atingido o segmento do *software*, o que veio a ocorrer, pela primeira vez, com o programa da Microsoft e tende a se tornar um fato normal, ante a perspectiva de aprovação da lei que cria sobretaxas para todos os produtos estrangeiros do segmento de *software*. O projeto de lei já passou no Senado e está para ser apreciado pela Câmara dos Deputados, e sua confirmação dará início a uma nova etapa, a reserva de mer-

Adérito Gusmão - Fonte: Bol. Inf. SEI - ago. 87



cado para a produção de programas nacionais.

### Independência tecnológica

O presidente da Assespro—Associação das Empresas de Serviço de Informática, Francisco do Rego Ramalho, que lidera todos os produtores de *software* no país, admite que a situação é delicada e teme prejuízos com um recuo, "pois nós poderemos entrar na barganha do *hardware* e perdermos a possibilidade de desenvolvermos um setor por nós mesmos".

Ele acredita que o Brasil só poderá ocupar algumas brechas na competição com os produtos estrangeiros, mesmo com as tarifas previstas na legislação que tramita no Congresso.

Francisco do Rego Ramalho comenta que o objetivo da reserva de mercado para o segmento da programação tem cunho mais pragmático do que a do *hardware*: "Preferimos não criar uma proteção nos mesmos moldes. A sobretaxa será a partir de critérios diferenciados, que podem variar de 40% a 200% sobre os preços do produto no exterior. Esse dinheiro constituirá um



Num disco de silício, 93 microcircuitos de 32 bits, a tecnologia que representa o futuro

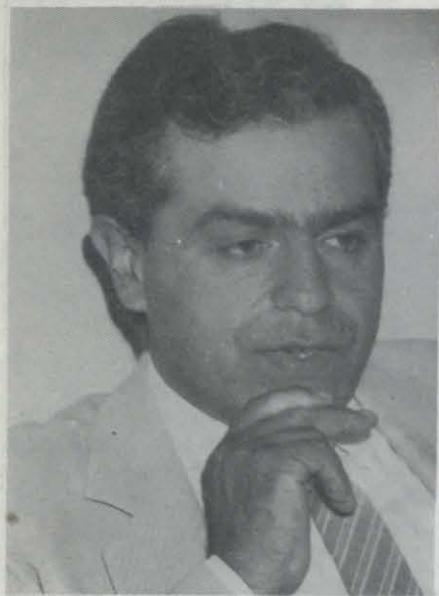


Bastos Tigre: "É vital formar grande número de técnicos altamente qualificados"

fundo para aplicação direta na pesquisa e no desenvolvimento de recursos humanos".

Muitos dólares estão em jogo. Por isso, a previsão é de que as pressões dos Estados Unidos vão aumentar ainda mais, com a aprovação do projeto. Além disso, o exemplo de independência da Informática brasileira abre outras brechas na guerra da capacitação tecnológica, como as que hoje estão estimulando a biotecnologia e a área dos fármacos nacionais. O exemplo anima, ainda, outros países do Terceiro Mundo.

Econômica, a questão é também político-ideológica para os norte-americanos. Para o Brasil, como para os demais países do Terceiro Mundo, a questão diz respeito ao desenvolvimento econômico e ao futuro tecnológico, interesses prioritários de seus povos.



Pimenta: manter procedimento democrático

O constituinte Pimenta da Veiga (PMDB-MG) tem caracterizado sua atuação pela pregação do entendimento, para que as matérias aprovadas na Constituinte representem a média dos interesses e aspirações nacionais e não o triunfo ou a derrota de brasileiros. Ele fala a **terceiro mundo** sobre a formação do bloco parlamentar Centro Democrático, o Centrão, e também comenta a anunciada coleta de 35 milhões de dólares, no meio empresarial, visando a influir na Constituinte.

Pimenta da Veiga destaca a seriedade do esforço da Constituinte e prevê que resultará numa Carta de grande

## A pressão inaceitável

Fruto da escolha popular, a Constituinte admite a democrática pressão das reivindicações, mas rejeita a pressão da força e do dinheiro

valor para o Brasil, mas assinala a necessidade de que se mantenham procedimentos democráticos, tanto internamente quanto no relacionamento da sociedade com a Assembléia que elegeu.

### Grande trabalho

"Entendo - afirma ele - que qualquer cidadão brasileiro tem o direito de procurar influir na Assembléia Constituinte, através do seu representante, daquele deputado ou senador, em quem votou. Essa é uma pressão que considero democrática e o tipo de ação que pode ser exercida permanentemente, tanto no caso atual, quanto no Parlamento comum."

Ele observa, porém, que um comportamento estranho ao encaminhamento democrático pode comprometer todo o trabalho de reordenamento político do país e frustrar o diálogo.

"Não me parece apropriado - esclarece Pimenta da Veiga - é que esta Assembléia, que busca o consenso e exercita permanente diálogo, seja atingida por uma ação organizada com o objetivo de ferir o conceito da Constituinte. Tal pressão é indevida, antidemocrática.

É preciso que todos mantenham a ética. Se os cidadãos têm o direito ao exercício da pressão legítima, a ninguém é dado o direito de pressões irregulares, seja cidadão, seja empresa. Tais pressões irregulares, através do poder financeiro e econômico ou da imprensa paga, com a finalidade de destruir ou atingir o grande trabalho em elaboração, não têm cabimento no estágio político em que nos encontramos."

Segundo o parlamentar pemedebista mineiro, poucas vezes um Parlamento, seja no Brasil ou no resto do mundo, terá dispendido maiores esforços que a atual Constituinte. "A imprensa é testemunha: os parlamentares vivem num verdadeiro confinamento em plenário, todos os dias, sem respeitar fins de semana nem feriados, tudo com o intuito de dotar o país de uma Constituição adequada. Mas, os resultados somente serão satisfatórios se a sociedade compreender o alcance do trabalho em execução e dele participar. Uma pressão do tipo que tem sido noticiado, atingindo a própria credibilidade da Assembléia, só vem atrapalhar e é inaceitável", conclui Pimenta da Veiga.

Clóvis Sena

## DERIVADOS DO PETRÓLEO A distribuição nacionalizada

O autor da emenda vitoriosa na Sistematização, deputado Fernando Santana (PCB-BA), explica a razão e o alcance de sua iniciativa

Os proprietários dos postos de gasolina devem organizar-se em cooperativas de distribuição e se inscreverem como empresas nacionais, para obterem as vantagens da nova legislação - é o que sugere o constituinte baiano Fernando Sant'Anna, cuja emenda nacionaliza a distribuição de derivados de petróleo. O deputado explica a **terceiro mundo** que a "grita orquestrada" contra a Constituinte ignora

que a futura Carta será a primeira a admitir, em seu contexto, a existência das transnacionais.

Deputado, a que visou a sua emenda?

- O objetivo foi nacionalizar a distribuição do petróleo. Isso, porque esperávamos que a definição de empresa nacional fosse muito mais precisa do que aquela que saiu finalmente aprovada no substitutivo Cabral II.

Qual o alcance da definição aprovada?

- Definiu-se que empresa nacional é aquela que tenha controle decisório de capital permanente no país e pertencente a pessoas físicas aqui domiciliadas. A abrangência é ainda maior: tornamos constitucional, pelo Cabral II, a transnacional, quando o texto fala de "empresa brasileira de capital estrangeiro".

Quer dizer, é uma falácia dizer-se que a emenda de nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo afugenta o capital estrangeiro. E não afugenta porque nenhuma constituição

B. Bissio



Santana: Esso, Shell, Texaco, Atlantic

anterior do país consignou a existência da transnacional no texto da Carta, como ocorre agora, quando se permitirá, inclusive, uma vasta participação do capital estrangeiro nas empresas ditas nacionais.

*As transnacionais estão procurando mobilizar muito os postos de gasolina...*

— Nenhum posto será tomado das mãos de seu proprietário. Quem tiver um, 10, 100 ou 200 postos continuará de posse de cada um deles. A propósito, aconselhamos os proprietários de postos, nas áreas mais desenvolvidas, a que organizem cooperativas de distribuição e as inscrevam como empresas nacio-

nais, o que lhes permitirá obter lucros na distribuição.

*Então, qual o motivo das reclamações? Quem é atingido com a nacionalização?*

— A emenda aprovada atinge, única e exclusivamente, as quatro transnacionais: Shell, Esso, Texaco e Atlantic. Mesmo elas, porém, caso pretendam adaptar-se à definição de empresa nacional, poderão continuar como distribuidoras. Basta que dêem apenas 51% do capital decisório a pessoas físicas domiciliadas no país, o que permitirá que se enquadrem na definição requerida.

*O que estaria por trás da onda de reclamações?*

— Ora, apenas o interesse espoliativo dessas transnacionais, que desejam defender, sem dividir com mais ninguém, os quase 60% que detêm no mercado brasileiro de distribuição de petróleo.

Entre as 20 maiores empresas ditas nacionais, segundo publicação da revista "Exame", de outubro passado, a Shell ocupa o primeiro lugar, pelo critério de faturamento. E, dessas 20 maiores empresas consideradas nacionais, apenas quatro ou cinco são realmente nacionais. Se não me falha a memória,

nem mesmo a Votorantim está entre as 20, quanto ao faturamento.

*Nisso tudo, qual a vantagem para o país?*

— É muito simples: será possível manter no país parte desse capital, que é apropriado pelas empresas transnacionais e transferido para o exterior. Nenhum país pode ser capitalista sem acumulação de capital. Basta verificar que o Brasil, mesmo sendo a oitava potência econômica do mundo ocidental (ou sétima, como quer o ministro Abreu Sodré, segundo entrevista que deu à televisão, no programa "Crítica e Autocrítica"), está classificado entre o 57º e o 60º país, do ponto de vista de nível social, quer dizer, com relação à distribuição de renda, saúde, educação, lazer, qualidade de vida etc. Apesar de menos desenvolvidos que nós, existem cerca de 50 países à nossa frente, quanto ao cuidado com os seus povos.

A diferença só pode ser explicada pela alta concentração de renda, sobretudo nas mãos de empresas transnacionais e algumas nacionais, e a consequente exportação permanente da mais-valia do trabalho nacional. ●

C.S.

□ A Petrobrás espera concluir, ainda em dezembro, mais dois poços na região do rio Urucu, no alto Amazonas, onde o quarto poço perfurado confirmou a existência de óleo, em novembro, como já haviam indicado as perfurações anteriores. O óleo do quarto poço, o 3-Rio Urucu-3 AM, é do tipo leve, com 43 graus API e se encontra à profundidade de 2.480 a 2.510 metros.

A estimativa da Petrobrás é de que gastará, em 1987, quase 4 bilhões de dólares com a importação de petróleo e derivados, o que representará dispêndio líquido de 3 bilhões de dólares (as exportações chegarão em torno de 1 bilhão de dólares), cerca de 30% a mais que no ano passado.

Segundo os dados da estatal, as importações de óleo cresceram apenas 10% em volume, mas subiram 44% em valor, nos primeiros dez meses do ano.

## O óleo amazônico

Petrobrás



A Amazônia confirma, na área do Urucu, província petrolífera importante

# A moratória inevitável

Ainda é tímido o marco da reunião de Acapulco, em que o Grupo dos Oito acertou medidas conjuntas. A dívida externa é um impasse intransponível para os devedores através de providências ortodoxas

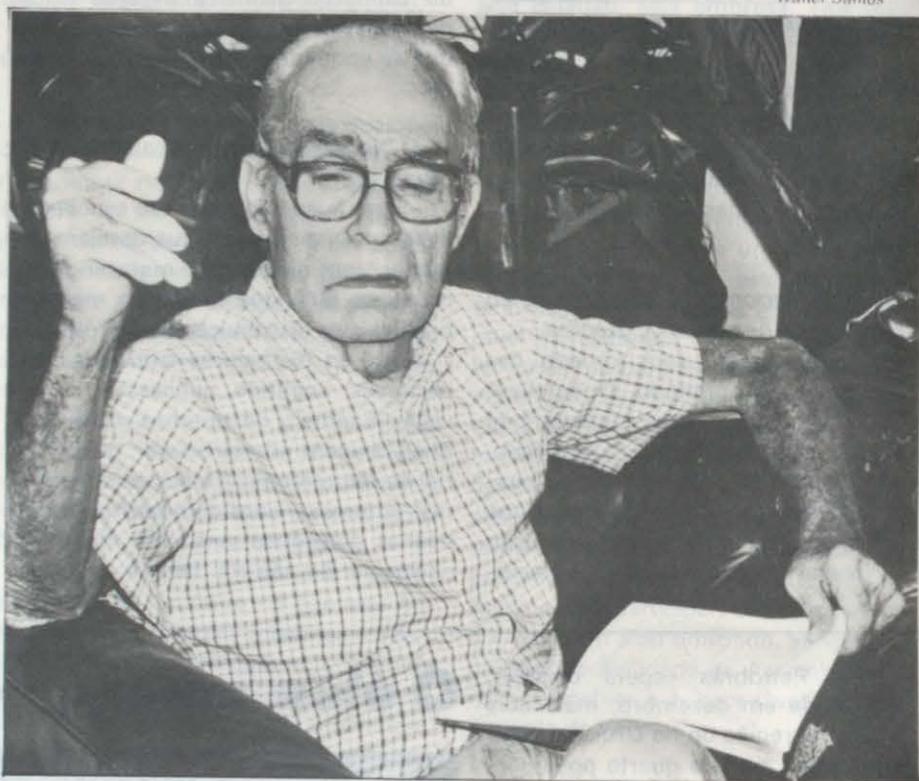
Álvaro Queiroz

A volta da moratória é inevitável, porque os países devedores vão continuar incapacitados de pagar as suas dívidas e os países que abrigam os bancos credores não se sentem na obrigação de contribuir para o equilíbrio financeiro mundial".

A previsão é do professor Santiago Fernandes ao comentar a "Declaração de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia", nos pontos consagrados à dívida externa, objeto da reunião dos presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia, Venezuela, Peru, Panamá e o México, em Acapulco, no México, no último fim-de-semana de novembro.

Na opinião do professor Santiago, "o ponto positivo da reunião é o esboço de solidariedade coletiva dos governos da América Latina", que ele espera se consolide daqui para a frente, não obstante a flagrante ingenuidade demonstrada pelos oito presidentes na formulação dos pontos do documento relativos à dívida, em consequência do que considera "deficiente assessoramento dos seus economistas".

"No mais - observa o professor -, são lugares comuns insistentemente repetidos nos últimos tempos e que não contribuem para estancar a remessa de dólares para pagamento dos juros. A nosso ver, os mecanismos compensatórios das flutuações transitórias que estão inteiramente fora do controle dos países devedores - taxas de juros, fluxo e valor das exportações por exemplo - serviria apenas para amenizar uma situação aflitiva. O Brasil, em particular, continuaria com a obrigação de trabalhar exclusivamente para servir à dívida, o que nos parece cada vez mais insu-



Fernandes: não exagerar importância da poupança externa no desenvolvimento nacional

portável para um povo que exhibe uma de suas metades vivendo em regime de miséria absoluta.

## Ajuste e crescimento

"Os benefícios da incorporação do deságio, ou a desvalorização da dívida no mercado secundário, também seriam um engano, bem como os demais pontos - verdadeiras apologias da retomada do processo de endividamento. É o que se pode deduzir facilmente da pretendida ampliação da participação dos organismos financeiros internacionais no financiamento dos países em desenvolvimento, exatamente os mais endividados."

"A revisão da política do FMI, para assegurar um reajuste com crescimento - prossegue o professor Santiago - significaria liberdade de ação dos devedores na formulação de políticas econômicas mais afinadas com os seus próprios interesses. Isto é, fora dos esquemas de crescimento através da produção voltada para os mercados externos. Essa fórmula serviu para promover algum desenvolvimento da economia brasileira, embora desequilibrado, a partir de 1964, mas é absolutamente indefensável como instrumento único e permanente de sustentação do crescimento econômico. Seu objetivo é a geração dos chamados megasuperávits comerciais, de efeitos inflacionários amplamente

conhecidos entre nós.

A economia de um país, cujo povo ostenta enormes carências de natureza social – é o caso do Brasil – não pode aspirar ao desejado ajuste, com crescimento, sem inflação, dando ênfase só à produção para exportação. Quanto ao estímulo ao papel do Bird na outorga de garantias, não passa de expediente destinado a contornar o monitoramento do FMI. Conjugado com os desembolsos de créditos dos bancos comerciais desvinculados dos acordos com o FMI e com o próprio Bird, sobressai como ingrediente adicional do endividamento em bola de neve."

Todos esses pontos da Declaração de Acapulco, segundo o professor Santiago Fernandes, traduzem objetivamente a idéia fixa do governo, dos economistas ortodoxos e dos empresários brasileiros de exagerarem a importância da poupança externa no desenvolvimento do país e defenderem maior abertura para o exterior, sem que para isso a economia nacional esteja adequadamente preparada. "Eles querem, por isso mesmo – diz Santiago Fernandes – a volta do Brasil ao mercado financeiro internacional, sob o FMI, com todas as consequências desastrosas que essa volta inevitavelmente acarretará para um país endividado como o nosso. Agora perguntamos: onde vamos parar, se não adotarmos uma solução adequada diante da intransigência dos banqueiros, que sequer aceitam negociações plurianuais?"

"Pela experiência do Brasil, o apelo irresponsável à poupança externa, ao contrário, tem funcionado como a principal causa da crise e como o grande inibidor do nosso desenvolvimento. Essa política ameaça transformar o Brasil em simples segmento ou apêndice das economias desenvolvidas, com o comprometimento da soberania nacional" assinala o economista.

"Medidas unilaterais limitadoras do serviço da dívida, caso os credores re-



Alfonsín e De La Madrid: dívida impagável

jeitem os principais pontos aprovados na reunião de Acapulco – frisa o professor Santiago – não têm a menor eficácia. Essas medidas só conseguirão êxito se adotadas coletivamente. Entendemos, mesmo, que o Brasil, por ser o chamado "gigante do Terceiro Mundo", deveria liderar um movimento contra a impostura do FMI. A união dos países devedores, até aqui apenas esboçada no Grupo dos Três, agora Grupo dos Oito, é inevitável. O montante e o caráter da dívida são fatores expressivos dessa união".

#### Clube dos devedores

Tal união, segundo o professor, deve resultar numa frente dos devedores, não aceita no Brasil por banqueiros e empresários "que defendem o pagamento da dívida, certamente desconhecendo do processo de espoliação a que o país secularmente vem sendo submetido. Ora, se os credores se unem, por que os devedores não podem seguir o mesmo caminho, o bom exemplo? A verdade é que a dívida e o endividamento acabarão por torná-los cada vez mais solidários e os levarão ao "clube dos devedores", a despeito dos adversários internos que continuam torcendo vergonhosamente pelo insucesso do país nas negociações com os ban-

Reuter

queiros credores. São os *contras*, mistificadores, cujas teses precisam ser demolidas racionalmente", enfatiza o economista.

"Outra medida, que considero inócua, é a vinculação entre o pagamento das obrigações financeiras e a colocação das exportações. E por que inócua? Porque os países desenvolvidos são os primeiros a promoverem a deterioração das relações de troca em detrimento dos parceiros subdesenvolvidos. E nunca vão abrir mão dessa posição vantajosa, principalmente em situações internas adversas. Daí, o resultado é que venham a exportar maior volume físico em troca de menor

montante em divisas", adverte o professor, lembrando a história das infuças relações de troca entre os dois lados.

#### A solução

Para o professor Santiago Fernandes, "essa dívida externa é ilegítima, falsa, mesmo porque já foi paga, e bem paga, como demonstramos em nosso livro sobre a ilegitimidade da dívida. Suas origens remotas foram homologadas no engodo da Conferência de Bretton Woods, criadora do Fundo Monetário Internacional (FMI). A solução para esse grave problema dos países subdesenvolvidos passa, não apenas pelo repúdio, mas também pela transformação do FMI em Câmara Mundial de Compensação, de Keynes. Esta, sim, garantiria o equilíbrio nos balanços de pagamentos de todos os países, evitando o endividamento que hoje imobiliza as economias subdesenvolvidas, e o fim do domínio predatório dessa ou daquela moeda forte".

Por meio desse sistema, moedas de reserva como o dólar seriam substituídas por uma moeda internacional, capaz de anular os privilégios de que goza o dólar nos dias de hoje. Na opinião do professor, é por aí que a economia mundial pode transitar para uma nova ordem mundial.



Sanguinetti e Sarney: a dívida espalha a instabilidade social no continente

"Mas, enquanto os condutores das economias centrais se mostram insensíveis e irredutíveis, cabe aos países da América Latina desbravar o caminho que os levará a um desenvolvimento equilibrado e sem grandes obstáculos. Primeiro, esforçando-se para converter em realidade a retórica da integração, condição essencial para o êxito dessa providência, que já vem de muito longe", afirma o professor.

E destaca que são economias inter-

complementares, o que assegura um ponto de partida para o sucesso da integração. Cita o exemplo da Europa, com o Mercado Comum Europeu, hoje um bloco econômico, político e tecnológico sólido, que atua como uma grande potência, exercendo influência política e econômica nos destinos da sociedade mundial. "O Mercado Comum Europeu internamente marcha no sentido da moeda única e forte, como instrumento de troca entre os países integrantes",

## A política do FMI não deu certo

**José Serra (PMDB-SP) não vê soluções fáceis para a questão do débito internacional do Brasil**

Agência O Globo



Serra: solução, somente coletiva

Clóvis Sena

**D**eputado, qual é a sua opinião sobre os mais recentes passos sobre a dívida externa?

- Eu não acredito que o problema brasileiro da dívida externa encontre solução, sem uma reformulação signifi-

cativa de toda a questão da dívida a nível internacional. Penso que essa suspensão parcial, temporária ou provisória da moratória dificilmente resolve o impasse.

*Por que não resolve?*

- Ora, porque nós não temos capacidade de pagamento suficiente para os juros e porque o país, dentro do atual contexto de maior democratização e de procura de caminhos próprios, não está propenso a aceitar o monitoramento da política econômica doméstica. Certo ou errado, política doméstica autônoma é uma coisa, e outra bem diferente é uma política econômica monitorada.

*Que lições poderíamos tirar do ajustamento da política econômico-financeira do Brasil à receita do FMI, desde 1964?*

- Depende muito. Fazer um balanço desde 1964 é demasiado amplo. Mas, a questão principal do Fundo Monetário Internacional, com relação ao país, ocorreu a partir de 1983. Mas, desde 1981 o governo praticara uma política recessiva, que não foi completamente revertida em 1982. Assim, em 83 veio de novo o FMI, com esse processo de

assinala.

Prevê que a integração econômica dos países latino-americanos haverá de se desdobrar na união monetária, na formação de uma Câmara Regional de Compensação e na criação de uma moeda comum. Sobre os saldos credores das operações comerciais incidiria uma espécie de tributo, para obrigar os países superavitários a adquirirem maior quantidade de bens nos países deficitários, o que restabeleceria o equilíbrio necessário.

"Isso não quer dizer que as relações comerciais, financeiras e econômicas ficariam circunscritas aos países da região. Pelo contrário, uma vez assentadas as bases de um desenvolvimento seguro, sem inflação, os países latino-americanos, em bloco, estarão aptos a contracenar mais eficientemente no palco econômico com as nações altamente desenvolvidas. A dívida precisa ser repudiada, mas com medidas que assegurem equilíbrio permanente", finaliza o professor Santiago Fernandes. •

ajustamento.

Além disso, a experiência que tivemos demonstra que não conseguimos resolver dois problemas básicos: continuaram o desequilíbrio interno e o mal da inflação, exatamente as metas básicas da receita de ajustamento aplicada. Os resultados, portanto, provaram que tal política não deu certo. Resumindo a história: quando chegamos ao final do programa, em 1985, a inflação estava na casa dos 230% a 240% e, além disso, o mercado internacional de capitais continuava fechado para o Brasil.

*Qual a conclusão, então, que se pode extrair dessas experiências?*

- A conclusão é simples: foi uma política que não deu certo. E não dá certo do ponto de vista dos próprios objetivos a que se propõe. É um tipo de política econômica voltada para o curto prazo, que raciocina com base numa realidade que não é a realidade dominante em nossas economias, e que parte de determinadas premissas nas relações financeiras internacionais, premissas essas que não se cumpriram. •

# Pagar a dívida sem a falência

**A** Declaração de Acapulco resultou de um encontro de três dias entre os presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá e México e destacou, no aspecto econômico, a questão da dívida externa, um peso de 400 bilhões de dólares que verga os ombros dos povos latino-americanos.

Mais da metade desse total – em torno de 260 bilhões de dólares – representa, há vários anos, o motivo principal dos desajustes que sacodem o Brasil, o México e a Argentina, enquanto o resto da conta espalha pelo continente igual instabilidade econômica e política, alimentando a crise social.

## Limites ao pagamento

Expressando a experiência da moratória brasileira, dos limites impostos pelo Peru, da desilusão dos que adotaram políticas determinadas pelo Fundo Monetário Internacional, enfim, como fruto das dificuldades gerais, a declaração assinada pelos oito presidentes proclama o apoio aos países que, "no exercício de sua soberania, tomarem medidas para limitar o serviço da dívida à capacidade de pagamento".

A declaração chama ainda a atenção para um detalhe continuamente ignorado pelos credores, que são os efeitos das políticas econômicas e financeiras adotadas pelas nações desenvolvidas, que acabam impondo novos fardos aos países endividados, particularmente quando influem nas taxas de juros. Assim, reclamam os presidentes que se adotem medidas que evitem essa repercussão negativa na já delicada situação dos países devedores.

Ao mesmo tempo, aponta a necessidade de que os bancos internacionais assegurem aos países "créditos suficientes e em condições adequadas", para que não continue a ocorrer tão intensa transferência dos recursos dos endividados para os credores. Segundo o documento, não será possível continuar a cumprir regularmente o serviço da dívida sem o refinanciamento dos juros. Estabelece-se como princípio a fixação de tetos para as taxas, de modo a que os programas de desenvolvimento

A primeira reunião do Grupo dos Oito, a nível presidencial, foi mais um laço na costura que a América Latina vem realizando, dando prioridade a seus próprios interesses e coordenando objetivos continentais



Reuter

O encontro dos Oito representou passo decisivo para a autonomia latino-americana

da América Latina possam ser realizadas.

A proposta brasileira de transformar parte da dívida em títulos encontrou eco em Acapulco: a declaração dos presidentes expressa a disposição de "criar mecanismos que permitam que nossos países se beneficiem do desconto do valor das respectivas dívidas no mercado, com a consequente dedução no serviço das mesmas".

A importância do acordo que reuniu oito presidentes, entre eles os maiores devedores do continente, decorre, ainda, do fato de que, pela primeira vez, a questão da dívida obteve um consenso em torno de uma posição. As negociações continuarão sendo feitas por cada país, isoladamente, mas em permanente consulta aos parceiros, e as decisões de autodefesa de cada um contarão com o apoio dos demais, um passo extraordinário para a preservação dos interesses latino-americanos.

## América Central

A Declaração de Acapulco registra também a preocupação e a solidarieda-

de dos Oito com os países da América Central, envolvidos nos conflitos de que são parte atuante os Estados Unidos.

O documento expressa o apoio ao Grupo de Contadora e aos Acordos de Esquipulas, destaca a participação da Comissão de Verificação e Acompanhamento do plano de paz assinado em agosto pelos presidentes centro-americanos, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento econômico regional. Para tanto, concordou-se em dar andamento a um programa de emergência, capaz de apoiar economicamente aqueles países. Os oito presidentes voltarão a encontrar-se no segundo semestre do próximo ano, no Uruguai.

Dando eco ao pensamento do ministro da Fazenda mexicano, Gustavo Petricoli, de que "surgiu a semente da grande nação latino-americana", analistas da política internacional assinalaram que a reunião de cúpula de Acapulco marca o instante da nascente unidade da América Latina, que promete sérios desafios aos centros de poder mundial.

## As pesquisas de opinião

Agência O Globo

□ Duas grandes pesquisas de opinião já sondaram o eleitorado, com vistas às eleições presidenciais em 1988: o Ibope levantou as opções de 1.600 eleitores de todo o país, passando pelos 23 estados, num trabalho feito para o "Jornal do Brasil" e divulgado no final de novembro; a DataFolha, da "Folha de S. Paulo", ouviu as preferências de 4.989 eleitores das dez principais capitais do país, divulgando-as também no dia 22 de novembro.

Os resultados de ambas expressam a vantagem do ex-governador Leonel Brizola, com 8,5% (Ibope/JB) e 11% e 15% nas duas opções

da DataFolha.

Ulysses Guimarães (3%), Orestes Quêrcia (2,6%), Paulo Maluf (2,2%), José Sarney (1,8%), João Figueiredo (1,7%), Lula (1,6%), Antônio Ermírio e Álvaro Dias (1,3%), Mário Covas e Dílson Funaro (1,1%), Aureliano Chaves e Fernando Collor de Melo (0,7%) e Franco Montoro (0,6%) completaram a listagem da pesquisa Ibope/JB.

Na classificação da DataFolha, atrás de Brizola (11% na resposta espontânea e 15% na resposta estimulada em confronto com outros onze nomes), estão Antônio Ermírio de Moraes (5% e 13%), Mário Covas (5% e



11%), Lula (4% e 9%), Paulo Maluf e Orestes Quêrcia (3% e 7%), Ulysses Guimarães e Dílson Funaro (2% e 6%),

Aureliano Chaves (2% e 4%), Franco Montoro (1% e 3%), Ronaldo Caiado (0% e 1%) e Leônidas Pires (0% e 1%).

Etza Fiuza/EBN



## As eleições

□ As eleições no fim de 1988, o parlamentarismo a partir de março, a atuação do agrupamento de centro-direita no plenário da Constituinte, campanhas presidenciais quase se esboçando nas ruas.

Esses dados serão determinantes nos próximos passos da Assembléia Nacional Constituinte, os decisivos, quando entrará em atividade o plenário, com as perspectivas de predomínio de uma maioria conservadora, que estaria disposta a dificultar a permanência de itens considerados marcantes, aprovados pela Comissão de Sistematização, particularmente os de fundo econômico.

Quanto ao mandato, prevalece, da parte do presidente José Sarney, o apoio

à "decisão que vier a ser adotada, soberanamente, pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte". Assim afirma a nota que o Planalto divulgou no dia 15 de novembro, quando a Sistematização aprovou o mandato de 4 anos e as eleições presidenciais em 1988 (48 votos a 45), com o parlamentarismo em março (57 a 36).

Se não se imagina um recuo do plenário para os cinco anos de mandato, considera-se que o parlamentarismo poderá ser sacrificado, por força das campanhas que já se aprestam. As análises políticas mais realistas não conseguem vislumbrar consistência num quadro que incluisse todos os esforços para a implantação do parlamentarismo, a partir de

março, com a mobilização determinada pelos lançamentos de candidaturas, até agora nenhuma comprometida com o regime de gabinete.

Já no próprio dia da aprovação da redução do mandato de Sarney, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) lembrou a incompatibilidade

das duas decisões, adiantando um lamento pelo possível retorno ao presidencialismo.

Com a extensão dos trabalhos da Constituinte até março, pelo menos, passam a ser decisivos três fatores: a presença do plenário, a ordenação de um grupo de centro-direita (que se pre-

tende maioria) e o influxo dos interesses das candidaturas.

Por enquanto, correm estas na fase de afirmação intrapartidária, ao sabor de articulações e ao embalo das pesquisas de opinião: Leonel Brizola (PDT) Partido Democrata Trabalhista, Lula (PT) Partido dos Trabalhadores e Aureliano Chaves

(PFL) Partido da Frente Liberal, formam a trindade dos que não enfrentam concorrência interna. No PMDB, porém, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Orestes Quéricia e Miguel Arraes disputam espaço entre si e com outros nomes, numa movimentação que, sem dúvida, terá reflexos na Constituinte.

## A provocação



Até o Natal, ficará decidido, judicialmente, um dos incidentes mais marcantes nas relações entre o poder público e empresas transnacionais em atuação no Brasil: o Tribunal Federal de Recursos dará sua decisão final sobre a recusa da Volkswagen e da Ford, reunidas na *holding* Autolatina, em acatar a tabela de preços fixada pelo governo para os automóveis.

Alegando prejuízos — que neste ano chegariam a 400 milhões de dólares na comercialização interna — e escudando-se num acordo estabelecido na época do ministro Dílson Funaro, as transnacionais declararam guerra aos índices do CIP-Conselho Interministerial de

Preços. Elas anunciaram que passariam a desconhecer a política oficial e a estabelecer, soberanamente, seus preços, sem interferência do Ministério da Fazenda.

Ante a reação governamental, que acenava com sanções, as empresas suspenderam a entrega de carros ao mercado, ameaçaram até retirar-se do país e entraram na justiça, invocando o antigo acordo com Funaro. Conseguiram liminar no Tribunal Federal de Recursos, a qual não foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, onde foi bater o governo.

Assim, o aumento de 16,78% permitido pelo CIP, para novembro, foi desconhecido pelas transnacio-

nais, que impuseram preços mais caros em 28% para o automóveis da Volkswagen e 25% para os da linha Ford. Para dezembro, não sem certa ironia, o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, da Volkswagen, anunciou aumento em torno de 20%, desprezando os 24,48% concedidos pelo CIP.

E, por duvidar da palavra governamental ou por não reconhecer direitos ao governo em adotar, na economia, as providências que considerar necessárias, a Autolatina recusou-se a um acordo, caso não houvesse a formalização de um contrato ou uma espécie de tratado entre as partes, de modo a permitir às empresas o recurso judicial, quando julgassem oportuno.

À alegação das empresas de que não suportam prejuízos, o governo argumenta que concede diversos benefícios ao setor, inclusive a reserva de mercado, além de se encontrar no Brasil o carro mais caro do mundo e o mais precário, cuja fabricação se beneficia, ainda, dos baixos salários pagos aos operários. Nas exportações, o setor igualmente recebe altos incentivos do governo.

O desafio lançado às autoridades econômicas ultrapassou aquele limite do *ius spernandi*, entrando nos domínios da provocação.

## O debate das finanças

Representantes governamentais e economistas do Brasil e de outros países do continente, juntamente com colegas franceses, realizaram no Rio de Janeiro o Colóquio Franco-Latino-Americano de Finanças Públicas e Desenvolvimento, no período de 6 a 18 de novembro, debatendo questões relacionadas com o financiamento público e seus efeitos sobre a economia e o desenvolvimento.

Um dos trabalhos apresentados foi "O setor público e as finanças públicas na América Latina: o caso do Brasil", de autoria de José Roberto R. Afonso (BNDES/Seplan) e Sulamis Dain (FEA/UFRJ). Ele traça um panorama de dificuldades crescentes para o setor público, diante das distorções que se verificam no sistema tributário, resultando em receitas insuficientes.

Segundo os autores, no caso brasileiro "o diagnóstico da desfuncionalidade institucional e das restrições à capacidade de financiamento do setor público — que se deriva direta e indiretamente da crise do endi-

vidamento externo – destrói as ilusões sobre a existência de soluções triviais para o reequacionamento das instituições e instrumentos, bem como do padrão de financiamento estatal”.

Segundo os autores, “no plano fiscal, a análise detectou o progressivo aviltamento da receita tributária propriamente dita, pela qual se financiam os orçamentos fiscais nos três níveis de governo, e a consequente perda de expressão destes orçamentos”, agravando o de-

sempenho da administração.

Eles chamam a atenção para o detalhe de que “o sistema de incentivos tem beneficiado justamente os setores mais dinâmicos e de maior potencial tributário, como o exportador (85% da perda de arrecadação do IPI é atribuída a créditos para a exportação de manufaturados). Desta forma, não são exploradas, na plenitude de seu potencial de arrecadação, as bases de tributação previstas há mais de duas décadas”.

O panorama de dificulda-

des decorre ainda, segundo José Roberto R. Afonso e Sulamis Dain, do fato de o sistema tributário se orientar “pela linha de menor resistência”: incide sobre produção e circulação de mercadorias e sobre os rendimentos do trabalho.

A recuperação da receita fiscal, de acordo com eles, depende da diminuição dos incentivos e da tributação do patrimônio e dos rendimentos na agricultura. “Todas estas bases potenciais envolvem agentes econômi-

cos e atores do processo político com forte capacidade de pressão e resistência a mudanças, que, quando propostas, são sistematicamente rejeitadas”.

O encontro foi organizado pelo Ilpes-Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social e por um órgão do governo francês, o IIAP-Instituto Internacional de Administração Pública, com apoio da Cepal, Pnud/ONU, BNDES e Instituto de Economia Industrial, da UFRJ.

## Prêmio Brasil de Literatura



□ O Prêmio Nacional de Literatura-1987 foi conferido ao poeta, romancista e jornalista Clovis Sena, representante de **terceiro mundo** em Brasília. Sena recebeu o Prêmio por ocasião do encerramento do Encontro Nacional de Escritores, promovido no Centro de Convenções em Brasília pela Fundação Cultural do Distrito Federal, em razão do ensaio/poema *A queda de*

*Ovídio*, ainda inédito, escolhido pelo júri entre cerca de 600 obras literárias de todo o país. (O Prêmio Brasília de Literatura, para conjunto da obra publicada, foi concedido ao escritor Bernardo Élis).

Clovis Sena também é autor do romance *Flauta rústica*, que tem sido saudado como um dos melhores e mais originais textos de autor brasileiro publicados nos

últimos anos, livro de distribuição precária mas ainda encontrável principalmente nas livrarias de Brasília.

Ainda escreveu, como jornalista, o livro *Testemunha de Libertação*, ensaio político a partir das lutas do então exilado Neiva Moreira (Edição do Movimento Brasileiro pela Anistia, 1979).

### Culto virgiliano

**A Queda de Ovídio** – cuja cópia o autor nos confiou para este texto –, parte do destino desse poeta latino (poeta do amor, rico, feliz e preferido pelas altas rodas romanas, quando um decreto de Augusto o relega para insalubre desterro às margens do mar Negro, onde permanece até morrer) e se detém, sempre num tratamento poético, numa reflexão sobre a poesia – a criação em face do poder através dos tempos.

Simultaneamente rebate a tese de Ezra Pound quanto a Virgílio. Na milenar e apaixonante discussão sobre quem é o mais notável dos poetas – Homero ou Virgílio –, Pound recusa Virgílio e alinha Homero e Ovídio.

Num texto criativo e moderno, Sena demonstra que mesmo com o primordial Homero, quase tudo vem de Virgílio.

Seria um caso como o de Shakespeare: nada criou de especial, mas fez melhor do que os outros, em cima do já estabelecido, e deitou raízes através dos milênios. O que se pensa já ter inventado já está sublimado em Virgílio, na poesia, também na música, na pintura, no fantástico, na claridade e no verde, e no sentido ético da vida. Até o evangelista Lucas seria virgiliano.

Livro para interessar em qualquer país do mundo, sua edição brasileira começa a entrar em entendimentos para ser publicada no estrangeiro.

Clovis parece revelar a existência, no mundo, de uma espécie de culto virgiliano – envolvendo Dante, Goethe, São Jerônimo, Milton, Mallarmé, Rimbaud, Sousândrade, T.S.Eliot, José Martí, e mesmo os Inconfidentes Mineiros –, culto como igual só houve na Antiguidade anterior a Virgílio, mas referente a Orfeu.

# CADERNOS DO **terceiro mundo** postal

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.

CONVITE

Quando vier ao centro do Rio, visite nosso setor de livros. Você vai gostar e "descontar".  
Rua da Glória, 122 gr. 104

**A CRIANÇA DA FAVELA E SUA VISÃO DO MUNDO:**  
Uma contribuição para o repensar da escola  
De: Lígia de Medeiros

A autora conviveu por dois anos com as crianças da favela da Rocinha, em uma de suas áreas mais pobres - a Rua Um. O que começou com um objetivo acadêmico, transformou-se em um trabalho cujos frutos extrapolam sua intenção puramente formal. 122 pág.  
E-103 Cz\$ 240,00

**LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE**  
De: Cláudio Thomás Bornstein

Baseado em um fato ocorrido na década dos setenta na região do Além-São Francisco, e que culminou no assassinato de um líder do sindicato rural, o romance conta, passo a passo, a caminhada de violências do Brasil agreste. 256 pág.  
E-150 Cz\$ 400,00

**A QUESTÃO JUDAICA**  
De: Karl Marx

Obra importante da juventude de Marx onde ele inaugura, nos trabalhos aqui reunidos, a perspectiva do socialismo e do homem novo. 73 pág.

ESGOTADO

**Louis Althusser**

**APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO**

Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado  
Introdução de Carlos de F. A. GUILHERME ALBUQUERQUE

**APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO**  
De: Louis Althusser

NOVO NA ESTANTE

Este é um livro considerado como básico para a compreensão da questão ideológica sob o ponto de vista da teoria marxista de hoje. O que são os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)? Quando um indivíduo consciente percebe, identifica e participa a nível de análises deste assunto, está muito mais apto a compreender e desenvolver sua visão do mundo contemporâneo e colocar-se como ser social. 128 pág.

E-115 Cz\$ 271,00

**O DISCURSO DO AVESSO**  
(para a crítica da Geografia que se ensina)

De: Ruy Moreira

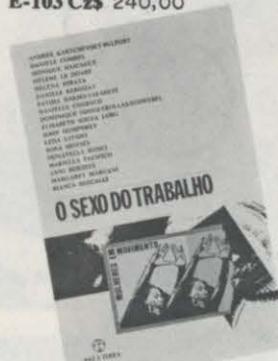
LANÇAMENTO

A geografia que se ensina é uma disciplina porque disciplina. Quando a sociedade civil resolver sair da armadilha de um desprestígio da geografia, intencionalmente montada pela razão de estado, e, assim, incorporá-la às suas lutas por uma ordem democrática sem adjetivos e efetiva? É deste tema que trata este livro. 190 pág.

E-148 Cz\$ 380,00

**NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS**  
De: Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós, 115 pág.  
E-073 Cz\$ 220,00



**O SEXO DO TRABALHO**  
Org.: Andrée Karthevsky-Bulport

NOVO NA ESTANTE

O livro traz abordagens históricas das relações freqüentemente tumultuadas - sempre complexas - entre o movimento operário e o movimento das mulheres, e abordagens monográficas centradas nas operárias, seu trabalho e suas lutas. Uma vontade comum se expressa: pensar a classe operária no feminino. Participam 18 personalidades, estudiosas e líderes da questão da mulher no mundo. 193 pág.

E-118 Cz\$ 371,00  
**PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO**

De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O tema do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 pág.

E-083 Cz\$ 170,00

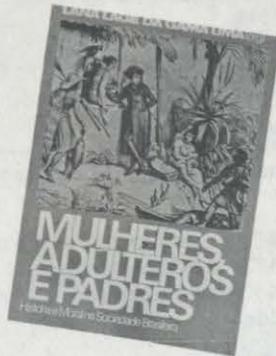
**ANÁLISES ANTROPOLÓGICAS - ESTUDO TEÓRICO**

De: Felte Bezerra

NOVO NA ESTANTE

O autor procura expor, sem prevenção e sem paixões, diversos aspectos das principais correntes, em uma investigação cuidadosa do assunto. Eis o índice: Introdução (das classes ou estruturas sociais); A Antropologia e a corrente marxista; Existe uma Antropologia econômica autônoma? Modos de produção em povos fora da Europa; a eterna questão do parentesco; análises e conclusões. 283 pág.

E-126 Cz\$ 550,00



**MULHERES, ADULTEROS E PADRES**

Org: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiais-ticos. 101 pág.

E-109 Cz\$ 200,00



**NICARÁGUA, NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA**

LANÇAMENTO

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaragüita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.  
E-144 Cz\$ 310,00

**ANARQUISMO OU MARXISMO: UMA OPÇÃO POLÍTICA**

De: Gilbert Green

FIN DE ESTOQUE

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas e a guerra civil espanhola. 200 pág.

E-94 Cz\$ 300,00

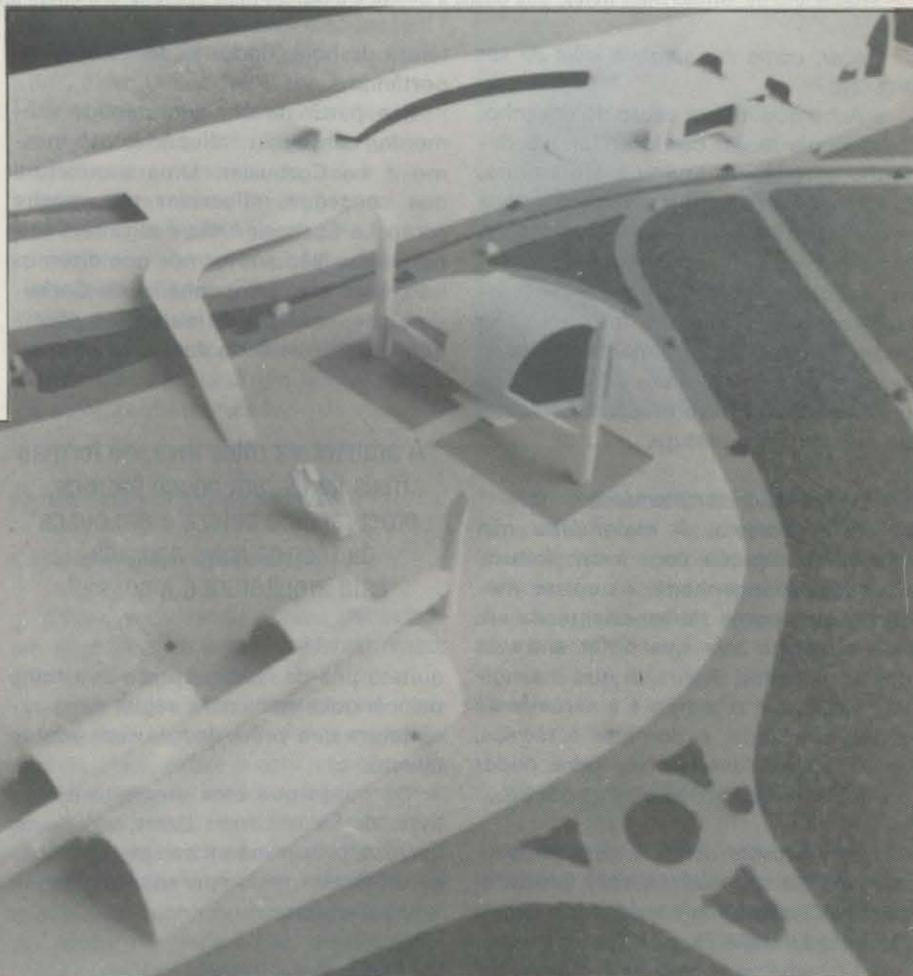
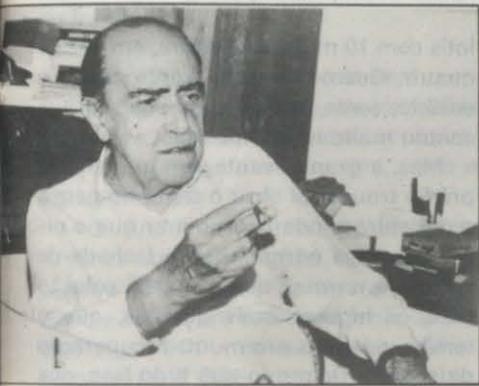
VIRE. TEM MAIS LIVROS E O CUPOM NO VERSO.



# Niemeyer

## Os 80 anos de um gênio

Walter Santos



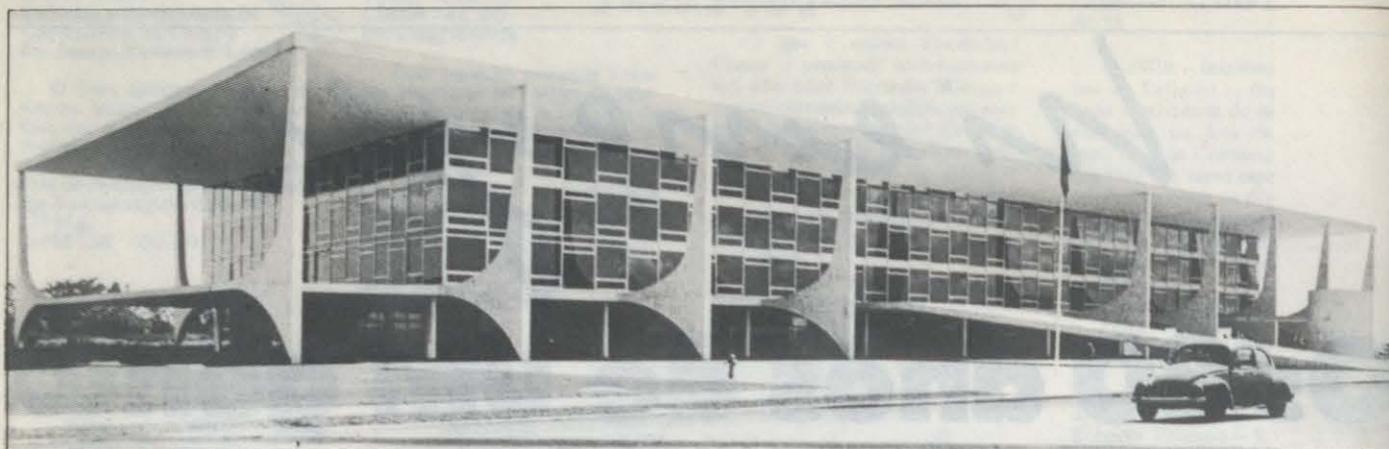
O Memorial da América Latina, em S. Paulo, o mais recente projeto de Oscar Niemeyer: formas que parecem flutuar

O maior arquiteto brasileiro chega aos 80 anos mantendo o ritmo intenso de trabalho, surpreendendo pela criação e concentrado no projeto do Memorial da América Latina, em S. Paulo. Mas, continua achando que a arquitetura é uma espécie de sobremesa, pois o importante mesmo é

encontrar solução para a miséria do povo brasileiro

No dia 17 de novembro, Oscar Niemeyer recebeu a equipe de **terceiro mundo** em seu escritório, em Copacabana, para uma conversa sobre sua obra e a experiência de um homem que, aos 80 anos, continua inquieto com a

sorte do povo. Neiva Moreira, Procópio Mineiro e Walter Santos, com a colaboração de Ivan Alves, encontraram um ágil senhor que tem uma calva de 55 anos, um rosto de 60, a energia dos 40 e, nas convicções, a generosidade dos 20: o grande brasileiro Oscar Niemeyer.



"A arquitetura de formas mais livres, que busca a beleza e a técnica mais apurada, é a nossa arquitetura", define Niemeyer

*Oscar, como lhe surgiu a idéia de ser arquiteto?*

– Acho que foi por causa do desenho. Eu gostava muito de desenhar e o desenho está muito ligado à arquitetura. Eram desenhos comuns, retratos, nada relacionado propriamente à arquitetura. Mas, por esta eu só fui mesmo optar mais tarde, quando já estava casado, inclusive. Quer dizer, não foi uma coisa assim deliberada. Geralmente, a pessoa escolhe a profissão mais prática ou de mais fácil acesso. No meu caso, eu queria mesmo a arquitetura.

*Você gostava de matemática?*

– Não, detesto. A matemática não tem muita ligação com a arquitetura, mas com a engenharia. As coisas chegam a um ponto de especialização em que o sujeito tem que optar entre as duas atividades. Agora, o que o arquiteto precisa, e o tempo e a experiência vão propiciando, é dominar a técnica, como ela se desenvolve, para poder propor novas soluções ao engenheiro.

*Uma pergunta delicada: à parte qualquer vestígio de modéstia, você tem consciência, Oscar, da sua importância para a arquitetura mundial?*

– Eu acho que contribuí para a arquitetura brasileira. Hoje, ela goza de muito apreço lá fora. Fiz projetos na França, Itália, Argélia, e ela ficou conhecida. E criou-se um novo caminho para a arquitetura. Um arquiteto amigo nosso, de Paris, disse numa conferência, por exemplo, que a arquitetura brasileira é *l'unique branche indépendante de l'architecture contemporaine*, quer dizer, o único caminho independente da arqui-

tetura de hoje. Portanto, tem a sua importância.

E a partir de um determinado momento, conseguiu influenciar até mesmo a Le Corbusier. Uma arquitetura que consegue influenciar um mestre como Le Corbusier não é algo sem importância. Não somos nós que dizemos isso, mas um companheiro de Corbusier, que, em livro de memórias, afirma que, a partir de certa data, o grande ar-

**"A arquitetura mais livre, de formas mais livres, um pouco barroca, procurando a beleza e em busca da técnica mais apurada, esta arquitetura é a nossa"**

quiteto pôs de lado o apreço que tinha pelo ângulo reto, para seguir uma arquitetura que vinha de fora com grande talento.

De modo que essa arquitetura mais livre, de formas mais livres, um pouco barroca, procurando a beleza, e em busca da técnica mais apurada, esta arquitetura é a nossa.

#### De Pampulha a Brasília

*Oscar, o prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, marcou o encontro dos dois gênios da moderna arquitetura: Le Corbusier e Oscar Niemeyer. O anteprojeto...*

– O projeto do prédio é de Le Corbusier. Nós, da comissão, demos uma colaboração. Essa colaboração tem uma certa importância, que foi a série de pi-

lotis com 10 metros de altura, em vez de quatro. Quem chega de frente e olha o edifício, sente que foi uma solução que contou muito na composição.

Mas, a grande vantagem que aquele prédio trouxe foi abrir o caminho para a arquitetura moderna: mostrar que o piloti era coisa normal, que a fachada de vidro era normal, que era uma solução para os lugares mais quentes, que o terraço e jardins eram uma recuperação de espaço. De modo que tudo isso, que se combatia, foi aprovado pelo resultado daquela construção.

Mas, para a arquitetura brasileira mesmo, acho que mais importantes foram Pampulha, em Belo Horizonte, o prédio da ABI, no Rio, e outras construções. Quando fiz Pampulha, por exemplo, ela era uma contestação ao ângulo reto. Eram formas mais curvas...

Aliás, em artigo que estou escrevendo, assinalo que meu trabalho tem três fases distintas: primeiro, Pampulha, a contestação ao ângulo reto; depois, o período entre Pampulha e Brasília, a arquitetura mais livre, a procura da forma diferente; e, por fim, Brasília, a beleza arquitetural, a importância da forma em si, considerando que, se uma forma tinha beleza, essa beleza era sua própria justificativa.

Quanto ao período de trabalhos no exterior, o objetivo foi demonstrar o progresso de nossa engenharia, os vãos grandes, a arquitetura mais ligada à técnica e que exprimisse bem o nível que atingimos.

#### Beleza e funcionalidade

*O que se discute muito, quanto à sua*

obra em Brasília, é a questão da beleza e funcionalidade. Como você aprecia tais críticas?

— Isso, eu nem respondo mais. É uma crítica do pessoal mais frustrado, adversário das formas mais livres, interessados em inventar um assunto para discutir. Mas, depois disso, fiz prédios na Europa e ninguém lá falou nada. Ao contrário. Eu fiz o prédio do grupo Mondadori (Itália) e agora estou fazendo um segundo para eles. Fiz a sede do Partido Comunista Francês e agora estou fazendo a do jornal deles, o *L'Humanité*. Todos gostaram, o prédio funciona bem. O que ocorre no Brasil é resultado de frustrações.

*Oscar, você provavelmente será o arquiteto que mais construiu, na história da arquitetura mundial. Que prédio você destacaria, no conjunto de sua obra, como o grande projeto?*

— O projeto atual, o Memorial da América Latina, em São Paulo. É um projeto todo ligado ao apuro técnico. Aquele prédio em curva, o Plenário, tem uma viga de 70 metros e a casca apóia-se na viga. A Biblioteca, aqui embaixo, tem uma viga de 90 metros, em que se apóiam as cascas pré-fabricadas. De modo que reduzi a dois os elementos estruturais: viga e os complementos da composição.

*Fale mais sobre o Memorial...*

— Sempre que me obrigam a falar de arquitetura, eu acabo explicando que não lhe dou tanta importância assim. Não é que seja carente de importância, pois afinal trabalhei a vida inteira em cima da prancheta. Mas, num país dominado pela fome e pela pobreza, acho que a arquitetura passa a plano secundário. Isso, no Brasil e em qualquer país subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento. Estamos aqui falando na arquitetura, é uma coisa de elite, não é? O que está aí é o problema da fome. Nós, da pequena burguesia, nos extasiávamos com as conquistas democráticas, a liberdade de imprensa, o direito de dizer o que se quer, a legalidade, tudo é importante. Mas, a massa do povo mesmo quer é comer, não toma conhecimento disso. O problema brasileiro é de miséria. O importante, na minha opinião, é buscar reformas de base, acabar com pobres e ricos, fazer o

## Patrimônio da humanidade

□ No dia 7 de dezembro, a Unesco declarou Brasília como patrimônio da humanidade, com o que se preservarão as linhas urbanísticas (de Lúcio Costa) e arquitetônicas (de Oscar Niemeyer) da primeira cidade contemporânea a ser elevada à categoria de monumento mundial.

“É importante para preservar a obra de Lúcio Costa, responsável pela concepção urbanística da cidade”, disse Oscar Niemeyer, enquanto Lúcio Costa comentava que “isto se deve sobretudo à inventiva e beleza da obra arquitetônica de Oscar Niemeyer, bem como à diligência e ao empenho de José Aparecido”.

Aliviado com o sucesso do pleito que levava à Unesco, dois anos atrás, José Aparecido considerou que cessaram as ameaças de desfiguração da cidade: “Brasília tem agora sobre si os olhos do mundo”.



mundo mais digno de se viver.

### Experiência no mundo árabe

*Oscar, você sentiu alguma dificuldade em levar seu estilo para o Mundo Árabe, com as obras na Argélia?*

— Não houve dificuldades, pois o que caracteriza um estilo é o sistema construtivo. Hoje, existe o concreto armado, que nos leva ao estilo que praticamos, mais livre, mais revoltado, buscando a curva. E isso ocorre em qualquer lugar, onde se utilize o concreto armado. De modo que minha passagem pelo Mundo Árabe foi muito feliz, porque senti que nesses países, subdesenvolvidos, há maior interesse em fazer uma obra bonita, até porque querem demonstrar ao Ocidente que também sabem fazer essas coisas.

Na Argélia, fizemos vãos de 50 metros. De modo que é uma arquitetura vigorosa. Contam que Fidel Castro, quando esteve lá, assustou-se com a obra, bateu numa coluna e comentou: “Que vão enorme!”

Não quisemos levar ao Mundo Árabe uma arquitetura tímida, mas sim algo ousado, que mostrasse como eles poderiam fazer uma construção avançada. A procura da beleza sempre caracterizou a arquitetura árabe. Já na Europa, ao contrário, há maior timidez, discute-se mais.

*Você teve alguma preocupação em se referir à arquitetura árabe tradicional?*

— Usei muito arco, mas sem qualquer preocupação com a arquitetura tradicional. O objetivo foi mostrar que, nesta época, os árabes estavam a par da arquitetura contemporânea, dos novos métodos e que deles se utilizaram.

### Os pilotis do Alvorada

*André Malraux disse, certa vez, que o elemento arquitetônico mais belo da história, depois da coluna grega, são os pilotis do Palácio do Alvorada. Como você aprecia tal declaração?*

— Quando comecei a fazer a arquitetura de Brasília, minha preocupação era

de que a própria estrutura marcasse a arquitetura. Antigamente, quando se terminava uma estrutura, viam-se apenas laje e apoios. A arquitetura vinha depois. Já em Brasília, por exemplo no Alvorada, quando a estrutura estava pronta, a arquitetura já estava presente. Fizemos os palácios todos assim.

No Congresso, por exemplo, quando acabou a laje de cobertura e se fizeram as cúpulas, a arquitetura já estava definida. Eu queria que a arquitetura de Brasília se caracterizasse por essa estrutura e o Palácio da Alvorada foi o que mais marcou essa tendência.

Quanto à frase de Malraux, deve-se entender como um gesto de boa vizinhança, que muito nos agradou, aliás, pois se tratava de homem de grande inteligência.

#### JK, a liberdade de criação

*Você desfrutou de total liberdade de criação, com Juscelino...*

— Eu conheci o Kubitschek, quando ele era ainda candidato a prefeito de Belo Horizonte. Depois, ele me chamou para fazer Pampulha, que foi um sucesso. Lembro que, 20 anos depois, encontrei um amigo em Paris, um arquiteto francês, que comentou: "Oscar, Pampulha foi o grande entusiasmo de minha geração".

O sucesso de Pampulha, assim, foi útil ao Kubitschek, que se mostrou ao povo um administrador aberto, evoluído. Ficamos amigos e trabalhei com ele a vida inteira, até Brasília.

Quando ele resolveu fazer Brasília, foi lá em casa me chamar, ele já presi-

dente. Disse que queria fazer a nova capital, a cidade que fosse a mais bonita do mundo, e queria que eu colaborasse. Assim, eu sempre estive com ele numa situação privilegiada, pois ele acreditava no que eu fazia e era muito meu amigo. Quer dizer, eu tinha toda a liberdade.

Essa mesma liberdade eu tenho agora com o governador José Aparecido, que é um homem do gênero do Kubitschek. Se José Aparecido tivesse as facilidades de dinheiro e decisão de que Kubitschek desfrutou, ele faria muito mais coisas por Brasília. Aparecido está fazendo muito pela capital, mas com

**"O importante, na minha opinião, é buscar reformas de base, acabar com pobres e ricos, fazer o mundo mais digno de se viver"**

parcos recursos. Para mim, no entanto, são tempos iguais: com Kubitschek, construindo Brasília, e, agora com Aparecido, a recuperação da cidade e a construção de novos edifícios. Aparecido já fez muita coisa. Sinto nele o mesmo sentimento pelo interesse público, o mesmo entusiasmo em fazer as coisas, que tinha Kubitschek.

Durante a ditadura, tive o apoio dos parlamentares. Terminei as obras que precisava terminar no Congresso. Só tive grandes problemas no período do Médici, que era um policial. O prefeito de Brasília indicado por ele era um sujeito completamente cretino. Então, começaram a pedir projetos, que não realizavam. Um dia, resolvi deixar tudo

de lado e parti para fora, mas sempre vindo ao Brasil. Perdi o contato com Brasília, durante muito tempo, quando muita coisa mal feita foi realizada. Não, propriamente, que se quisesse fazer mal ao projeto, mas era um certo desamor à cidade, o que tirou a unidade que pensávamos preservar.

*Como você vê Brasília hoje, que desafios enfrenta?*

— Eu vi Brasília nascer. A primeira vez que Kubitschek foi lá, eu estava com ele. Brasília era apenas um sonho. Era o deserto, falava-se em fazer estradas, barragem, mas nada disso ainda existia. De modo que, quando vou hoje a Brasília, sinto surpresa. Parece um paese de mágica. Brasília é uma das cidades mais arborizadas do Brasil. Pensar que aquilo tudo surgiu em quatro anos, quase o tempo que se gasta para fazer um único edifício, é uma coisa fantástica.

Quanto aos desafios, é o que falta fazer e que o Aparecido está tocando. Por exemplo, a catedral. Lá, estava previsto um grande vitral, monumental — não existe no mundo um vitral semelhante —, o que agora está sendo realizado. Fez-se o Panteon, a Pira, a Casa dos Cantadores, uma série de pequenos edifícios, tanto no Plano Piloto quanto nas cidades satélites. Tudo isso, no período do José Aparecido, quando a cidade está sendo recuperada, funciona melhor, dentro de uma moralidade que tinha desaparecido na época da ditadura.

*Com relação a Brasília, há um nome que deve ser lembrado, o de Israel Pinheiro.*

— Foi injustiçado. Um homem decente, trabalhador fantástico, um homem importante. Agora, eu fiz a proposta e estamos colocando um busto dele na Praça dos Três Poderes.

*Na época de construção de Brasília, falava-se muito do futurismo da cidade, da influência da cidade na sociedade. Algo disso aconteceu?*

— Nós, do setor de urbanismo e arquitetura, vivemos num eterno equívoco. Há pouco tempo, houve, em São Paulo, um congresso de urbanismo e arquitetura sobre a cidade do futuro, no qual muito se falou, se apresentaram muitas idéias e projetos. Eu não fui,

## A pouca fé do escrivão

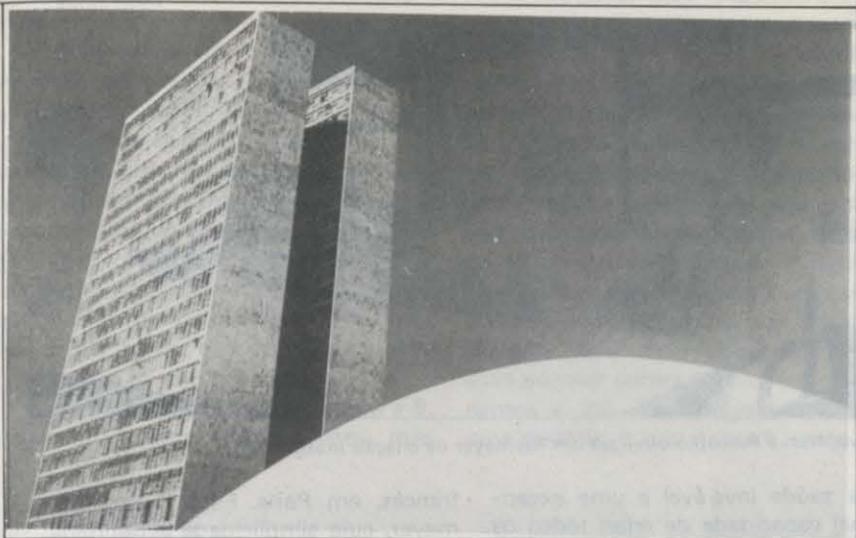
□ "Quando a gente fica falando de arquitetura, me dá preguiça, porque eu acho que o mais importante é mudar a sociedade.

"Lembro que, certa vez, quando me chamaram à polícia, ao DOPS, o delegado me perguntou: 'Vocês, comunistas, o que querem?' Eu respondi: 'Só mudar a sociedade'. Af ele se virou para o escrivão, o datilógrafo, e ditou: 'Escreve aí: ele quer mudar a sociedade'.

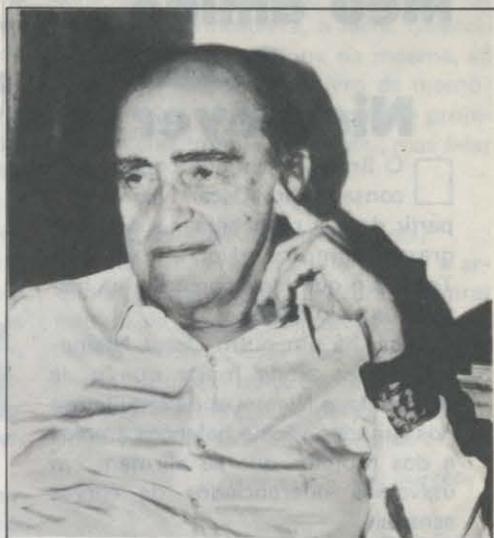
"O datilógrafo, um rapaz negro e magrinho, com aquela aparência de

quem leva a vida nas maiores dificuldades, virou-se para mim e comentou: 'Isso vai ser difícil, doutor, vai ser muito difícil'.

"O Brasil tem uma miséria tão grande, e fica-se aí em ações paternalistas, casas populares etc.. O que o pobre quer mesmo é um pedaço de terreno, uma área de 10 por 10, para construir um barraco, o que é incrível neste país continental. O brasileiro nasce mal, cresce mal, vive mal, entra para o crime e, no fim, ainda é morto pela polícia."



"O caminho da arquitetura moderna é o da imaginação, da fantasia, da beleza"



Niemeyer: bom é acabar a miséria

mas mandei uma mensagem, em que dizia que a cidade do futuro é aquela que se apoiar no programa do futuro, de igualdade entre os homens, em que as relações sejam horizontais, a vida decente, com oportunidade para todos. Enquanto isso não existir, toda cidade será discriminatória, uma cidade de pobres e ricos.

Em Brasília, isso até se acentuou. Se você pensar que todos aqueles que construíram a cidade, que levantaram os palácios, a catedral, os apartamentos, não aproveitaram nada disso, saíram da cidade mais pobres do que antes, a conclusão é obrigatória. De modo que Brasília é a cidade mais discriminatória do Brasil. Isso nada tem a ver com seu urbanismo ou com sua arquitetura. A sociedade mesma é que é obsoleta, não funciona mais, é o regime capitalista, com todos os seus vícios e privilégios, que não se pôde tirar.

#### A militância política

*Por que seu envolvimento político, você que poderia aproveitar para uma vida tranquila todo o seu talento?*

— Estava dentro de mim. Quando era jovem, quando ia à escola, eu ajudava o Socorro Vermelho, dava dinheiro. Sempre fui do lado da esquerda. Em 1945, quando os comunistas saíram da prisão, acolhi em meu escritório um grupo deles, uns 15, e lá passou a ser o comitê metropolitano do partido. Na conversa com eles, apreciando a luta deles, acabei

entrando no partido, para sempre.

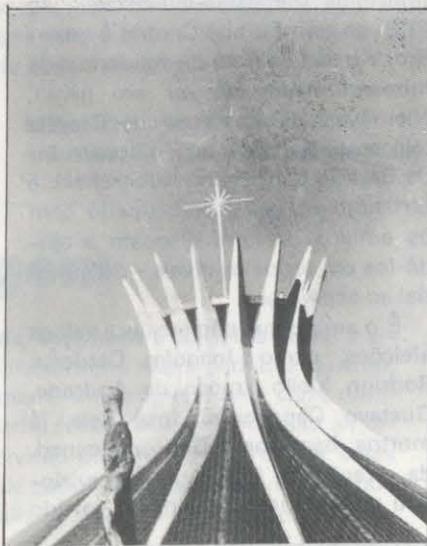
*Cite um grande brasileiro vivo.*

— Luís Carlos Prestes. Pode-se discordar dele, mas é um sujeito que diz o que pensa.

*Diz-se que você é um homem torturado pela forma, e todas as suas obras mostram essa busca pela harmonia...*

— Nesse artigo a que me referi, escrevi que em cada um de nós vive um ser

**"Para mim, são tempos iguais: com Kubitschek, construindo Brasília, e agora, com Aparecido, a recuperação da cidade e a construção de novos edifícios"**



oculto, que acompanha e dialoga permanentemente com a gente. Este que eu tenho é intransigente com a questão da forma. Quando vou fazer um projeto e penso em fazer algo mais simples, ele me pega pelo braço e me obriga a ir pelos caminhos das formas novas. De modo que minha tendência é pela forma diferente.

Eu sempre achei que o importante é a surpresa arquitetural, a forma diferente, a irregularidade, o que cause espanto. Outro dia, lendo um livro de Baudrillard, ele dizia exatamente isso, que é a surpresa que caracteriza a beleza. Assim, o caminho da arquitetura contemporânea, que conta com o concreto armado, que é dócil a todos os nossos desejos, é o caminho da imaginação, da fantasia, da beleza.

O período tão extenso do racionalismo, que está acabando, eliminou a imaginação, ao impor as formas retas, sob a justificativa de que assim era mais racional. Mas, não é verdade: a obra pode ser imaginativa, bela, e ser racional.

#### O Memorial da América Latina

*Fale mais do Memorial da América Latina...*

— Esse é um projeto, cuja importância não é a arquitetura, mas a proposta em si. Visa a aproximar os povos da América Latina, criar entre eles o entendimento, estimular a luta contra os inimigos comuns. Nossa colaboração é dada

## Meu amigo Oscar Niemeyer

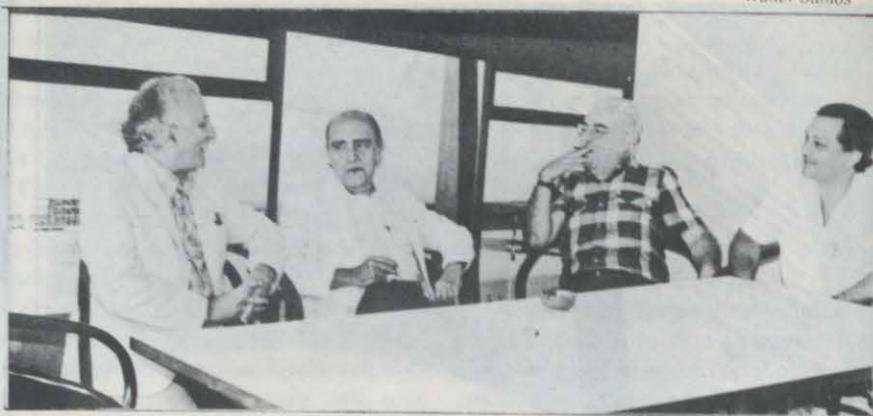
□ O Brasil e o mundo conhecem e consagraram Oscar Niemeyer a partir de sua prancheta – e o consagraram como o maior arquiteto da Terra e o que mais construiu na história da arquitetura.

Mas, há um outro Oscar Niemeyer, talvez ainda maior que o da prancheta, o Niemeyer da arquitetura dos grandes vãos e balanços amplos e dos projetos que se afirmam em universos diferenciados de curvas sensuais.

Aqui, se pretende abordar o outro Oscar Niemeyer, o homem simples, educado e afável, que parece envergonhar-se ou intimidar-se diante de sua fama planetária, o Niemeyer que almoça diariamente (quando se encontra no Rio de Janeiro) no Restaurante Lucas, no Posto Seis de Copacabana, o Niemeyer que ama seu escritório, também nos fins de Copacabana, quase na fronteira com Ipanema, e que trabalha todos os dias, de manhã à noite, de domingo a domingo, embora abra alguns espaços generosos a conversas, bem no estilo do seu Rio de Janeiro, com os amigos mais íntimos – Renato Guimarães Cupertino, Sabino Barroso, Gaus Marinho Estellita, Ferreira Gullar, Darci Ribeiro, Glauco Campelo, João Filgueiras de Lima, o Lelé, José Luís Pinho, Tibério Gadelha, Néelson Werneck Sodré e (perdoem a imodéstia) o autor destas linhas, entre outros.

Ao longo de todos esses anos e, sob as vistas de Amaro (o motorista de Oscar), dona Maria de Lurdes (sua secretária), de Ana Lúcia Niemeyer, sua neta e organizadora da Fundação Oscar Niemeyer, de Lopes e Jaime Brandão, seus secretários e auxiliares imediatos, teve esse grupo de amigos o privilégio de acompanhar a trajetória humana de um dos gênios do século XX, um gênio que se insere na escala de Pablo Picasso, Le Corbusier e outros poucos eleitos.

Niemeyer chega aos 80 anos com



Neiva, Ivan e Procópio ouviram um Niemeyer de criação inesgotável

uma saúde invulnérvel e uma excepcional capacidade de criar: todos os projetos que ele desenvolve atualmente só fazem confirmar a sua genialidade, já impressa em prédios como os de Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais; do MEC, no Rio de Janeiro; da sede do Mondadori, em Milão, Itália; no conjunto do Havre, na França; na Mesquita de Argel, na Argélia; na sede do Partido Comunista Francês, em Paris, e na sede da ONU, em Manhattan, Nova Iorque, Estados Unidos. Um Oscar que tem 14 livros publicados sobre sua obra em países da Ásia, Europa e América Latina, e que, segundo Prudente de Moraes, neto, "é o maior nome da história da cultura brasileira".

Mas, o que marca mesmo a personalidade de Oscar Niemeyer é a sua bondade, é a sua fidelidade aos princípios marxistas-leninistas e ao PCB, de cujo Comitê Central é membro, e o seu espírito de solidariedade humana. Antes de ser um gênio, Niemeyer, o construtor de Brasília (ele costuma dizer que o construtor de Brasília é Juscelino Kubitschek), é um homem bom, preocupado com os amigos, sempre disposto a ajudá-los em todos os níveis – do material ao espiritual.

É o amigo que não esquece velhas afeições, como Joaquim Cardoso, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Gustavo Capanema, José Reis, já mortos, bem como George Gosnad, da direção do PCF, que supervisionou a construção da sede do partido

francês, em Paris. Esse Oscar Niemeyer, cuja simplicidade e bondade só são comparáveis à genialidade de sua obra, é o homem amigo do homem.

Em seus já longos anos de vida, o autor deste *box* nunca conheceu uma figura humana da escala de Niemeyer. Eu o vi, uma vez, há uns oito anos, financiar a viagem de um jovem (que ele nunca vira antes) aos Estados Unidos, para tratar de um problema de olhos – o jovem tinha um problema de visão convergente. Sob os tenebrosos anos do regime militar, ele ajudou muita gente no exílio – e só os mais íntimos sabiam disso. Ajudou os filhos de um membro do Comitê Central do PCB, assassinado pela repressão, a se formarem em Medicina, comprando os livros e pagando as mensalidades, e colocou Luís Carlos Prestes (por quem tem o maior respeito e amizade) entre suas principais prioridades no plano da solidariedade humana.

Niemeyer está para a arquitetura como Picasso está para a pintura e Marcel Proust está para a literatura. Mas, ninguém conseguiu jamais aproximar-se de sua generosidade, de seu incomparável espírito de solidariedade humana. Se o Brasil se orgulha de seus filhos ilustres, deverá orgulhar-se em primeiro lugar de Oscar Niemeyer, este jovem arquiteto que agora, sem galas nem homenagens (que ele não aceitou, nem mesmo do presidente José Sarney), festeja seus 80 anos de idade.

Ivan Alves

com o maior prazer, devido a tais objetivos.

O Memorial é um lugar de atos de recepção de pessoas ilustres e onde o governador presidirá solenidades. Haverá a Biblioteca da América Latina, que terá 50 mil volumes só de assuntos latino-americanos, e o Museu da Criatividade, com obras de toda a América Latina, para troca de experiências, além de um teatro, para apresentações e debates que o conjunto vai propiciar. O Quêrcia tem muita pressa e quer acabar a obra em outubro do ano que vem.

Quando o Darcy Ribeiro chegou a S. Paulo, o projeto estava pronto, mas

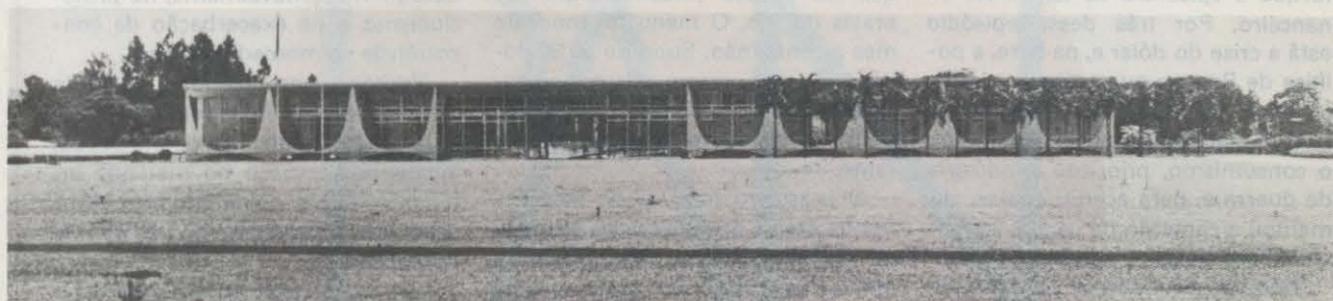
ruim. Protestei. Eles responderam que meu projeto era circular e que aeroporto tinha de ser extensivo. Voltei aos jornais, para explicar que aeroporto extensivo não se usava mais e que deveria ser mesmo circular. Sem argumentos, eles botaram um cartaz: "Aeroporto Militar". Retornei aos jornais, para explicar que aeroporto militar não tem alfândega nem restaurante. Eles, então, tiraram a placa, mas, como tinham as armas e o dinheiro, construíram o aeroporto às pressas. Reuni um grupo e entrei com ação popular contra a Aeronáutica. Perdemos e até nos obrigaram a pagar uma quantia, o que nunca fizemos. Até

uma diferente da outra. Primeiro, a juventude, a brincadeira, a farra. Quando a gente cresce, continua na mesma, só com mais recato... Um livro de memórias, pelo que entendo, não deve projetar um sujeito que não existiu, mas falar a verdade.

*Você acha que criou uma escola?*

– Não, mas muita gente pratica a arquitetura como eu, procurando tirar partido da técnica, dos novos materiais, usar o concreto, criar grandes vãos... Há muito arquiteto bom. Se você for à Bahia, vai encontrar um deles, o Lelé, o João Filgueiras de Lima. Grande arqui-

José Cruz / EBN



O Palácio da Alvorada é a melhor expressão da estrutura que compõe a arquitetura, uma tendência marcante em Brasília.

coube a ele definir a utilização, dar maior interesse ao conjunto, criar prêmios a serem concedidos pela fundação do Memorial, nas áreas da literatura etc.. Enfim, coube a ele elaborar um programa para dar vida a esse empreendimento.

*Como foi o episódio do aeroporto de Brasília?*

– Eu tinha feito o projeto do aeroporto, mas o ministro da Aeronáutica disse que o lugar de arquiteto comunista era em Moscou e não quis seguir o projeto. Aí começou a briga.

Eles fizeram outro projeto, muito

um juiz do Supremo Tribunal Federal, sem que ninguém pedisse, protestou. Essas coisas ocorrem...

#### **Nada de novo para contar**

*E seu livro de memórias, Oscar?*

– Está avançando, mas é difícil. Está praticamente pronto, mas estou sempre adicionando alguma coisa nova. No livro, a narrativa vai para frente e para trás, não é linear. Mas, não tenho nada de novo para contar.

*Muitas descobertas, ao escrever?*

– A vida da gente é cheia de fases,

teto.

*Você é um homem de esperança. Nunca achou que o mundo vai parar?*

– Sou pessimista. Se você me perguntar qual a perspectiva do homem, respondo como Lacan, que disse ao morrer: "Vou desaparecer". Meus colegas do partido dizem para a gente mostrar uma posição otimista. Mas, os que chegam depois da gente começam com os mesmos problemas, pegam um mundo hostil, passam a vida procurando se defender, caminham para a morte, tentando não morrer. Até que um dia morrem e acham que a vida foi um passeio agradável. A vida é bonita, sem dúvida, cheia de prazeres, mas tem períodos muito ruins, em que a gente não sabe como vai ficar de pé.

*Mas, o mundo não está mudando?*

– Socialmente, está, e acho que a gente deve agir para isso. O trabalho bom que a gente pode fazer é tornar a vida mais feliz, acabar com a miséria. O socialismo está crescendo em toda parte, o capitalismo vive a agonia e por isso está mais agressivo. A história é dos que lutam por um mundo melhor. ●

## **Mensagem**

☐ "A mensagem que eu teria para o país, hoje, seria o conselho de ver a vida brasileira dentro da realidade. O importante não é parlamentarismo, presidencialismo, eleições agora ou depois. O importante é uma coisa difícil de conseguir: mudar as bases da sociedade, acabar com a submissão ao dinheiro, extinguir os privilégios, fazer a divisão da terra, enfim realizar essas coisas todas que são as bases de um país socialista, único tipo de país que pode eliminar a crise que abrange o capitalismo. Isso é o importante."

# As retaliações do sr. Reagan

**S**eria ilusório tentar entender as dificuldades atuais nas relações econômico-financeiras do Brasil com os Estados Unidos sem analisar a fundo o que se passa naquele país. Essencialmente, não é possível localizar na Bolsa de Nova Iorque o epicentro do terremoto financeiro. Por trás desse episódio está a crise do dólar e, na base, a política de Reagan que acelerou o déficit fiscal, fez aumentar o desequilíbrio da balança comercial, estimulou o consumismo, priorizou a indústria de guerra e, para acertar contas, alimentou a captação de capital estrangeiro com crescentes taxas de juros.

Não sou economista para dar um diagnóstico preciso sobre essa situação. Os próprios economistas não se entendem na definição das origens e os alcances da crise. Mas, seria irrealista tentar isolar o *crash* da bolsa daquilo que o nosso ministro Bresser tanto gosta de citar: o contexto macroeconômico.

A economia norte-americana enfrenta problemas seriíssimos. Para cobrir os seus déficits atraiu os petrodólares e as novas tecnologias japonesas. Agora, os árabes querem receber os seus juros em dia e até o seu dinheiro de volta e os japoneses se instalaram em tal medida nos Estados Unidos que, se continuar assim, dominarão, antes do fim do século, setores vitais da economia norte-americana, o que já provoca forte reação interna.

Quanto ao dólar, seria falso medir seu poder de compra pelas altas cotações no mercado brasileiro. Aliás, é esse um quebra-cabeças que nos legou o trio Campos-Delfim-Simonsen: quanto mais o dólar baixa lá fora, mais sobe aqui dentro.

Qualquer brasileiro que anda pela Europa — mesmo os turistas ricos já estão apertando o cinto — conhece bem essa realidade.

Há pouco tempo, de volta de uma viagem profissional ao norte da África, tomamos o avião em Roma, no retorno ao Brasil. Reunimo-nos com dois amigos para jantar numa *trattoria* do centro da cidade, bastante agradável, mas sem maiores requintes que as nossas pizzarias aqui nas praias do Rio. O menu foi modesto mas a conta, não. Superou os 80 dólares, ou seja, quase seis mil cruzados em nossa moeda. "Está mal o dólar", justificou o dono do restaurante. Se está...

O brasileiro que sai do país enfrenta, assim, duas desvalorizações: a do cruzado e a do dólar. Talvez o melhor seja ficar por aqui, embora muitos jovens, pressionados pelo desemprego e a desesperança, acreditam nos "el-dourados" de fora.

**L**i, há tempos, uma informação curiosa: o tesouro norte-americano não teria cobertura para 35% dos dólares soltos no mundo. Ou seja, as emissões não tinham fundos.

Não é, no entanto, a crise financeira norte-americana que me preocupa. Nem tinha porque me preocupar. O que me surpreende é a miopia de grande parte de nossos empresários — sobretudo exportadores — que não entendem ou não querem entender a origem real das atuais dificuldades comerciais brasileiras com os Estados Unidos.

É um erro situar o centro da controvérsia numa briguinha comercial com um fabricante de *software*, que considera ter sido plagiado aqui. Ora, se fosse por cópias tecnológicas, os norte-americanos já teriam entrado em guerra com os japoneses. Tóquio já estaria sob os fogos do "Missouri".

O problema é mais abrangente. Hoje, é a Informática. Amanhã, serão novas exigências. Segundo se divulga, até abril será aprovada pelo Con-

gresso norte-americano uma lei que virtualmente restringe as importações de qualquer país que tenha saldo na balança comercial com os Estados Unidos. É o caso do Brasil.

A aceleração da crise interna vai desaguar, inevitavelmente, no protecionismo e na exacerbação da concorrência no mercado externo.

Nossos empresários estariam condenados, se não entendessem essa nova realidade. Ninguém ocupa, atualmente, espaço no mercado internacional do comércio sem atropelar um competidor, ou ser por ele atropelado.

Em vez de estar se lamuriando ou pressionando o nosso governo para que capitule em face das pressões do sr. Reagan, nossos empresários deveriam ajustar os seus produtos às exigências dos inúmeros mercados que lhes são receptivos e sair em frente. Seria um risco jogar todas as cartas nas exportações para os Estados Unidos.

**N**osso país cresceu. Tem uma poderosa indústria e um ativo comércio exportador. Deve aceitar o desafio de ser uma nação industrial, com a capacidade de fabricar, de vender e de enfrentar concorrentes, sejam eles os norte-americanos, os japoneses ou os europeus. O nosso futuro só depende de nós. Como acentuou o presidente Sarney na reunião de Acapulco: "Acabou a era de esperar de fora a ajuda salvadora. A dívida, o baixo preço das matérias primas, os juros, as sanções, as retaliações, tudo indica que não devemos ter ilusões".

Deixem que o sr. Reagan estrebuche. Já estamos crescidinhos para ter medo de ameaças ou de retaliações.

CAPANDA, UMA NOVA FORÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA.

# CAPANDA

O Complexo Hidroelétrico de Capanda é mais um grande passo de Angola para a construção, em seu território, de um novo e dinâmico pólo de desenvolvimento.

Fonte de progresso, seus 520 MW elevarão em quase 150% a atual capacidade instalada ora existente no país.

Além disso, a obra regularizará a navegação no rio Kwanza, possibilitará a irrigação de vastas áreas e a exploração da pesca no lago de 170 km<sup>2</sup> a ser formado pela barragem do complexo.

Mas, antes mesmo de gerar energia, Capanda está a gerar benefícios imediatos. De facto, seu efeito multiplicador na economia

angolana já se faz sentir na indústria de cimento, na siderurgia, nos meios de transportes e no setor agroindustrial.

Já se faz sentir, sobretudo, entre os trabalhadores. Capanda emprega, hoje, mais de mil angolanos. São engenheiros, técnicos de nível

médio e operários das mais variadas qualificações. Profissionais que se beneficiam de programas de transferência de tecnologia e treinamento em curso no Brasil e em Angola.

A obra - que no pico absorverá 3 mil angolanos e 2 mil brasileiros - é realizada sob a fiscalização e controle do GAMEK (Gabinete para o Aproveitamento do Médio Kwanza), agência vinculada ao Ministério da Energia e Petróleos da República Popular de Angola.

Mas, para nós, Capanda antes de tudo é a reafirmação das afinidades que historicamente aproximam Brasil e Angola e hoje inspiram a cooperação entre os dois países.

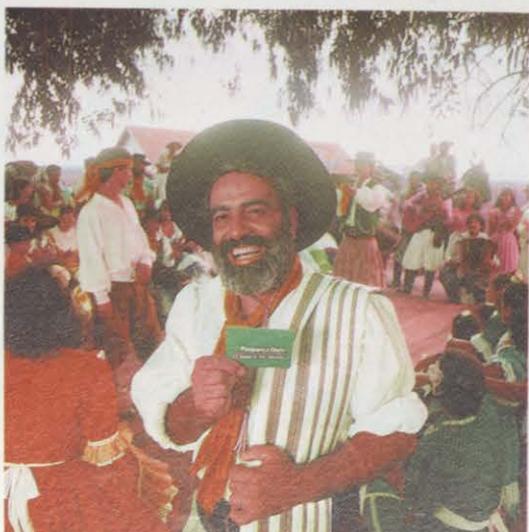
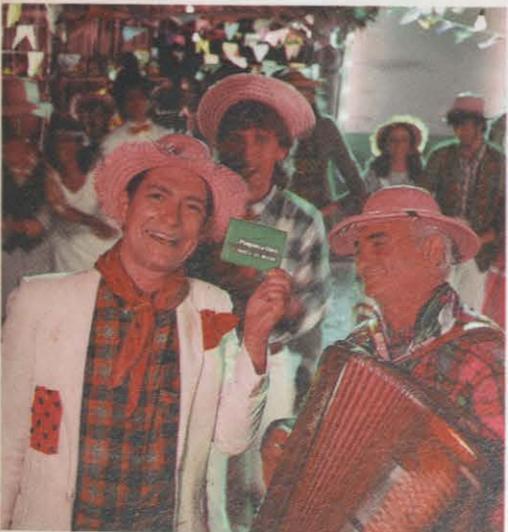
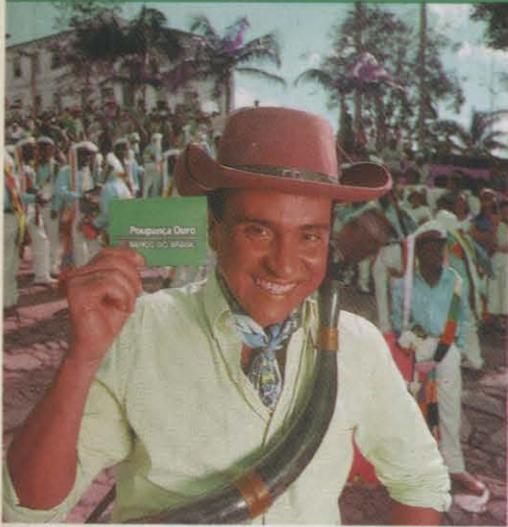
*O Complexo Hidroelétrico de Capanda está sendo construído pelo consórcio soviético-brasileiro Technapromexport-Odebrecht.*

**ODEBRECHT**   
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A

Rua Voluntários da Pátria, 89 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil — Tel.: (021) 286-7222 — Telex: (021) 23.279 e 31.606 NORB BR

**E festa no Interior**

# Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil



A Poupança Ouro faz a festa da produção agrícola e pecuária.

Dá juros e correção monetária para os brasileiros do Interior e das Capitais.

Tem a garantia do maior banco do País.

Leva crédito ao campo para aumentar a produção de alimentos e oferece lucro e segurança para o investidor.

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil. O melhor negócio para você.

E para o Brasil.



**Agora,  
em se poupando,  
tudo dá.**

 **BANCO DO BRASIL**